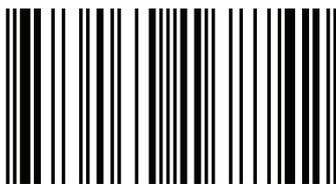


Estudos Alcantarenses

A historiografia do Maranhão, a exemplo do que vem ocorrendo no campo mais amplo das ciências sociais, experimenta uma renovação notável, graças, em grande parte, ao abandono de paradigmas canônicos que infestavam suas produções. Os textos reunidos neste volume procuram oferecer uma contribuição modesta a esse processo de revisão, a partir de estudos de caso que tomam como objeto aspectos da sociedade e da cidade de Alcântara. Seja na análise das interpretações tradicionais sobre a história da cidade, seja na observação de formas antigas de morar, trabalhar e morrer, seja na compreensão de episódios de resistência à escravidão, procurou-se um outro olhar sobre a velha cidade, um que fugisse ao repisado diagnóstico de decadência e morte, e que proporcionasse uma leitura alternativa do processo histórico alcantarense.

Licenciado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, especialista em História pela PUC-SP. Professor de História e pesquisador do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM. Entre 2010 e 2013 viveu e trabalhou em Alcântara - MA, período em que escreveu os artigos presentes neste livro.



978-613-0-16874-2

Estudos Alcantarenses

Rincon Caires



Daniel Rincon Caires

Estudos Alcantarenses

Artigos e ensaios

 Novas Edições
Acadêmicas

Daniel Rincon Caires
Estudos Alcantarenses

Daniel Rincon Caires

Estudos Alcantarenses

Artigos e ensaios

Novas Edições Acadêmicas

Impressum / Impressão

Bibliografische Information der Deutschen Nationalbibliothek: Die Deutsche Nationalbibliothek verzeichnet diese Publikation in der Deutschen Nationalbibliografie; detaillierte bibliografische Daten sind im Internet über <http://dnb.d-nb.de> abrufbar.

Alle in diesem Buch genannten Marken und Produktnamen unterliegen warenzeichen-, marken- oder patentrechtlichem Schutz bzw. sind Warenzeichen oder eingetragene Warenzeichen der jeweiligen Inhaber. Die Wiedergabe von Marken, Produktnamen, Gebrauchsnamen, Handelsnamen, Warenbezeichnungen u.s.w. in diesem Werk berechtigt auch ohne besondere Kennzeichnung nicht zu der Annahme, dass solche Namen im Sinne der Warenzeichen- und Markenschutzgesetzgebung als frei zu betrachten wären und daher von jedermann benutzt werden dürften.

Informação biográfica publicada por Deutsche Nationalbibliothek: Nationalbibliothek numera essa publicação em Deutsche Nationalbibliografie; dados biográficos detalhados estão disponíveis na Internet: <http://dnb.d-nb.de>.

Os outros nomes de marcas e produtos citados neste livro estão sujeitos à marca registrada ou a proteção de patentes e são marcas comerciais registradas dos seus respectivos proprietários. O uso dos nomes de marcas, nome de produto, nomes comuns, nome comerciais, descrições de produtos, etc. inclusive sem uma marca particular nestas publicações, de forma alguma deve interpretar-se no sentido de que estes nomes possam ser considerados ilimitados em matérias de marcas e legislação de proteção de marcas e, portanto, ser utilizadas por qualquer pessoa.

Coverbild / Imagem da capa: www.ingimage.com

Verlag / Editora:

Novas Edições Acadêmicas

ist ein Imprint der / é uma marca de

OmniScriptum GmbH & Co. KG

Heinrich-Böcking-Str. 6-8, 66121 Saarbrücken, Deutschland / Niemcy

Email / Correio eletrônico: info@nea-edicoes.com

Herstellung: siehe letzte Seite /

Publicado: veja a última página

ISBN: 978-613-0-16874-2

Copyright / Copirraite © 2015 OmniScriptum GmbH & Co. KG

Alle Rechte vorbehalten. / Todos os direitos reservados. Saarbrücken 2015

Sumário

Nota.....	2
Um Museu entre barões, foguetes e quilombolas.....	3
Hábitos Funerários e a construção do Cemitério de São Benedito em Alcântara.....	30
Antonino da Silva Guimarães – um barão republicano	66
Iluminação pública e privada em Alcântara e São Luís.....	88
Senhores de tacho, machado e sacho	125
Por esses campos e caminhos: resistência à escravidão em Alcântara	140
O Projeto expositivo “Vitrine Temática”	154

Nota

Os textos reunidos neste volume foram produzidos entre os anos de 2010 e 2013, período em que atuei como historiador junto ao Museu Casa Histórica de Alcântara – MCHA. Eles são resultado de extensas e variadas pesquisas documentais junto às instituições de salvaguarda de documentos de Alcântara e São Luís, e de leituras de trabalhos de historiadores e literatos maranhenses e de outras partes do Brasil e do mundo. São fruto também da observação e reflexão sobre o Museu e seu acervo. Versões ligeiramente modificadas de quase todos estes textos já foram publicadas em formato eletrônico, em revistas científicas, cadernos de resumos e anais de Congressos, Simpósios e Seminários, que vão lentamente desaparecendo do fluido ambiente digital. Daí o desejo de reuni-los aqui, sob o título de *Estudos Alcantarenses*, na esperança de retardar o seu ocaso e de fazê-los chegar às mãos daqueles que desejam, como eu desejei, compreender com mais perspectiva este enigma chamado Maranhão.

Um Museu entre barões, foguetes e quilombolas¹

Vamos, pesquisadores, em busca da Verdade. Partimos animados e confiantes à conquista do velocino de ouro capaz de transportar-nos ao reino da Verdade. À proporção, porém, que prosseguimos, reconhecemos quão imutável e impreciso é o objeto de nossa investigação. Afinal, o que é a Verdade? Qual Verdade? A Verdade de quem? deste autor, desse documento, diversa daquele? A *nossa* Verdade, isto é, a melhor que nos sabe? Tantas são as razões a considerar, que a Verdade verdadeira passa a não existir ante a variedade de pontos-de-vista, de enfoques, de situações, causas, efeitos, circunstâncias, conclusões mais ou menos aceitáveis...

[...]

Quer isto dizer que mesmo o documento escrito e publicado nem sempre é o espelho da verdade. E o que devemos reconhecer é que a verdade, pelo visto, é mais um consenso que uma imagem ou uma notícia.

Carlos de Lima

Introdução

Ao longo do século XX as ciências sociais tornaram-se gradualmente conscientes de sua natureza discursiva. Percebeu-se que as grandes “verdades universais” pretensamente emanadas de uma razão pura e homogênea eram constructos intelectuais peçados de intencionalidades, representantes de interesses específicos de grupos, nacionalidades etc. Isso deu início, no campo da historiografia, a uma série de estudos voltados para a análise das representações e dos discursos. Na verdade, essa vertente se tornou uma importante ferramenta de ação prática da história, que passou a desmontar sistematicamente todos os discursos que sustentavam hegemonias políticas, econômicas, culturais, étnicas. Tal ação partiu da premissa de que os discursos, longe de serem neutros, produzem estratégias e práticas que “tendem a impor uma autoridade à custa dos outros” (CHARTIER, 2002, p. 17). As representações estão sempre num campo de

¹ Uma versão modificada desse artigo foi publicada no Dossiê “História e Cidade” Revista Eletrônica “Outros Tempos”, Volume 9, número 13, junho de 2012.

disputas e competições, são objetos de poder, e a história passou a atuar com consciência nesse jogo de forças.

A museologia empreendeu jornada semelhante. Constatou-se que “toda instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade” (CHAGAS, 1999, p. 19). A análise dos “discursos” dos museus, de suas narrativas e do próprio recorte que fazem na realidade, decidindo o que preservar e o que esquecer, apontou que eram, em muitos casos, espaços de celebração de uma “memória do poder”. Ulpiano Bezerra de Menezes, por exemplo, descortinou o caráter “monumental” do Museu Paulista, demonstrando a maneira como aquele local foi constituído com vistas a celebrar determinadas figuras históricas, contribuindo para a eleição e fixação de “modelos de valores e comportamentos” (MENEZES, 2000a, p. 5).

Este artigo busca observar o processo de institucionalização dos discursos e representações, bem como suas formas de incidência sobre pessoas e sociedades, a partir da descrição e crítica de um caso específico, o de constituição do Museu Casa Histórica de Alcântara (MCHA), observando com ênfase seu papel como mediador e emissor das construções discursivas sobre a cidade de Alcântara – MA e sua sociedade, sobre seu passado e seu presente. A partir de uma breve revisão bibliográfica que levou em conta as principais obras que tratam da história de Alcântara, buscou-se encontrar as interpretações recorrentes sobre o passado da cidade, observou-se a maneira como o MCHA se posiciona em relação a essa historiografia e as implicações que este posicionamento ocasiona. Além da bibliografia pertinente, este estudo leva em conta parte da documentação produzida por museólogos, acadêmicos, dirigentes de órgãos culturais e autoridades políticas na época da constituição do Museu, no final dos anos 1980.

A história de Alcântara e suas interpretações: o discurso da decadência

Alfredo Wagner Berno de Almeida demonstrou que grande parte da produção intelectual do Maranhão é trespassada por um paradigma persistente e duradouro, assimilado quase sempre de maneira acrítica. Trata-se do que chamou de “discurso da decadência”, e consiste numa interpretação peculiar da história econômica maranhense. Almeida demonstrou que, a partir dos escritos de Raimundo José de Sousa Gaioso, Antônio Bernardino Pereira do Lago, Manuel Antônio Xavier, Garcia de Abranches e Francisco de Paula Ribeiro, no início do século XIX, estabeleceu-se a noção de que, com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756), por inspiração do Marquês de Pombal, durante o governo de Melo e Póvoas, desenvolveram-se os princípios da prosperidade na região, marcando um contraste entre o passado até então “miserável, bárbaro e gentílico” com um momento faustoso e opulento. Tais autores festejavam a introdução da grande lavoura de exportação, escravista, amparada no algodão e no arroz, que teria feito do Maranhão uma das regiões mais ricas do Brasil; como complemento inseparável dessa interpretação, segue-se a percepção da inferioridade do presente, de que “os bons tempos passaram”, e que se vive numa era de escassez e degradação. Essa “datação ortodoxa” tornou-se cânone, “padrão dominante de explicação da realidade” (ALMEIDA apud SILVA, 2008, p. 13).

Grande parte da produção historiográfica sobre a cidade de Alcântara está profundamente imersa no paradigma descrito acima. Os estudos que classificaremos como “clássicos”² têm pontos em comum na interpretação

² Neste artigo, consideramos “estudos clássicos” sobre a cidade de Alcântara aqueles produzidos por Jerônimo de Viveiros, Antônio Lopes e, ainda que parcialmente desviante das opiniões dos

que exibem e nos valores que agregam à trajetória histórica da cidade: consideram a introdução das reformas pombalinas como um “passo adiante”, um momento de “desenvolvimento” da região e, seguindo a mesma lógica, lamentam a derrocada do sistema agroexportador. Eles rotulam tal crise como *decadência*, entendida como processo que partiu de uma situação ideal e culminou em um panorama desolador. O olhar sobre esta “etapa final” da narrativa do passado da cidade nestas obras remete, indefectivelmente, à mais pura e genuína nostalgia. Interessa a este estudo ressaltar mais detidamente as representações dos autores “clássicos” a respeito desta última etapa da trajetória consensual de Alcântara, interpretada por eles como *momento de decadência*.

Em 1957, publicou-se postumamente a primeira edição da obra “Alcântara – subsídios para a história da cidade”, de Antônio Lopes. Nela, desde o início, ressalta a opção do autor pelo discurso da decadência. Lopes esforça-se em compor um quadro de contraste entre o passado opulento e o presente ruinoso:

Se não rolaram coches reais pelas ruas de Alcântara, porque o segundo imperador do Brasil faltou à promessa de a visitar, ficando com isso inacabado o palácio que se preparava para hospedá-lo, passaram, conduzidas por possantes escravos negros de libré, cadeirinhas e palanquins com florões e molduras douradas a fogo, cortinas de damasco e alcatifas de veludo, levando como pérolas ocultas entre as valvas das conchas, donairosas sinhás-moças para as missas, novenas e procissões do Carmo, da Matriz e das Mercês, ou para bailes e reuniões festivas. Nessas praças e ruas transitaram governadores e capitães-generais do Estado, capitães-mores de Cumã, Maranhão, Pará, Cametá, e Caeté, ouvidores, comissários, provinciais, provisores, ou residentes de três grandes ordens religiosas, capitães ou almirantes de França, Portugal, Espanha e Holanda, senadores, barões e viscondes ou chefes de partidos da Província no tempo do império, sábios, poetas. Os denegridos muros das casas apalaçadas são

antecessores, Carlos de Lima; parte dos conteúdos destas obras será analisada neste artigo. A opção pela análise destas obras se justifica por serem elas as principais referências a respeito da história da cidade, cujos conteúdos amparam o trabalho pedagógico nas escolas de Alcântara, embasam as narrativas oferecidas pelos guias turísticos e grande parte das produções culturais locais.

hoje espectros a lembrarem a quem os contempla um fausto para sempre perdido e guardam inviolados segredos de altas e baixas intrigas políticas e o mistério de tenebrosos dramas de famílias. (LOPES, 2002, p. 23)

Para Lopes, a cidade encontrava-se em um “lento e longo mergulho na decadência, pobreza, timidez, marasmo, tristeza e infortúnio”, que se contrapunha a um passado em que fora “próspera opulenta, orgulhosa, ativa, alegre e ditosa.” (LOPES, 2002, p. 319). O autor conclama ainda os testemunhos de outros intelectuais para corroborar sua interpretação sobre a trajetória negativa da cidade. Cita Raimundo Lopes, que em “O Torrão Maranhense” (1916), define Alcântara como “a velha cidade morta”, semeada de “templos destruídos e casarões destelhados”, lamentando a inexistência “da poesia do passado, da grandeza perdida, das relíquias veneráveis, vítimas, não do tempo, mas da incúria e do vandalismo dos interesseiros negociadores do espólio de uma prosperidade que se foi” (LOPES, apud LOPES, 2002, p. 22). Antônio Lopes convoca outro partidário do discurso da decadência, o poeta alcantarense Túlio Gouveia Pimentel Beleza, que em meados do século XIX escreveu:

Assim tu és, Alcântara: em tuas praças / Outrora estreitas para imenso povo / Que nelas, ledó e farto, se apinhava, / Rugindo sedas que da Europa em câmbio / Dos frutos do teu solo então nos vinha, / Ora desertas, reptis se cruzam / Por entre bastas moitas, bem medradas, / De verde mato, que a indolência ampara. / Teus denegridos templos ermam, tristes, / Bem diversos de outrora, e alguns por terra / Desmoronados jazem (BELEZA, apud LOPES, 2002, p.320)

O poeta estabelece uma ligação entre a opulência antiga e o comércio exportador, onde as mercadorias europeias – simbolizada pelas “sedas” – eram obtidas em troca dos produtos locais. O fracasso deste sistema econômico, levando de roldão a sociedade que se formou ao seu redor, foi identificado como “ruína” geral. A obra de Antônio Lopes, enfim, reincide na afirmação da decadência atual da cidade de Alcântara em contraponto com o passado brilhante e faustoso, insistindo na descrição de um

“contraste entre o passado e o presente da cidade e no seu incerto futuro.”
(LOPES, 2002, p. 23)

Jerônimo de Viveiros, maranhense descendente de barões escravocratas que tinham casas e fazendas em Alcântara, foi outro autor que dedicou esforços argumentativos para corroborar a ideia da decadência daquela cidade, especialmente na obra “Alcântara no seu passado econômico, social e político”, publicada pela primeira vez em 1949. Para Viveiros, que ecoava aquele paradigma surgido no início do século XIX, a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão era um marco positivo, ponto de partida da prosperidade da Capitania:

[...] esta companhia, que se inaugurava debaixo de protestos, ia fazer a felicidade do Maranhão e do Pará, que tiveram , no fim da era colonial, um período de magnífico esplendor.

Em verdade, a influência da companhia foi decisiva. Introduzindo braços africanos, sementes de arroz da Carolina para substituir o arroz vermelho nativo, melhores processos de cultura de algodão, ferramentas, máquinas de descasque de arroz, adiantamentos de dinheiro, tudo a longos prazos, para pagamento em gêneros, fez crescer a produção do Estado rapidamente.

Convém, entretanto, observar ter sido este êxito extraordinário da Companhia também auxiliado pela revolução industrial, que então, se operava na Europa, e, mais tarde, incrementado pela guerra da independência americana. Mas isto não tira o merecimento do homem que a dirigia, José Vieira da Silva (VIVEIROS, 1977, p. 58)

Para tentar provar a existência desta “fase brilhante da vida econômica do Maranhão” (VIVEIROS, 1977, p. 58), Viveiros arrola dados estatísticos que apontam o aumento das exportações de algodão, arroz e outros itens (ouro, couros, drogas, madeiras, tabaco), assim como o crescimento das exportações em valor total. Estabelece ainda comparações entre o Maranhão e outras províncias, apontando que, neste período, o Maranhão ocupava o quarto lugar em expressão econômica entre as regiões do Brasil. Para o autor, em suma, esse período podia ser caracterizado como de “progresso” (VIVEIROS, 1977, p. 59). Dentro deste quadro, destaca os “avanços” de Alcântara: sua produção cresceu, assim como seus

índices de exportação. Os principais produtos alcantarenses eram algodão, arroz, açúcar, farinha, peixe seco, sal (VIVEIROS, 1977, p. 60). Viveiros estabelece um “ranking” das cidades maranhenses, mostrando que Alcântara estava sempre entre as mais 3 ou 4 mais produtivas, liderando em produção de sal (VIVEIROS, 1977, p. 60-61).

No capítulo XII da referida obra, Jerônimo de Viveiros se dedica a explicar o processo de decadência pelo qual passou a cidade de Alcântara. Começa citando Monteiro Lobato, que escreveu sobre a decadência das cidades do antigo núcleo cafeeiro do Vale do Paraíba. Parafraçando Lobato, Viveiros afirma que “nesses lugares, não se conjugam verbos no presente [...] [t]udo é pretérito”. (VIVEIROS, 1977, p. 89). Sua interpretação do processo de decadência da cidade de Alcântara é abundante de marcos temporais e fatores causais:

A decadência começou no quinquênio de 1865 a 1870, concorrendo para isso vários fatores. O maior, sem dúvida, foi o incremento da indústria açucareira da Província. As terras de Alcântara, por serem areentas, são impróprias à lavoura canavieira, lavoura que tem o seu habitat no Pindaré, Mearim e Baixo Itapucuru, onde, entretanto, o seu desenvolvimento vinha sendo sopitado, naquela época, pelas dificuldades de transporte.

A navegação fluvial a vapor resolveu este problema.

O eixo da produção maranhense deslocou-se do litoral para os vales dos rios. Com a nova geração de lavradores começou o abandono da velha Alcântara.

A lei de 13 de maio de 1888 apressou-lhe a decadência, que o urbanismo de São Luís completou. (VIVEIROS, 1977, p. 89-90)

Carlos de Lima, cuja obra sobre a cidade de Alcântara foi publicada pela primeira vez em 1997, filiou-se de maneira mais sutil ao discurso da decadência. O conteúdo de sua obra é substancialmente menos dramático que seu título: “Vida, Paixão e Morte da Cidade de Alcântara – Maranhão”. Carlos de Lima produziu uma obra mais aberta a outras interpretações que não apenas aquela que decreta a decadência de Alcântara e do Maranhão, uma obra que considera outras possibilidades analíticas. Ainda assim, no escopo geral, a obra pode ser enquadrada como partidária do discurso da

decadência. Ele concorda, como seus antecessores historiógrafos de Alcântara, com a afirmação de que a Companhia de Comércio trouxe prosperidade, mas relativiza os fatos:

Afinal, depois de um período em que, dados os acontecimentos belicosos, só poderia piorar o estado pobríssimo dos moradores, a capitania reduzida a extrema miséria, segundo palavras do governador, resolveu el-rei, através de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (depois Marquês de Pombal), criar as companhias de comércio, cabendo ao Maranhão a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que, estabelecendo uma política econômica, regulamentou os lucros, os preços, os fretes, facilitou os transportes, concedeu créditos, proveu a colônia de braços através do fornecimento de negros escravos e tece na sua direção um cidadão honesto, trabalhador e diligente, José Vieira da Silva.

Progrediu a colônia, iniciando-se uma exportação ordenada, os navios vieram com regularidade, chegaram-nos os gêneros necessários a preços acessíveis, cresceu a lavoura, tentaram-se novos artigos e, posto não enriquecesse o povo, melhorou, não há dúvida, o seu modo de vida e, é lógico, tornou poderosa a classe dos comerciantes, lavradores e donos de engenho. (LIMA, 1998, p. 378-379)

Sua interpretação, preocupada com a análise dos diversos pontos de vista possíveis, concede um matiz a separar o povo dos comerciantes, lavradores e donos de engenhos, apontando desigualdades no aproveitamento do empreendimento governamental. Ainda assim, persiste em seu discurso o olhar sobre o “declínio econômico” do Maranhão:

Várias causas têm sido apontadas para o declínio econômico do Maranhão: esgotamento de solo pelos métodos primitivos de lavoura, a exigir sempre novas terras; o alto preço alcançado pelos escravos com o desenvolvimento da indústria açucareira do nordeste e da mineração, no sul; a queda do preço do algodão em virtude da nascente concorrência; as constantes execuções de dívidas justamente pelo encarecimento do escravo além da progressiva proibição do tráfico negreiro. A Guerra da Secessão dos Estados Unidos e a Revolução Industrial na Inglaterra proporcionaram períodos de altas cotações no mercado, que se não puderam manter por muito tempo, causando prejuízos aos imprevidentes comerciantes, incautos e ambiciosos, que gastavam à larga, crenças na infinita permanência dessas condições. (LIMA, 1998, p. 380-381)

Nesta obra de Carlos de Lima, enfim, podem-se localizar resquícios daquele paradigma antigo, descrito e analisado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, que impregna mais fortemente as obras dos outros dois

historiógrafos de Alcântara analisados neste texto. Em suma, tais modos de interpretar o passado alcantareense trazem uma abordagem etnocêntrica e elitista do processo histórico, que não reconhece a validade de outras formas de economia e organização social. Seus emissores estabelecem hierarquias entre os sistemas sociais, valorando prioritariamente a cultura europeia e suas expressões locais. Partindo dessas premissas, o fim da cultura eurófila aparece sempre com um sinal negativo.

Não se advoga aqui a inexistência de um período de dinamização econômica no Maranhão. A história econômica brasileira reconhece este “surto de desenvolvimento”, que se manifestou também em outras partes do país no final do período colonial, entre o ocaso da mineração e a expansão da cafeicultura. José Jobson de Andrade Arruda, através da análise de documentação alfandegária, demonstrou a diversificação dos tipos de produtos exportados neste período, ainda que no caso maranhense coubesse ao arroz e ao algodão a maior parte do volume comercializado (ARRUDA, 1988, p. 10). Parece mais do que seguro afirmar que houve de fato um reforço na economia local com a adoção de novas políticas econômicas. O que se busca neste artigo é demonstrar que estes acontecimentos foram superdimensionados e recobertos por um paradigma interpretativo que mitifica o passado maranhense (SILVA, 2008, p. 19), impregnando-o com forte juízo de valor, e que a aceitação desses conceitos implica em consequências diretas e incisivas sobre as vidas de milhares de pessoas. Tal forma de interpretar a trajetória do Maranhão é nitidamente marcada por “incongruências e intenções políticas” (SILVA, 2008, p. 17); seus prosélitos criam a noção de que fatores externos destruíram um sistema ideal, o que leva a um desejo de reconstruir aquele “passado glorioso”. Além disso, deixa-se de reconhecer a fatídica falência que as próprias mazelas intrínsecas a tal modelo econômico determinavam: a

insustentabilidade social, ecológica e econômica que um sistema escravista, predatório e dependente dos movimentos do mercado externo fatalmente decretava. Finalmente, a proclamação da decadência elide as realizações econômicas e demográficas promovidas pelos pequenos agricultores livres que, após o fim do escravismo, deram continuidade às atividades, substituindo a antiga elite latifundiária. Do ponto de vista material, esta substituição não ocasionou nenhum tipo de recuo na produtividade. Regina Helena Martins de Faria demonstrou sobejamente, por meio de uma análise que levou em conta dados estatísticos da produção econômica e de demografia, que o novo sistema econômico maranhense promoveu a continuidade do crescimento (FARIA, 2012).

Esse consenso sobre a decadência da cidade de Alcântara vem sendo contestado por toda uma nova geração de estudiosos. Nos últimos 40 anos, antropólogos e sociólogos maranhenses³ vêm reinterpretando a história do Maranhão e de Alcântara. Em suas obras, inverteu-se o sinal: o momento de crise do sistema escravista agroexportador é visto positivamente, não mais como o fim de um ciclo de desenvolvimento, mas como gênese de uma nova organização. Eles encontram nesta conjunção histórica o florescimento da nova dinâmica socioeconômica levada a cabo pela antiga casta servil, num processo de transição da economia senhorial para outra, baseada no campesinato livre. Nestas obras, a trajetória de Alcântara deixa de ser entendida pela dicotomia “apogeu e decadência”, para ser vista como

³ Refere-se aqui especialmente aos trabalhos realizados pelos cientistas sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), particularmente os estudos encetados pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Oliveira. Tal “escola” forma o que Maristela de Paula Andrade chamou de “pensamento antropológico maranhense” (ANDRADE, 2007, p. 13).

processo de constituição dos territórios étnicos⁴. Ex-escravos e caboclos tornaram-se senhores das terras alcantarenses, introduzindo uma nova lógica organizacional, reorientando os sentidos da produção, ressignificando as práticas econômicas e ecológicas, reestruturando todo o sistema de valores sociais. Para eles, a história de Alcântara do século XIX é uma história de enfraquecimento gradual do sistema agroexportador, escravista e latifundiário, movimento que, somado à tenaz e contínua resistência dos escravos africanos e crioulos, levou à formação dos territórios étnicos: os indivíduos escapavam da escravidão e das malhas cada vez mais frouxas de um sistema produtivo em crise e se apropriavam das terras da região, formando centenas de povoados.

Esta “guerra de interpretações”, longe de se restringir ao silencioso universo acadêmico-literário, é decisiva para a definição de situações reais. Longe de ser atinente apenas ao passado longínquo, está ligada a situações contemporâneas que envolvem as vidas, as famílias e os bens de milhares de pessoas. O posicionamento da sociedade e do Estado com relação a essa disputa é essencial na determinação dos destinos das comunidades quilombolas de Alcântara. De fato, formaram-se, ao longo dos séculos XVIII e XIX, os territórios étnicos em Alcântara, na esteira da derrocada do sistema agroexportador. No entanto, tal processo se deu à margem de qualquer reconhecimento jurídico. Tal apropriação territorial ocorreu sem as formalidades legais consideradas imprescindíveis pela sociedade circundante. Diversos pesquisadores tentaram, quase sempre sem sucesso,

⁴ Entende-se por “territórios étnicos” as unidades territoriais apropriadas e administradas por índios, negros e seus descendentes, e que, no século XX, seriam também identificadas como “áreas remanescentes de quilombos”, “terras de pretos” ou “terras de caboclos”.

encontrar nos cartórios da região registros escritos que amparassem a posse dessas terras pelos quilombolas⁵.

É nessa lacuna entre a realidade e a legalidade que atuam fortemente os discursos e representações sobre a história de Alcântara. Se, como fizeram os autores “clássicos”, considerar-se que a crise agroexportadora foi de fato um passo para a “decadência” da cidade, ocorrem de roldão duas tomadas de posição: primeiro, passa-se a enxergar os territórios quilombolas como sintomas do atraso; segundo, cria-se imediatamente o desejo de desenvolver atitudes “saneadoras” que recuperem o “brilho” de outrora. Se, por outro lado, admitir-se que tal crise deu início ao desenvolvimento de uma nova estrutura socioeconômica válida, passa-se a considerar-se legítima a existência e a reprodução indefinida do modo de vida dos camponeses livres e quilombolas, e surge um reconhecimento de sua ocupação dos territórios.

Historicamente, o que se tem visto é um alinhamento do Estado e dos segmentos mais proeminentes da sociedade maranhense - e nacional - com o “discurso da decadência”. Esse alinhamento estatal pode ser constatado, por exemplo, no aparecimento de constantes reedições – financiadas por órgãos do governo estadual e grandes empresas - com que as obras inseridas no discurso da decadência são beneficiadas. Longe de desaparecerem do panorama intelectual maranhense, tais ideias vêm sendo reinseridas continuamente através de novas tiragens. Além disso, ações atentatórias concretas à existência das comunidades quilombolas de Alcântara são observadas com frequência. Um exemplo extremo se deu no início dos anos 1970, quando o governo estadual decretou que os territórios

⁵ Valiosas exceções podem ser encontradas. Em 2007 reconheceu-se oficialmente a posse das terras pelos habitantes da comunidade de *Santo Inácio* graças à Oficial do Cartório do Primeiro Ofício de Alcântara, Maria Benita Moraes Dias, que descobriu entre os antigos escritos um testamento de 1879 que comprovava a posse legal das terras.

dos quilombolas da região eram na verdade “terras devolutas”, ou seja, ociosas e abandonadas, e passou a lotear grandes áreas, divididas em pequenas parcelas, que foram vendidas a agricultores advindos de outros estados (SÁ, 2007, passim). Nos anos 1980, um golpe ainda mais violento foi desfechado: o Governo Federal desapropriou mais da metade do território da cidade de Alcântara para a instalação de um Centro de Lançamento de Foguetes. Nesse processo, milhares de moradores de povoados quilombolas foram deslocados de suas terras, destinados às “agrovilas” construídas pela Aeronáutica. Atualmente está em curso uma nova fase do projeto espacial, que implica na ampliação da área desapropriada e no deslocamento de mais comunidades quilombolas⁶.

A criação do Museu e suas relações com os discursos sobre a história da cidade

No Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, ampliaram-se os esforços para definir, preservar e comunicar uma “identidade nacional”, num impulso que se institucionalizou na década de 1930, com a criação de órgãos voltados para estes objetivos. Estudos recentes têm refletido sobre as ideias e as ações dos intelectuais e agentes governamentais que implementaram as políticas de preservação de patrimônio no país. De maneira geral, percebe-se que seu trabalho estava imerso num forte viés ideológico, que naturalizava certos paradigmas. Para eles, o presente

⁶ Resta ressaltar que grande parte dos removidos não se adaptou à vida nas agrovilas, que foram estruturadas em terras impróprias para agricultura, longe dos cursos d’água que forneciam importantes elementos alimentares às comunidades, e sob regime parcelar de acesso à terra, contrariando a antiga organização comunal. Esses desvãos provocaram um intenso êxodo rural, levando parte das pessoas realocadas a migrarem para as cidades vizinhas. A zona urbana de Alcântara, nesse processo, experimentou um inchaço repentino que gerou ainda mais mazelas sociais (SOUZA FILHO et ANDRADE, 2006, passim).

aparecia como corroído por um processo de perda que arriscava apagar uma situação original vista como ideal. É nesse ponto que se apoiavam os trabalhos e práticas de preservação cultural, que intervieram visando resgatar, restaurar e preservar os fragmentos, buscando restabelecer e assegurar a continuidade com aquele passado mítico ideal. Nas palavras de José Reinaldo Santos Gonçalves,

As práticas de preservação histórica nas modernas sociedades nacionais estão associadas a narrativas que se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob risco iminente de desaparecimento. Os intelectuais que se dedicam a pensar esse tema assumem tal situação como um dado, e vêem a perda do chamado “patrimônio cultural” como um processo histórico objetivo, desdobrando-se no tempo e no espaço. Em suas narrativas, a perda pressupõe uma situação original ou primordial de integridade e continuidade, enquanto a história é concebida como um processo contínuo de destruição daquela situação. Sua missão é, conseqüentemente, definida como a de proteger aqueles valores ameaçados e redimi-los em uma dimensão de permanência e transcendência. (GONÇALVES, 1996, p. 89)

Percebe-se, portanto, que aquele “discurso da decadência” maranhense, apontado por Alfredo Wagner, tinha ressonância nos órgãos governamentais de proteção do patrimônio. A identidade maranhense, como a nacional, foi delimitada a partir da idealização do passado, e as instituições que surgiram para salvaguardar o patrimônio se impregnaram fortemente dessa “retórica da perda”.

A criação de aparatos memoriais em Alcântara seguiu este padrão: esteve ligada, desde o início, ao discurso da decadência. O impulso de preservar o patrimônio histórico da cidade se justificava pela manutenção dos vestígios de uma era de fausto que desaparecera, espécie de prova visual que, em meio à decadência do presente, relembresse a opulência do passado. Um dos registros mais antigos desta ligação entre o discurso da decadência e as iniciativas preservacionistas em Alcântara pode ser encontrado na narrativa de Antônio Lopes sobre os esforços que moradores

e intelectuais fizeram, em 1927, para evitar a derrubada das ruínas da Igreja Matriz da cidade. Naquela ocasião, o escritor defendeu a manutenção dessas “testemunhas de tempos memoráveis”:

Não foi, é certo, Fídias quem construiu a Matriz de Alcântara, nem outro artista célebre dos áureos tempos da beleza da Grécia ou da grandeza de Roma, porém não se sabe quem levantou tantos edifícios que, embora sem um grande valor artístico, falam em velhas urbes, de gerações extintas e eras de antanho. Os povos cultos, quando querem modernizar logradouros públicos das suas cidades, não destroem ruínas *que nesses lugares atestem passadas grandezas*: colocam-nos entre árvores, gramados, flores e repuxos de água cantante e cristalina, deixando-as realçarem com o prestígio de sua vetustez tais sítios [...] (LOPES, 2002, p. 78, grifo nosso)

Em 1948, sob os auspícios dos serviços federais de preservação do “patrimônio histórico”, a cidade de Alcântara foi elevada à condição de “monumento nacional”. Apesar da iniciativa ter sido efetivada pelas esferas federais, Jerônimo de Viveiros o creditou à ação do então governador do estado do Maranhão. Segundo ele, “do esplendor do passado só restam tristes ruínas, que desapareceriam, num futuro próximo, se o Governo do Sr. Sebastião Archer da Silva, num ato de benemerência, não se interessasse por transformar a velha cidade em monumento histórico da Nação” (VIVEIROS, 1977, p. 90). Mais uma vez, evidenciava-se uma ligação entre patrimônio e passado idealizado.

No final do século XX, novo impulso político, fartamente apoiado no discurso da decadência, incidiu sobre as práticas culturais no Maranhão, resultando, entre outras coisas, na reedição das obras “clássicas” da historiografia maranhense. Em 1977, por ocasião da reedição da obra de Jerônimo de Viveiros sobre Alcântara, manifestava-se a Fundação Cultural do Maranhão sobre o sentido de seus esforços:

O presente livro sobre Alcântara representa, ao lado do alentado estudo de Antônio Lopes, quanto, a nível de bibliografia específica, temos de básico a respeito da velha Tapuitapera [Alcântara] que, *após os tempos de esplendor*

econômico e liderança política, amargou um penoso e progressivo declínio, chegando ao abandono da cidade morta.

Mas a antiga Vila dos Coelho de Carvalho, sede da Capitania de Cumã, não foi despojada de sua grandeza ante o olhar de cúmplice indiferença dos maranhenses.

Em sua defesa houve sempre quem levantasse a voz, em tom de denúncia ou deprecação, contra a agonia que estertorava Alcântara, como a puni-la, incruenta, pelos dias de riqueza e prestígio de seus barões.

Entre estas vozes se inclui a de Jerônimo de Viveiros, alcantarense que provém de uma das mais ilustres e tradicionais famílias daquela cidade.

Atualmente a Fundação Cultural do Maranhão, através de seu Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico, insere Alcântara entre as suas metas prioritárias. O Plano de Restauração do Patrimônio Histórico e Artístico de São Luís e Alcântara já marcou, ali, o sinal de sua presença atuante, recuperando igrejas, restaurando altares, estabilizando sobradões e traçando para eles projetos de utilização e aproveitamento.

Ao presente esforço de ressurreição da cidade de Alcântara não poderiam faltar providências outras no sentido de dar-lhe sincronia e viabilidade. Proporcionar boas condições de acesso, oferecer hospedagem condigna aos visitantes, *organizar museus*, tudo isso e muito mais serão itens indispensáveis para a estrutura em que se apoiará a revitalização da cidade.

Exatamente dentro desta concepção é que se reedita, agora, *Alcântara no seu passado econômico, social e político*, livro que significa uma contribuição efetiva ao trabalho da Fundação Cultural do Maranhão. (VIVEIROS, 1977, s/p, grifos nossos)

O texto, sem indicação de autoria, parte da premissa de que Alcântara é uma “cidade morta”, cuja “ressurreição” dependeria da ação governamental. Dessa forma, ao lado das intervenções físicas que se destinavam a recuperar e estabilizar as construções da cidade, o órgão propunha “projetos de utilização e aproveitamento”, investindo em condições de acesso e hospedagem e, sugestivamente, *criando museus*.

É dentro desse espírito, pespegado dessas noções e conceitos, que nasce o Museu Casa Histórica de Alcântara (MCHA). O Museu começou a surgir em dezembro de 1986, quando um decreto presidencial desapropriou o sobrado e seu conteúdo com a finalidade de criar um espaço museal. Seguindo o destino de muitos Museus, o MCHA ocupou um antigo “espaço de poder”: o Sobrado número 7 da Praça da Matriz de Alcântara, que pertenceu, sucessivamente, às famílias Viveiros e Guimarães. A primeira

delas teve barões, presidentes de Província e deputados do Império entre seus membros e amparava-se economicamente no trinômio latifúndio-escravismo-agroexportação. Já a família Guimarães, proprietária do sobrado a partir de 1889, era composta por comerciantes e oficiais de diversas especialidades e representava a nova ordem republicana. Depois de um início de vida humilde, os Guimarães galgaram posições e cabedais ao longo das primeiras décadas do século XX, e se tornaram membros da nova elite regional. O MCHA está, portanto, ancorado fisicamente num prédio que sempre serviu à elite, e que sempre se serviu de mão-de-obra escrava ou inserida em relações de trabalho similares à servidão, e está inserido naquele contexto de tensões e disputas por territórios e força de trabalho, que caracteriza a região de Alcântara desde os primórdios do século XIX.

Instalado num dos núcleos de poder da cidade, cercado pelas questões e pressões históricas herdadas dos séculos precedentes, o Museu foi, desde o início, instado a se posicionar. Impossível fugir de uma definição discursiva: urgia demarcar uma narrativa, eleger, entre as memórias possíveis, qual se deveria preservar. A “guerra de interpretações” sobre a história da cidade ressoou também nesta instituição. Já em sua fundação, apareceram propostas divergentes sobre a posição que a instituição deveria tomar frente à história da cidade. Dois grupos distintos disputaram pelo estabelecimento de suas visões a respeito da narrativa ideal do novo Museu.

Por um lado, atuou a Comissão Técnica, criada por ordem do Secretário do Patrimônio Histórico Nacional, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, por meio da portaria nº 6 de 20/05/1987. Coordenada por Célia Maria Corsino, a comissão era responsável pela elaboração de um “plano executivo” para o futuro Museu. O outro grupo de pressão, organizado

localmente, era formado pelos expropriados (remanescentes da família Guimarães) e pelo perito judicial encarregado de determinar o valor e o estado dos bens, o colecionador de antiguidades Luiz Alfredo Netto Guterres.

O perito Guterres, em seu Laudo Pericial elaborado com a colaboração de Heidimar Guimarães Marques, antigo proprietário do sobrado, defendia que o Museu deveria se dedicar a contar a história do “período do fausto” da cidade. Em suas palavras, o sobrado e seu conteúdo, que haviam pertencido a “ilustres famílias de alcantarenses”, era “[...] um verdadeiro sacrário-relicário de informações bisseculares que retratam o apogeu e a decadência da vida da hoje Cidade Monumento Alcântara.” Dessa forma, além de eleger como protagonista do novo Museu a memória dos nobres e ricos do passado, sugeria subscrever o “discurso da decadência”. Pleiteava, afinal, tornar o espaço um local de culto à memória dos tempos áureos em que os nobres latifundiários e escravistas de Alcântara gozavam a hegemonia social (Laudo Pericial referente ao Processo de Ação Cautelar nº 5373/87, de autoria de Luís Alfredo Netto Guterres, 25/01/1987).

A Comissão Técnica tinha outros planos para o recém-nascido Museu. Respondendo às sugestões de Guterres, a coordenadora da comissão técnica atacou com veemência a ideia de criar um museu dedicado à memória da elite, argumentando da seguinte forma:

Entendemos que um museu moderno principalmente em comunidades como a alcantarenses deve ter função social relevante. A simples reprodução de uma casa alcantarenses não modificará ou influenciará a comunidade. O que se espera não é a exibição de objetos antigos, mortos e acabados mas sim levar o visitante a ter uma visão crítica da cidade [...] em todos os seus momentos – passado, presente e futuro – A simples coleção de objetos antigos não fará do museu uma instituição eficiente e afinada com o seu tempo. [...] Cremos que a montagem de uma casa de época passa pelas indagações: que época? Casa de quem? Não na certa da maioria da população alcantarenses de hoje. Será que sacralizar a Alcântara dos tempos dos Barões é o objetivo de um museu da cidade?

Certamente não. Não pretendemos fazer um museu réplica da casa dos Guimarães, mas ter todo um universo simbólico concreto, de toda a Alcântara no espaço Museu da Cidade. (Parecer nº 002/08 referente ao Processo de Ação Cautelar nº 5373/87, de autoria de Célia Maria Corsino, Assessora Técnica do SNM, Coordenadora da Comissão para Implantação do Museu da Cidade de Alcântara, 1987)

Corsino, reconhecendo o potencial sacralizador dos museus, desejava evitar a eleição de atores históricos privilegiados, e a consequente exclusão de todas as outras figuras presentes na sociedade. Queria fugir do exclusivismo do passado, pugnando por um museu preocupado com a vida presente da sociedade alcantarense. Queria, sobretudo, um museu democrático, que aceitasse abrigar as múltiplas identidades e memórias do corpo social da região. A proposta era, então, que se criasse no espaço um “Museu da Cidade”.

A criação do Museu, no entanto, foi marcada por descontinuidades. Ocorreram muitos momentos de suspensão das atividades, por conta de inúmeros fatores, de maneira que o empreendimento de musealização do espaço que viria a se tornar o Museu Casa Histórica de Alcântara se prolongou por mais de 18 anos⁷. No início do século XXI houve uma intensificação nas atividades, etapa marcada pela restauração do prédio e do acervo. Nessa altura, no entanto, abandonou-se a antiga discussão a respeito da natureza do discurso do Museu, e decidiu-se unilateralmente pela criação de um espaço que remetesse aos antigos sobrados senhoriais do século XIX. Abandonou-se a antiga ideia de se instituir um “Museu da Cidade”; no seu lugar, decidiu-se pela criação de uma “Casa Histórica”; de certa forma, essa configuração representava a vitória da visão do antiquário Guterres.

⁷ Estas frequentes e misteriosas lacunas escaparam ao escopo da presente análise, e talvez seus desdobramentos venham a ser melhor conhecidos em pesquisas posteriores.

O processo de restauração do prédio foi feito com vistas a atingir este objetivo. Em primeiro lugar, houve uma completa supressão de todas as áreas de serviço e da senzala. Ao fazer isso, transformando os antigos espaços de serviços e senzalas em áreas técnicas, administrativas e sanitárias, apagou-se da casa um aspecto importante, que seria base para reflexões riquíssimas⁸. O MCHA ficou incompleto, mantendo apenas a parte “social” da casa, de maneira que os visitantes deixam de ter acesso aos vestígios da escravidão e do trabalho necessário à formação de toda aquela riqueza. Houve, ainda, a desmontagem de uma botica, do armazém, de paredes e escadas existentes no prédio, a eliminação de papéis de parede e outras estruturas que haviam sido introduzidas ao longo do tempo de moradia da segunda família, e que representavam a adaptação do prédio a novos arranjos familiares, domésticos e de trabalho (essas constatações podem ser observadas a partir do depoimento de Heidimar Guimarães Marques).

Dessa forma, o MCHA parecia se inclinar para uma função memorial, para a lembrança saudosa e nostálgica dos tempos dos barões, do apogeu da cidade, da riqueza do século XIX, marcando um contraste com a “pobreza” dos dias de hoje. A musealização foi conduzida de maneira a contribuir para a construção de uma identidade alcantareense unívoca, uma determinada memória “unificada e homogeneizada, [...] formadora de imagem, representação de si próprio que reorganiza simbolicamente o universo das coisas e das relações e produz legitimações”. (MENESES, 2000b, p. 7).

⁸ Resta notar que esta prática se repetiu em muitos dos prédios coloniais e imperiais do Maranhão: o mesmo destino sofreram as senzalas e cozinhas dos prédios que abrigam a Casa da Festa, a Casa de Nhozinho, o Museu de Artes Visuais do Maranhão, o Arquivo Público do Estado do Maranhão em São Luiz, a Casa do Divino e o Museu Histórico de Alcântara, entre outros.

Complementando essa construção narrativa, produziu-se um pequeno livro institucional, intitulado “Museu Casa Histórica de Alcântara” (ALMEIDA, et alii, 2006), que colocou em palavras aquilo que o Museu e a exposição diziam por imagens e gestos: dedicado à memória das “famílias ilustres” que residiram no Sobrado, retoma o “discurso da decadência” em todas a sua potência e alcance. Nas palavras dos autores, o local serviria como “testemunho petrificado de um tempo [de] fausto da sociedade alcantareense” (ALMEIDA, et alii, 2006, p. 25). Embasado parte nas informações contidas no Laudo Pericial do antiquário Guterres, parte na bibliografia “clássica” sobre a cidade de Alcântara, a obra conta a história da riqueza do século XIX e a “decadência” da cidade, no período posterior à abolição da escravatura.

Dessa forma, quando o Museu foi finalmente aberto ao público, em 2006, oferecia-se aos visitantes uma narrativa profundamente identificada com o “discurso da decadência”, num espaço que, ao contrário do que pleiteava Celia Corsino nos anos 1980, privilegiava a memória da antiga “nobreza” escravocrata alcantareense.

Perspectivas

Mário Chagas demonstrou sua fê na “reabilitação” dos museus criados com “caráter celebrativo”. Para ele, tais espaços não podem ser vistos como “fadados a jamais desenvolver trabalhos de estímulo e recepção crítica e maior participação social”. Ao contrário, crê que é possível que se transformem em “equipamentos voltados democraticamente para o trabalho com o poder da memória” (CHAGAS, 1999, p. 22-23). Ulpiano Meneses, que atuou na direção de um Museu carregado de intenções celebrativas, deu a receita para inverter o sentido dos esforços e

conferir legitimidade social ao trabalho dos museus, elegendo os “problemas históricos” como cerne de suas preocupações (MENESES, 2000b, p. 8).

Apesar de estar encravado num espaço de poder que foi, durante o processo de musealização, preparado para servir ao “discurso da decadência”, há esperanças concretas de reverter as diretrizes da Instituição nos próximos anos. A adoção de uma nova filosofia de trabalho já tem provocado modificações positivas na sua natureza. O paciente trabalho do setor Educativo tem conquistado parceiros e difundido o Museu como espaço da comunidade na cidade de Alcântara. No ano de 2011, foram efetuadas várias reuniões com membros da sociedade local, especialmente educadores e gestores escolares, que tem estreitado os laços entre as instituições. Resultados concretos já foram observados. O Museu se abriu para a comunidade, que foi convidada a participar da elaboração do Plano de Ação para 2011 e ajudou a discutir pontos importantes do novo Plano Museológico que se está construindo. Houve ainda um reforço importante dos aspectos técnicos da Casa, com a adoção de novas políticas de manutenção de acervo e uma reorganização completa da Reserva Técnica. Efetuou-se uma revisão no inventário, que abarcou todos os itens em poder do MCHA, ampliando o total de peças inventariadas de 958 para 2087.

Num plano mais conceitual, no que tange à narrativa do Museu, ao discurso que ele emana e subscreve, e na democratização do espaço para a recepção e acolhimento de outras memórias e identidades, alguns avanços já foram observados. Não se abandonou de todo o caráter *personalista* do prédio e do acervo. Ainda se fazem presentes na exposição os barões e ricos que ali viveram. A nova história social, que vem emergindo das academias desde os anos 1970, demonstra como se pode fazer uso relevante de personalidades do passado sem o risco de incorrer na

“celebração dos grandes vultos”. Por meio da metodologia que se convencionou chamar de “micro-história”, as trajetórias de indivíduos singulares – seja a do ex-escravo Rufino José Maria, seja a do moleiro Menocchio, seja a do negro Arias da Silva, ou, no caso do MCHA, da Baronesa de São Bento ou de Antonino da Silva Guimarães – são empregadas como “fachos de luz”, formando “trilhas” que oferecem ao historiador a possibilidade de acompanhar de perto o contexto do vivente. Olhados desta forma, os indivíduos são “chaves de interpretação” de toda uma realidade social em suas mais delicadas tramas.

Outra possibilidade promissora emerge com a instituição de um novo ramo de ação da Casa: a constituição de um Acervo Audiovisual. Empregando os métodos e técnicas da História Oral, o programa propõe-se a coletar, abrigar e disponibilizar ao público interessado um conjunto de depoimentos orais dos habitantes da região. Realizado em ciclos temáticos, o projeto iniciou-se com a coleta de depoimentos que versaram sobre as Caixeiros do Divino Espírito Santo de Alcântara. Esta vertente do trabalho do MCHA pode resultar em exposições temporárias e, também, pode se materializar em um novo espaço de longa duração, a ser anexado ao Museu num futuro próximo. Este trabalho solidifica a relação entre a instituição e os diversos membros da comunidade local, apontando a todos que se trata de um local aberto e democrático.

Finalmente, busca-se ressignificar o trabalho do MCHA, espantando os “fantasmas celebrativos”, por meio de uma nova abordagem das peças do acervo. Os objetos deixam de ser vistos por sua relação com as figuras e personagens do passado, e passam a ser encarados em sua materialidade, por seus significados e pelos valores contidos em si. Nas palavras de Marlene Suano, os objetos devem ser observados como resultado de trabalho, remetendo ao homem e à sociedade que o produziu, e como

mediadores da compreensão que as pessoas tem “dos espaços, de sua sociedade, do meio ambiente” (SUANO, 2000, p. 16). O resultado deste tipo de observação no MCHA tem permitido entrever as nuances das relações entre os gêneros, o avanço da produção industrial sobre o trabalho manufatureiro, os meandros da penetração dos itens estrangeiros, os padrões de consumo, as soluções domésticas em diálogo com o contexto urbano de Alcântara etc⁹. Estas são, enfim, as promissoras perspectivas para o MCHA nos próximos anos.

Considerações finais

Espera-se que a análise do caso da criação do MCHA tenha demonstrado os caminhos pelos quais os discursos e representações se institucionalizam, corporificando-se e gerando desdobramentos bastante concretos. Na maioria dos “lugares de memória” optou-se pela eleição de determinado segmento da sociedade e a pela valorização de seu modo de vida, em detrimento de outros grupos existentes. Tal forma de agir revela uma mentalidade etnocêntrica que é avessa ao reconhecimento do “outro” enquanto portador de estruturas legítimas de organização social, econômica, cultural etc.

Espera-se ainda que fique clara a relação entre o “discurso da decadência” que permeia a produção cultural maranhense e os “projetos de modernização” que ameaçam vidas e propriedades de milhares de pessoas. No caso de Alcântara, a aceitação da premissa de que os habitantes dos territórios étnicos, ou quilombolas, sejam pobres, atrasados e de que não fazem uso regular de suas terras permite que a sociedade circundante,

⁹ Os resultados destas observações pontuais sobre determinados objetos do acervo tem sido publicados no Blog do MCHA (museucasaalcantara.blogspot.com).

amparada pelo braço forte do Estado, lhes conteste o direito de permanecer nos territórios em que vivem e produzem há mais de 150 anos.

Essa situação demonstra cabalmente o peso das representações sobre a “vida real”. Representações geram discursos, que engendram ações: isso fica claro no caso analisado. Dentro deste universo, uma instituição dedicada à memória, à preservação e divulgação de certas figuras, de certos padrões de conduta, tem papel preponderante. Os museus, portanto, são atores privilegiados neste intrincado jogo conceitual. Cabe aos que atuam nestas instituições reconhecer em suas narrativas os discursos que emanam e subscrevem, procurando detectar e eliminar posicionamentos equivocados, preconceitos e etnocentrismos.

DOCUMENTOS

Depoimento de Heidimar Guimarães Marques, registrado em 04/04/2011. Acervo Audiovisual do MCHA.

Laudo Pericial referente ao Processo de Ação Cautelar nº 5373/87, de autoria de Luís Alfredo Netto Guterres, 25/01/1987 – Acervo MCHA

Parecer nº 002/08 referente ao Processo de Ação Cautelar nº 5373/87, de autoria de Célia Maria Corsino, Assessora Técnica do SNM, Coordenadora da Comissão para Implantação do Museu da Cidade de Alcântara, 1987 – Acervo MCHA

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Fontes Orais – Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva, et alii. **Museu Casa Histórica de Alcântara**. São Luís: IPHAN, 2006.

ANDRADE, Maristela de Paula. Apresentação – Uma antropologia do campesinato no Maranhão. In: SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra – Propriedade Comunal e Campesinato Livre na Baixada Ocidental Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007. pp. 9–16.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Economia Brasileira no Fim da Época Colonial: a diversificação da produção, o ganho do monopólio e a falsa euforia do Maranhão**. In: Revista de História nº119 (nova série) pp 3 – 21. USP: São Paulo, 1988.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília: Edições Ibama, 2006.

CAIRES, Daniel Rincon. **O Barão Republicano: Antonino da Silva Guimarães e a nova ordem em Alcântara na virada do século XIX**. Anais eletrônicos do II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista, 2011.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada Museu: preparando o terreno**. Cadernos de Sociomuseologia, nº 13, 1999. p. 19-26.

CHARTIER, Roger. **História Cultural – Entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Miraflores: Difel, 2002.

FARIA, Regina Helena Martins de. Escravos, Livres Pobres, Índios e Imigrantes Estrangeiros nas representações das Elites do Maranhão Oitocentista. In: COSTA, Wagner Cabral da. **História do Maranhão: Novos Estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.

_____. **Mundos do Trabalho no Maranhão Oitocentista: Os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo. Fontes Arqueológicas – Os Historiadores e a Cultura Material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003

LIMA, Carlos de. **Vida, Paixão e Morte da Cidade de Alcântara – Maranhão**. São Luís: SECMA, 1998.

LOPES, Antônio. **Alcântara: Subsídios para a história da Cidade**. São Paulo: Siciliano, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Para que serve um Museu Histórico? In: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (Org.). **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista, 2000a. p. 3-6

_____. Museus Históricos: da celebração à consciência histórica. In: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (Org.). **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista, 2000b. p. 7-10

SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense**. São Luís: Edufma, 2007.

SILVA, Ana Ládía Conceição. **Falas de Decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles**. 2008. 177f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA FILHO, Benedito de; ANDRADE, Maristela de Paula; (Org.) **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.

SUANO, Marlene. Alfaias, apetrechos, tarecos, trecos: os móveis. In: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (Org.). **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista, 2000. p. 15-18.

TURNER, Frederick Jackson. **O significado da História**. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.191-223, 2005.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado Econômico, Social e Político**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

Hábitos Funerários e a construção do Cemitério de São Benedito em Alcântara¹⁰

Introdução

A forma de encarar a morte e os mortos sofreu uma drástica modificação no Ocidente, a partir da segunda metade do século XVIII, num processo que se estendeu até as primeiras décadas do século XX. Muitos dos ritos, gestos e costumes que cercavam a etapa final do ciclo natural da vida foram substituídos ou desapareceram. A morte “pública”, no leito domiciliar cercado de familiares, vizinhos e conhecidos, anunciada com pompa pelos sinos, irmandades e músicos, os distintivos de luto e os enterramentos *apud ecclesiam* desapareceram, dando espaço para um passamento privado, asséptico e silencioso. A concepção sobre os cemitérios se inverteu: de início locais socialmente repudiados, destinados aos desvalidos, desterrados, escravos abandonados, eles se tornaram o destino preferencial dos mortos. Instaurou-se um tabu discursivo, e o silêncio sobre a morte só é rompido através de uma linguagem eufêmica, atitudes que visam poupar os vivos do contato com a ideia do inevitável fim.

Os objetivos deste artigo são modestos. Não se pretende aqui fazer uma reflexão exaustiva sobre a totalidade da produção deste vasto território da história das atitudes diante da morte. Tampouco se busca realizar um esforço explicativo generalista, que aponte as “causas” dessas profundas mudanças culturais. As “explicações”, quando aparecem neste texto,

¹⁰ Uma versão modificada deste texto foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), número 41, em junho de 2012.

derivam de observações de outros estudiosos, que se dedicaram ao problema em pesquisas mais amplas e prolongadas. O presente trabalho, essencialmente monográfico, destina-se a observar as atitudes diante da morte e dos mortos e as mudanças e permanências nas sensibilidades e comportamentos a respeito deles na cidade de Alcântara – MA em alguns momentos ao longo do século XIX, especialmente entre as décadas de 1840 e 1860, com pequenas extrapolações para os períodos limítrofes. A escolha deste período específico se justifica pela percepção de que se trata de um momento de ruptura e transição, onde se delineia uma fronteira entre formas diferentes de lidar com a morte e os mortos. Tal empreendimento foi realizado à luz de uma documentação ainda pouco explorada para o local e o período (inventários e testamentos de alcantarenses, prestações de contas e outros papéis referentes às Irmandades, legislação municipal¹¹), e agrega uma pesquisa de campo nos antigos locais de enterramento de Alcântara. O desejo é que este trabalho, ainda que escasso em grandes revelações ou profundas reflexões, sirva como indicativo da manifestação regional de um fenômeno bastante estudado da sociedade ocidental, apontando as peculiaridades alcantarenses nas suas formas, marcos temporais e alcances conceituais.

1. O Cemitério de Alcântara e os novos costumes funerários – 1842-1848

Para que se possa observar o processo de construção de um cemitério em Alcântara, episódio que marca o início da extinção dos enterramentos nas igrejas, é preciso que se tenha em perspectiva a trajetória das relações entre a sociedade e os mortos e dos homens com a morte. Por mais de dois

¹¹ Nas referências aos documentos, serão usadas as siglas CPOA para “Cartório do Primeiro Ofício de Alcântara” e APEM para “Arquivo Público do Estado do Maranhão”.

milênios, persistiu uma tradição na forma de lidar com a morte que perpassou diversas culturas e eras: trata-se de uma relação de familiaridade e de convívio cotidiano. Philippe Ariès cunhou o termo *morte domada* para se referir a esta modalidade de relação, indicando uma mentalidade em que a morte era “ao mesmo tempo próxima, familiar e diminuída, insensibilizada”, contrastando com a *morte selvagem*, vigente hoje, que “nos causa tanto medo que nem ousamos dizer-lhe o nome” (ARIÈS, 1981, p. 31).

Da mesma forma, sobreviveu por muitos séculos uma relação de proximidade com os mortos que, como demonstra o mesmo Ariès, era também antiga, embora não tanto quanto a atitude tradicional diante da morte. Ela surgiu por conta de modificações nas formas de pensar introduzidas pelo cristianismo, a partir do século V d.C., que permitiram a superação das antigas interdições e a admissão dos mortos nos espaços destinados aos vivos, abrigados, todos eles, “por trás dos mesmos muros” (ARIÈS, 1981, p. 35). Neste processo foi fundamental a disseminação da crença na necessidade de dar um destino adequado aos corpos para assegurar a bem-aventurança das almas, primeiro alocando-os próximos às relíquias de santos, depois no interior das Igrejas (ARIÈS, 1981, p. 34-35). Dessa maneira, os mortos foram trazidos para dentro das Igrejas e passaram a se fazer presentes na vida cotidiana, numa proximidade tão grande que se naturalizou, beirando a indiferença.

Entre o final do século XVIII e meados do século XX testemunhou-se o desvanecimento dessas formas tradicionais de lidar com a morte e com os mortos no Ocidente. Pode-se creditar esse processo à ascensão do cientificismo racionalista, de cunho secularista, que se manifestou de diversas maneiras, em diversas áreas do conhecimento, e influenciou os costumes, transformando-os. Uma de suas facetas resultou num novo

conjunto de concepções a respeito do funcionamento dos organismos vivos, irradiada da Europa para o resto do Ocidente, que configuraria uma mentalidade rotulada “higienista”. Embebidos na tradição europeia, e em busca do “homem higiênico”, os médicos brasileiros se dedicaram a combater antigos hábitos, vistos como nocivos, e intervieram nas mais variadas atividades humanas, das formas de construir as casas à limpeza corporal, da organização das escolas aos ritos funerários, propondo “uma verdadeira revolução cultural” (REIS, 2009, p. 249). Declararam guerra a entes etéreos, fluidos, invisíveis e imensuráveis: os *miasmas*. A crença era de que tais emanções pestilenciais, causadoras das doenças e de mortes, originavam-se de matéria orgânica em decomposição, tendo em pântanos, áreas recém-desmatadas, praias e locais de enterramento de cadáveres seus focos principais. Os ventos tinham papel importante nessa “economia miasmática”, podendo atuar como veículos de vapores pestilenciais ou dissipadores de ares perigosos; a crença no potencial dos ventos como carreadores de miasmas deixou marcas concretas nas cidades oitocentistas brasileiras¹². Embasados nessas crenças, os médicos iniciaram uma intensa e prolongada batalha pedagógica, objetivando inculcar nas mentes tais noções higiênicas (REIS, 2009, p. 252). É esse o impulso cultural que explica a extinção dos enterramentos em igrejas e a circunscrição dos cadáveres ao espaço controlado dos cemitérios.

É dentro deste quadro maior que deve ser observada a construção do Cemitério de São Benedito de Alcântara e a migração dos enterramentos das Igrejas para a nova necrópole. Trata-se de um momento singular, que delimita a fronteira entre duas formas distintas de pensar, e marca o

¹² Para o caso da capital do Maranhão, ver a dissertação de mestrado do historiador Ananias Martins, que analisa as transformações no espaço urbano e leva em conta as escolhas feitas na instalação de indústrias, matadouros e outras estruturas indesejadas levando-se em conta, entre outras coisas, o regime dos ventos (MARTINS, 2005).

abandono de tradições antiquíssimas e a introdução de novos hábitos. O fato de estar encravada no interior do Maranhão não implicou em uma introdução tardia dos enterramentos em cemitérios na cidade de Alcântara: em termos comparativos, a cidade tornou-se portadora de um cemitério no mesmo intervalo temporal que outras cidades ocidentais. O processo se deu de maneira pacífica, ao contrário do que ocorrera na Bahia, onde houve uma revolta contra a lei que determinava o enterramento em cemitérios, em 1835, conhecida como “Cemiterada” (REIS, 2009, p. 13-22). Manifestações de repúdio aos novos costumes funerários ocorreram também em Portugal (REIS, 2009, p. 85-86) e no Rio de Janeiro (SILVEIRA, 2008, p. 40).

A zona urbana de Alcântara é servida por único cemitério, cujo solo vem recebendo cadáveres há mais de 150 anos. Como ocorre em diversas cidades brasileiras, a criação deste cemitério se deve à ação de uma confraria leiga, a Irmandade de São Benedito de Alcântara¹³. É possível conhecer o processo de construção da necrópole alcantareense através da observação do desenrolar dos seus trâmites burocráticos. Tal análise aponta mudanças de rota sugestivas, opiniões coletivas sobre o contato com os mortos, e demonstra a coexistência de costumes funerários contraditórios no período de edificação do “campo santo”, entre 1842 e 1848.

Data de 1842 a petição inicial da Irmandade de São Benedito às autoridades eclesiásticas para construção do cemitério; no documento, o procurador da confraria, Capitão João Nepomuceno da Silva, justifica seu pedido alegando que a irmandade vivia na necessidade de comprar

¹³ Jerônimo de Viveiros credita a construção do cemitério de São Benedito a um ato de filantropia do rico Comendador José Maria Correia de Souza, “a quem Alcântara deve várias obras”. Não encontramos nenhuma referência a isso nos documentos cartoriais analisados (VIVEIROS apud BOGÉA, et alii, 2008, p. 53).

sepulturas em outras Igrejas, o que lhes era penoso¹⁴. Solicitavam o direito de edificar seu cemitério num terreno fronteiro à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que abrigava a Irmandade de São Benedito. Inicialmente, pelo que se diz no documento, o intuito era que se enterrassem apenas os confrades e seus familiares naquele espaço. As autoridades eclesiásticas não se opuseram à obra, mas alertaram para a necessidade de obter anuência do poder público local, determinando que os irmãos submetessem seus pedidos à Câmara Municipal. (“Construção do Cemitério de São Benedito”, 1842, CPOA, f.3 e 3v.)

Entre a petição inicial e o pedido às autoridades municipais, os planos sofrem uma modificação: a Irmandade decide substituir o local do novo cemitério, em vista de ter recebido do irmão José Antonio Cordial e de sua esposa, Antonia Rita da Silva a doação de terrenos mais afastados da cidade. Consta no termo de doação que a mercê é feita ao “ Senhor São Benedicto desta Cidade por elle o Procurador Geral da Irmandade do mesmo Senhor o Capitão João Nepomuceno da Silva” (“Construção do Cemitério de São Benedito”, 1842, CPOA, f.5). Note-se que a relação era direta com o santo, juridicamente reconhecido na transação, representado por alguém de carne e osso, e pela irmandade a ele consagrada. O procurador o é também do Senhor Santo, não somente da irmandade. O bem, “um terreno de chão com seis braças de frente, e dezoito de fundo nesta cidade”, localizado na rua da Caravela, “indo para a Quinta que foi do finado Padre Antonio Custodio, da parte Direita fronteiro a quadra da Viuva Maria Paula Thomasia Teixeira”, doado em 28 de abril de 1842, destinava-se expressamente à construção do cemitério que iria servir à

14 Esse fato parece indicar que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que abrigava a Irmandade de São Benedito, não era local de enterramentos. Em algumas obras, especula-se que ao lado desta igreja houvera um cemitério de escravos (BOGÉA, et alii, 2008, p. 38), mas à luz dos documentos analisados aqui, tal hipótese fica enfraquecida.

mesma irmandade. (“Construção do Cemitério de São Benedito”, 1842, CPOA, f. 5-5v).

Os terrenos doados, no entanto, eram ainda considerados demasiadamente exíguos para a construção do cemitério. O procurador da Irmandade buscou solucionar isso pleiteando à Câmara Municipal a concessão de alguns terrenos fronteiros aos que recebera em doação, considerados devolutos:

mistico ao m^{mo} terreno existe quatro Choens , q os Supp^{es} os consideram estar de vuluto p^r que seus donos a m^{tos} annos não pagão os Competentes foros sendo estes terrenos o premeiro de Raim^{da} preta forra q ja hé falescida o Seg^{do} de J^e Pereira, o terceiro de M^a Raim^{da} o Quarto de Ant^o Joaq^m f^o do ditto J^e Pereira e como os dictos foreiros não tem pago como Consta dos Livros desta Camera [...] os Supp^{es} requerem a V.V.S.S. se sirvão conceder-lhe os dittos terrenos procedendo-se p^a isso todas as formalides legaes” . (“Construção do Cemitério de São Benedito”, 1842, CPOA, f.6.)

Os oficiais da Câmara acederam ao pedido, em sessão de 25 de abril de 1842. Em seu acórdão, eles afirmaram que concediam os terrenos devolutos “querendo proteger a bem e augmento do Município o estabelecimento de um Cemitério nesta Cidade”, e com a condição de que a Irmandade recolhesse à municipalidade os valores referentes aos foros em atraso devidos pelos expropriados, que importavam na quantia de 864 réis. (“Construção do Cemitério de São Benedito”, 1842, CPOA, f. 6v). Em seguida a esta concessão, que ampliou consideravelmente o terreno do futuro cemitério, realizaram-se os atos legais de demarcação da área, realizados pelo “piloto” municipal, o português Ventura Henriques Ferreira, de quem voltaremos a falar mais adiante.

Antes do início das obras, houve discussão na cidade sobre a conveniência do local a ser instalado o cemitério. É o que se apreende pela leitura de uma petição feita pelo procurador da Irmandade aos oficiais da Câmara. Nela, os irmãos solicitavam autorização para iniciar a construção:

[...] querendo a mesma Irmandade dar principio a ditta obra tem o encontro de não estarem satisfeitos varios abitantes desta Cidade por ser muito no meio della e assim vem os Supp^{es} aprezença de V.V.S.S. para que lhe aproveem o lugar agora pella mesma Irmandade obtido que hé na Rua que vai para a Quinta que foi do P^e Ant^o Custodio de Araujo cujo terreno fica aparte direita da mesma fronteiros a quadra do finado Vicente Sabino Pinheiro assima das ultimas casas que se axão em a ditta Rua e como hé lugar suficiente e mais remoto sem que cauze danno. (“Construção do Cemitério de São Benedito”, 1842, CPOA, f. 7).

A reclamação a que se refere o procurador da Irmandade de São Benedito, atribuída a “vários habitantes” da cidade, demonstra a assimilação das concepções miasmáticas entre os alcantarenses, que se ressentiam de uma proximidade vista como perigosa (apesar de, contraditoriamente, conviverem até então de maneira pacífica com os enterramentos nas igrejas da cidade). Esta parece ter sido a única objeção feita ao cemitério em todo o seu processo de edificação, e não surtiu resultados que alterassem o andamento da obra: os oficiais acederam ao pedido do procurador, autorizando o início da construção, impondo apenas a condição de que o terreno do cemitério fosse cercado por um muro com no mínimo dez palmos de altura (“Construção do Cemitério de São Benedito”, 1842, CPOA, f. 7). Para auxílio da edificação do cemitério, a Irmandade de São Benedito foi beneficiada com a concessão do direito de promover duas loterias, de 10 contos de réis cada (Lei Provincial nº 141, 09/08/1844, APEM). Sabe-se que pelo menos uma dessas loterias foi efetivada, e que o governo provincial prorrogou por duas vezes a licença para o empreendimento (Leis Provinciais nº 209 de 29/07/1846 e nº 248 de 21/10/1848, APEM). Já em 1845 o cemitério era dado como pronto, e se requeria das autoridades eclesiásticas que se dignassem a mandar benzê-lo para que se iniciasse seu uso:

O Juiz e Mezarios da Irmandade do Gloriozo Sam Benedito Colocada na Igreja do Rozario da Cidade de Alcantara, alcançando do antecessor de V. E^{xa} R^{ma} a Provisão junta, concedendo-lhes licença para Construção de um Cemeterio; e por que este ja esteja pronto, requerem a V. E^{xa} R^{ma} Se digne mandalo benzer

pelo Vigário ou quem suas vezes fizer, daquela Freguezia” (“Construção do Cemitério de São Benedito”, 1842, CPOA, f. 2)

As autoridades, como se vê, eram favoráveis à construção do cemitério. Executivo e legislativo provincial proporcionaram formas de obtenção de rendas que garantiram a obra. As autoridades municipais agiram da mesma forma, emanando atos que harmonizavam com as novas atitudes diante dos mortos. Além do apoio oferecido à Irmandade na construção do cemitério, traduzido no acatamento dos diversos pleitos e na celeridade dos trâmites burocráticos, a Câmara de Alcântara tratou de criar um aparato legal que regulamentava as atividades funerárias, favorecendo o cemitério. No Código de Posturas municipais aprovado em setembro de 1848 proibia-se “[...] interrar, ou mandar interrar cadáveres nos adros das Igrejas, sob pena de pagar o infractor dez mil réis de multa, e o duplo na reincidência” (Lei nº 239 de 13/09/1848, APEM). Considere-se que o subsolo das Igrejas “refletia a organização social dos vivos” (REIS, 2009, p. 176): o corpo dos templos era área nobre, e o adro, desprezado, local de enterramentos quase sempre gratuitos e simples de escravos e pobres. Esta determinação de 1848, portanto, ainda que não vedasse o enterramento nas igrejas, baniu os desvalidos, provocando o direcionamento de seus cadáveres para o recém-inaugurado cemitério. Em 1866, novo Código de Posturas tornou ilegal o enterramento nas igrejas. No artigo 107, decretava que “[f]ica absolutamente proibido o enterramento de cadáveres nas igrejas e capelas nesta cidade ou em outra parte que não seja no cemitério público. Pena de trinta mil réis de multa e quinze dias de prisão e o duplo na reincidência” (Lei nº 804, 21/07/1866, APEM). Note-se que a Câmara trata o cemitério como “público”, apesar deste estar sob a administração da Irmandade de São Benedito, entidade que auferia receitas com os

enterramentos e serviços fúnebres. Desta vez, colocava-se na ilegalidade todos os enterramentos realizados fora do cemitério, banindo os mortos, qualquer fosse sua condição social, das igrejas e capelas; veremos no segmento dedicado aos resultados da pesquisa de campo que a Lei nº 804 foi burlada dezenas de vezes. Ainda assim, ela provocou uma queda na proporção de enterramentos *apud ecclesia*, que acabariam por desaparecer.

A lei de 1866 traz outras considerações sobre os atos funerários que traduzem um pensamento higienista. Determinava que os cadáveres fossem conduzidos ao cemitério em caixões, tumbas ou esquifes “hermeticamente fechados” (Lei nº 804, 21/07/1866, Artigo 108, APEM); sobre os cadáveres dos que morressem em consequência de moléstias contagiosas, ordenava que fossem conduzidos imediatamente ao cemitério, e ali depositados até o momento do enterramento (Lei nº 804, 21/07/1866, Artigo 109, APEM). Cuidava ainda de regulamentar a profundidade das covas - que deveriam ter no mínimo sete palmos - e fixava o prazo mínimo de 3 anos para a reabertura das sepulturas (Lei nº 804, 21/07/1866, Artigos 111 e 112, APEM).

Mais do que oferecer a simples narrativa dos acontecimentos, espera-se que este segmento tenha servido para demonstrar as concepções diante da morte que afloram nos documentos da construção do Cemitério da Irmandade de São Benedito, o primeiro e único da zona urbana de Alcântara, num momento em que a sensibilidade diante da morte se modificava em toda parte, provocando reações variadas, violentas algumas, indiferentes outras, ou ainda favoráveis. No caso alcantareense, articulam-se três instâncias - a irmandade, os poderes públicos local e provincial e a Igreja - que, apesar de terem objetivos diferentes, agem no mesmo sentido. Percebe-se que não se esboçaram reações à novidade, e que a única objeção encontrada, consubstanciada nos “comentários” dos habitantes aludidos na

petição reproduzida anteriormente, manifestava a expressão da mesma concepção higienista que amparava a disseminação dos cemitérios. A “voz popular” que debilmente se levantou não condenava o emprego dos cemitérios, mas sua proximidade com a cidade¹⁵.

Note-se que, uma vez construído, o cemitério será amplamente utilizado por pessoas várias, e não exclusivamente por irmãos, que na década de 1860 serão minoria entre os enterrados ali. Dessa forma, o cemitério da Ordem de São Benedito será assimilado pela cidade como um local de uso comum, mediante o reembolso pecuniário da Irmandade. O Cemitério será, pelo menos na década de 1860, a principal fonte de renda daquela confraria, tornando-a, nesse período, a mais rentável Irmandade da cidade de Alcântara, superando inclusive a poderosa Irmandade do Santíssimo Sacramento, onde congregava-se a elite econômica da cidade. De todo modo, analisar as formas de emprego do novo cemitério, os tipos e significados dos enterramentos produzidos ali, tarefa do próximo segmento deste texto, pode demonstrar permanências muito sugestivas nas estratificações sociais perante a morte, que sobreviveram a todas as modificações nos costumes funerários.

2. Os usos do cemitério: hierarquia funerária e morte como negócio

Demonstraremos em seguida os modelos de enterramentos praticados no Cemitério de São Benedito, suas relações com os ritos

¹⁵ Mais tarde, em 1870, o célebre médico e historiador maranhense César Augusto Marques se juntaria ao coro dos descontentes, condenando o local escolhido para a obra. Demonstrando ser partícipe da concepção miasmática, ele diria que o cemitério de São Benedito, colocado “ao nascente da cidade”, provocava “as piores condições para a salubridade pública, porque em qualquer epidemia as exalações do cemitério, impelidas pelo vento, prejudicarão a vida ou a saúde dos habitantes da cidade” (MARQUES, 2008, p.97).

funerários anteriores e a distribuição social dos mortos por tipo de enterramento. Tais informações foram obtidas através da análise das prestações de contas da Irmandade de São Benedito de Alcântara, datadas da década de 1860. Aparecem também dados relativos a outras irmandades da cidade, daquele período, para evidenciar a centralidade das receitas fúnebres para as confrarias alcantarenses.

A Irmandade de São Benedito, que desde 1845 administrava o único cemitério da Cidade, tinha nas receitas com serviços fúnebres sua maior fonte de rendas. Uma análise das prestações de contas apresentadas em duas ocasiões na década de 1860 demonstra a natureza das receitas desta Confraria alcantarense:

Tabela 1 – Receitas da Irmandade de São Benedito de Alcântara

Natureza da receita	04/1865 – 06/1866 (%)	06/1867 – 04/1868 (%)
Serviços funerários *	653.700 réis (58,3)	402.600 réis (45,2%)
Contribuições dos irmãos **	382.500 réis (34)	342.900 réis (38,5%)
Aportes externos ***	86.290 réis (7,7)	145.480 réis (16,3%)
Total	1.122.490 réis (100)	890.980 réis (100)

*Sepulturas, catacumbas, dobres e repiques de sinos, aluguel de caixão e de irmandade

**Taxa de entrada, jóias dos juizes e mordomo, taxas anuais

*** Donativos e importâncias apuradas no leilão

Fonte: “Prestação de Contas das Capelas Pertencentes a Irmandade do Glorioso S. Benedito”, 1866; “Pedido de prestação de contas ao Procurador Ezechieel Francisco Barbosa da Irmandade de São Benedito” – 1868. CPOA.

O leque de opções oferecidas mostra que a Irmandade de São Benedito se especializou na prestação de serviços funerários, disponibilizando vários tipos de ritos fúnebres, atendendo de maneira diferenciada a todas as classes sociais. Graças a ela, que respondia às demandas da própria sociedade alcantarense, os mortos não perdiam a marca de seu status após o passamento: mantinha-se rigorosamente a

hierarquia do mundo dos vivos. Conforme asseverou José Luiz de Souza Maranhão,

[...] o significado do fenômeno da morte não se esgota em sua dimensão natural ou biológica. Ela comporta, também, como qualquer fato da vida humana, uma dimensão social e, como tal, ela representa um acontecimento estratificado. Todos morrem – é certo -, contudo a duração da vida e as modalidades do fim são diferentes segundo as classes a que pertencem os mortos. (MARANHÃO, 1985, p. 21)

Ou ainda, em outras palavras, os ritos fúnebres eram espaço para projeção de “valores culturais, hierarquias sociais, ideologias políticas e religiosas” (REIS, 2009, p. 159). Os dois principais serviços funerários oferecidos pela Irmandade de São Benedito na década de 1860 eram o “Enterro por bilhete impresso” e o sepultamento em “Catacumbas”. O primeiro era o tipo mais comum de sepultamento proporcionado por esta Irmandade no período analisado. No primeiro intervalo (abril/1865 – junho/1866), foi realizado 130 vezes; no segundo (junho/1866 – abril/1867), ocorreu 92 vezes. Precedido de cerimônias simples, culminava com o enterramento do cadáver no chão do cemitério. Era empregado, quase sempre, por escravos e pessoas pobres sem ligação com a Irmandade. Em oposição a este serviço, oferecia-se o sepultamento nas “Catacumbas”, modo como eram então denominadas as *carneiras* do Cemitério. Nesta modalidade, o cadáver era recolhido a um espaço privativo, longe de contatos indesejados com a terra ou outros mortos de extração social mais baixa. O mecanismo que assegurava a separação entre ricos e pobres, na morte como na vida, era econômico: o sepultamento nas “Catacumbas” custava 40 vezes mais que o “Enterro por bilhete impresso”. Dessa forma, no primeiro intervalo analisado, 12 sepultamentos em Catacumbas geraram para a Irmandade mais que o dobro de rendas que todos os 130 enterros por bilhete impresso.

É importante que se reflita mais detidamente sobre esta divisão sócioespacial fúnebre. A antiga etiqueta de delimitação social fúnebre se referia à posição do cadáver em relação ao espaço eclesástico, onde quanto mais próximos dos altares-mores, e mais distantes dos repudiados adros, mais prestigiosos eram os defuntos. Esta noção, compartilhada pela sociedade alcantarense, foi transferida para o novo espaço de enterramentos, onde ainda se buscava manter algum mecanismo de diferenciação social: houve preocupação em permitir a continuidade de algum padrão reconhecível de estratificação social na nova necrópole. As catacumbas foram localizadas de maneira privilegiada no novo cemitério, posicionadas ao redor da Capela; ficavam ainda em nível mais alto que o resto do local, simulando a antiga relação entre mortos prestigiosos e altares-mores.

Além destas modalidades de enterros, a Irmandade de São Benedito oferecia outros serviços fúnebres. Os sinos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que abrigava a Irmandade de São Benedito, geravam rendas que eram divididas entre ela e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Entre julho de 1867 e maio de 1868 soaram 22 dobres, 16 destinados a mortos livres, 3 a escravos. A morte de inocentes e recém-nascidos era sinalizada com “repiques”, que soaram 19 vezes no mesmo período¹⁶. (“Pedido de prestação de contas ao Procurador Ezechiel Francisco Barbosa da Irmandade de São Benedito” – 1868 – CPOA, f. 13v. e 16). A irmandade

¹⁶ Havia a ideia, especialmente entre os médicos, de que o som dos sinos, ao evocar sentimentos fúnebres e fazer lembrar a própria mortalidade, prejudicava a paz de espírito das pessoas, contribuindo inclusive para criar morbidades. As autoridades civis, afinadas com o discurso médico, tentaram regulamentar o toque dos sinos, criando legislações específicas que determinavam limites e interdições (REIS, 2009, p. 264-265). O código de posturas municipais de São Luís de 1866, por exemplo, proibia a qualquer igreja dobrar os sinos a defuntos, exceto na respectiva matriz e na Igreja de São Pantaleão, e mesmo nestas, determinava que fossem breves os toques (Lei nº 775, de 4/07/1866, art. 38, APEM). Os códigos de posturas alcantarenenses não trataram deste tema, sugerindo que nesta cidade, para gáudio das irmandades e dos familiares dos mortos, dobres e repiques não foram cerceados.

obtinha ainda rendas com o aluguel de caixão. Ele foi alugado 20 vezes entre junho de 1867 e maio de 1868, para uso no transporte de 17 escravos e 3 livres; todos eles tiveram seus enterros “por bilhete impresso”. Nenhuma criança, inocente ou recém-nascido usou o caixão, o que leva a crer que seus cadáveres eram transportados de outra maneira. (“Pedido de prestação de contas ao Procurador Ezechiel Francisco Barbosa da Irmandade de São Benedito” – 1868 – CPOA, f. 15v.). O padrão se repete entre 1865 e 1866, período em que o caixão foi alugado 18 vezes, 17 delas para transportar cadáveres de escravos (“Pedido de prestação de contas ao Procurador Ezechiel Francisco Barbosa da Irmandade de São Benedito”, 1866 – CPOA, f. 33v.). A escassez de pessoas ricas e livres nesta categoria sugere que apenas os muito pobres e desligados de irmandades o empregavam, caso contrário familiares ou confrarias se encarregariam de providenciar o transporte do cadáver em esquife apropriado. O número elevado de escravos entre os que ocuparam os caixões alugados indica ser esta a maneira mais barata e socialmente aceitável encontrada pelos senhores para lidarem com os cadáveres de seus escravos. O tal caixão, no entanto, não devia primar pela riqueza de ornamentos, e decerto fugia dos padrões de “asseio” e “decência” valorizados no período: foi só em março de 1868 que a Irmandade providenciou a construção de uma “meia água” no cemitério, “para guardar o caixão e urnas que se achão no tempo” (“Pedido de prestação de contas ao Procurador Ezechiel Francisco Barbosa da Irmandade de São Benedito” – 1868 – CPOA, f. 16). Exposto desta forma à inclemência dos elementos, devia se assemelhar aos “banguês” da Irmandade da Misericórdia de Salvador, utilizados para carregar mortos menos afortunados (REIS, 2009, p. 147).

Outro serviço funerário prestado pelos confrades de São Bendito era o “Aluguel da Irmandade”. Em cinco ocasiões entre Julho de 1867 e Março

de 1868 a Irmandade se alugou para acompanhamento de funerais de pessoas de fora de seu círculo. (“Pedido de prestação de contas ao Procurador Ezechiel Francisco Barbosa da Irmandade de São Benedito” – 1868 – CPOA, f. 14v. e 15v.) O recurso a esse serviço mostra a importância da pompa nas ações rituais que cercavam o falecimento, sinalizada pela grande quantidade de pessoas presentes, da multidão organizada em torno de cerimônias, tudo em prol de uma boa morte. Ao mesmo tempo, mostra que o funeral era momento de reforçar a hierarquia, de exibir o sucesso social do morto, sua posição de destaque, coisa que podia muito bem ser atingida por meio dessa demonstração de riqueza e capacidade de mobilização de recursos¹⁷. O impulso mercantil que animava os serviços fúnebres da Irmandade de São Benedito de Alcântara, no entanto, não impediu que ela realizasse ações funerárias caritativas: entre 1865 e 1868, enterrou gratuitamente 86 pessoas pobres, 24,2% do total de enterros que realizou no período. A Tabela 2 demonstra a frequência das modalidades de sepultamentos e a distribuição por situação do morto entre elas:

Tabela 2 - Enterros realizados pela Irmandade de São Benedito por modalidade – 1865-1868

Tipo de enterro	04/1865 - 06/1866		06/1867 - 04/1868		Total (%)
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	
Por bilhete impresso	77	53	36	56	222 (62,5)
Grátis para pobres	-	44	-	42	86 (24,2)
Grátis para irmãos (*)	4	16	2	11	33 (9,3)
Catacumbas	-	12	-	2	14 (4,0)
Total	81	125	38	111	355

¹⁷ O aluguel da Irmandade podia ser agenciado pelos “armadores”, indivíduos especializados nos preparativos fúnebres de ornamentação do morto, do caixão, da casa e da Igreja onde se realizariam as exéquias. É o que se apreende em documento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, onde se faz referência à dívida de 4.000 réis do armador Joaquim Thomaz Paes, referente ao “Aluguel da Irmandade para acompanhamento do cadáver de Manoel Gomes da Costa” (“Ação de Cominação” 1862, CPOA, f. 8v)

(*) Nesta categoria estão incluídos também os filhos de irmãos e os Irmãos de Nossa Senhora

do Rosário, que também gozavam de gratuidade nos enterros.

Fonte: “Prestação de Contas das Capelas Pertencentes a Irmandade do Glorioso S. Benedito”, 1866; “Pedido de prestação de contas ao Procurador Ezechiell Francisco Barbosa da Irmandade de São Benedito” – 1868, CPOA.

Note-se o pequeno número de enterramentos em catacumbas no período analisado (realizado em 14 ocasiões, representando 4% do total), comparado à vultosa quantidade de enterramentos por bilhetes impressos e aqueles realizados gratuitamente (que ocorreram 341 vezes, constituindo 96% dos sepultamentos). Essa diferença numérica, aliada às observações de campo, demonstra que o recurso ao cemitério, na década de 1860, era uma solução ainda evitada pelos mais ricos, que continuaram a ser enterrados nas igrejas da cidade. Ainda que contassem com o claro mecanismo de diferenciação social fúnebre representado pelas *carneiras* do São Benedito, as classes abastadas, enquanto puderam, ainda recorriam aos antigos locais de enterramento.

As receitas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Alcântara, apresentadas nas prestações de contas pelos seus procuradores, mostram que, mesmo sem o privilégio de administrar enterramentos em cemitérios ou nas dependências de sua capela, a confraria obtinha nos ritos fúnebres parte expressiva de seus recursos. As rendas vinham de repiques e dobres de sinos, do aluguel de esquife e do “aluguel da Irmandade” para acompanhamento de procissões fúnebres. No primeiro período analisado (fevereiro/1861 – setembro/1862), foram soados 7 dobres à razão de 3.200 réis cada e 1 repique, para “hum anjo”, pelo valor de 1.000 réis; o esquife fora alugado 5 vezes, à razão de 1.000 réis cada vez, sempre para o enterro de escravos, e a irmandade fora alugada para o acompanhamento de 14 féretros, serviço que era remunerado à razão de 4.000 réis por ocasião. Ainda que os recursos obtidos com serviços fúnebres fossem importantes, a

Irmandade do Rosário sobrevivia principalmente das esmolas e legados deixados por fiéis da Santa, sua fonte principal de rendas. Nas palavras de seu procurador José Felipe Basson, em 1869, “he ella sustentada e protegida pelos fiéis devotos e Irmãos da Irmandade” (“Prestação de Contas das Capelas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”, 1869. CPOA, f. 16v.). As contribuições dos Irmãos vinham na forma de “anuais”, taxas de entrada e jóias por ocasião da Festa. Os irmãos e fiéis contribuíam depositando valores na “bolsa”, oferecendo doações por ocasião dos cortejos esmoleres e por meio de legados em testamentos. Outra ocasião de proporcionar recursos para a Irmandade aparecia nos leilões que ocorriam durante as festividades. A análise das finanças da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário revela, ainda, que ela era a mais modesta entre as três Irmandades analisadas, contando com um volume total de recursos bastante inferior ao de outras duas, do Santíssimo Sacramento e a de São Benedito. A Tabela 3 mostra o tipo e a proporção das receitas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Alcântara em dois momentos da década de 1860:

Tabela 3 - Receitas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Alcântara

Natureza da receita	02/1861 - 01/1863 (%)	03/1868 - 01/1869 (%)
Aportes de fiéis	143.750 réis (62,6)	55.100 réis (31,5)
Serviços funerários	84.400 réis (36,7)	36.800 réis (21)
Aportes de irmãos	1.500 réis (0,7)	83.400 réis (47,5)
Total	229.650 réis (100)	175.300 réis (100)

(Fontes: “Ação de Cominação” 1862; “Prestação de Contas das Capelas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”, 1869, CPOA)

A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Alcântara era exceção nesse esquema de “enriquecimento funerário”. Composta pela “nobreza local”, ela tinha como fonte principal de seus recursos as doações dos irmãos, e não auferia lucros com atividades funerárias. A prestação de contas do ano de 1867 mostra o seguinte quadro

Tabela 4. Receitas – Irmandade do Santíssimo Sacramento/Alcântara – 1867

Natureza da receita	Valor e porcentagem do total
Proventos internos *	624.240 réis (77,3%)
Proventos externos **	106.140 réis (13,9%)
Juros de empréstimos	80.000 réis (9,8%)
Total	810.380 réis

* Jóias, anuais, taxas de entrada de irmãos

**Esmolas, donativos, leilões

(Fonte: “Prestação de Contas do Procurador Antônio Manoel dos Reis da Irmandade do Santíssimo Sacramento”, 1867, CPOA)

Note-se que, dos 624.240 réis oriundos das contribuições dos irmãos, 400 mil eram resultado de doações dos dois “juizes festeiros”, membros mais proeminentes daquela mesa, de quem se esperava joias capazes de financiar as atividades da Irmandade. Note-se ainda a atividade creditícia da Irmandade que, funcionando como extensão da vida da elite local, não se furtava de apagar as fronteiras entre negócios e religião. Esperava-se um alto padrão de contribuição dos irmãos, algo que já aparecia no momento da admissão: para ser membro, além de passar pelo crivo rigoroso da mesa diretora, o candidato precisaria contribuir com uma taxa que era 4 vezes mais alta que aquela cobrada pela admissão na Irmandade de São Benedito.

3. A boa morte

Documentos alcantarenses permitem vislumbrar formas tradicionais de morrer, que vigoraram antes que a ascensão de novas sensibilidades tornasse a morte um ente *selvagem*. João José Reis chamou de “barroca” essa forma de morrer, “marcada por uma extraordinária mobilização ritual” (REIS, 2009, p. 91). Gestos, ritos e palavras, sons, aromas e imagens eram arregimentados para proporcionar a estrutura mortuária ideal. Preocupações

espirituais se mesclavam com vaidades mundanas, e procurava-se aliar o bom encaminhamento da alma com a promoção do nome do morto e de sua família. Geralmente, como apontou Reis, ocorria um “conflito de vontades”, onde as preocupações do moribundo, expressas em seus testamentos, se concentravam na salvação da alma, enquanto que os familiares procuravam afirmar a riqueza do clã no momento das exéquias dos seus membros (REIS, 2009, p. 158). Observaremos a seguir alguns casos selecionados entre os documentos disponíveis para a cidade de Alcântara, relativos ao período analisado, buscando detectar costumes funerários tradicionais, surpreendendo a “morte barroca” ainda em pleno funcionamento.

Falecida em 14 de maio de 1838, Francisca Xavier de Jesus Viveiros era matriarca de uma das famílias mais ricas e tradicionais da cidade de Alcântara. Avó de Francisco Mariano Viveiros Sobrinho e de Mariana Francisca de Viveiros, futuros Barão e Baronesa de São Bento, ela registrou seu testamento em 1835, anotando rigorosamente as práticas fúnebres que desejava serem efetuadas por ocasião de sua morte. Declarou-se “Irmã professa nas duas ordens terceiras, do Carmo e de São Francisco, assim como de todas as confrarias desta Vila” (“Autos cíveis de residência e de instrumento de soma de Francisca Xavier de Jesus Viveiros”, 1838, CPOA, f.2). Reis afirmou que, na hierarquia das irmandades no século XIX, as ordens terceiras, ligadas institucionalmente às ordens religiosas conventuais, eram mais prestigiosas (REIS, 2009, p. 49). Talvez tenha sido para demonstrar a posição de destaque dessas confrarias entre as outras comuns que ela tenha decidido nomeá-las explicitamente em seu testamento, o que, reciprocamente, ressaltou a própria condição nobre da testadora.

Determinou que seu corpo fosse envolto com o hábito de Nossa Senhora do Carmo e Sepultado na Capela do Senhor Bom Jesus dos Passos, que ficava num altar lateral da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (“Autos cíveis de residência e de instrumento de soma de Francisca Xavier de Jesus Viveiros”, 1838, CPOA, f. 2 – 2v). Quanto aos sufrágios, declarou o seguinte:

Meus testamenteiros mandarão também dizer três capelas¹⁸ de missas por minha alma, e sete capelas pelas almas do Purgatório.

Quero que meus testamenteiros no terceiro dia depois do meu falecimento deem de esmolas aos pobres a quantia de duzentos mil réis, em fazendas ou dinheiro conforme a vontade do mesmo testamenteiro, e não será obrigado para a residência mostrar recibos dos que aceitarem pois confio dele. (“Autos cíveis de residência e de instrumento de soma de Francisca Xavier de Jesus Viveiros”, 1838, CPOA, f. 2v)

Fez ainda mercê à capela onde seria enterrada, deixando cem mil réis para “retificação” da mesma. Da mesma forma, deixou para a Irmandade do Santíssimo Sacramento “a quantia de cem mil réis que meus Testamenteiros entregarão em cera ou em alguma Alfaia da igreja Pertencente à mesma irmandade” (“Autos cíveis de residência e de instrumento de soma de Francisca Xavier de Jesus Viveiros”, 1838, CPOA, f. 2v).

Seu filho e testamenteiro Jerônimo José de Viveiros decidiu realizar um enterro completo, com toda a pompa e luxo possíveis. Francisca teve a sorte de poder morrer uma boa morte: registrou suas últimas vontades em testamento, recebeu todos os sacramentos no leito de morte e foi velada e enterrada com muita música, muitas libras de cera em velas e uma profusão de padres; da mesma forma, nas semanas seguintes à sua morte, copiosa quantidade de ofícios e missas foram sufragados em benefício de uma boa recepção de sua alma no pós vida.

¹⁸ “Uma capela” equivalia a 50 missas.

Seu funeral consumiu nada menos que 757.400 réis, valor equivalente ao de dois escravos em plena idade produtiva. A quantia foi repassada a Manoel Antônio dos Santos Júnior, um *armador*, que se encarregou de distribuí-la entre músicos (rabequista, clarinetista e fagotista, à razão de 32 mil réis cada), para a compra de cera para velas (consumiu-se a impressionante quantia de 41,6 kg de cera, para “altares, música e convidados”, que resultou num gasto de 92 mil réis) e para a armação da essa e da igreja, atividade que consumiu a parte do leão: 500.000 réis. Esse recibo evoca a imagem de um rito funerário que se preocupou em impressionar os sentidos dos vivos: luzes, sons e ornamentos em profusão, abrindo os caminhos para a alma da falecida, ao mesmo tempo em que marcavam o status dos familiares que ficavam. Algumas semanas depois, ofereceram-se novos tratos à alma da falecida Francisca: em 12 de junho de 1838 o padre Raimundo da Conceição Lemos realizou um ofício solene no Convento do Carmo, que novamente contou com música, ao custo de 162.000 réis; em 22 de maio fez-se um ofício Paroquial na Igreja Matriz e, no Convento das Mercês, rezaram-se 50 missas a 500 réis cada pela alma da falecida. No total, gastou-se 964.400 réis com os ritos fúnebres de Francisca Xavier de Jesus Viveiros. Ela foi sepultada no local que determinou, na parte mais alta do piso da capela do Senhor Bom Jesus dos Passos. Seu jazigo proeminente é um prolongamento na morte da posição que ela sustentou em vida.

As exéquias de Francisca Viveiros representam o tipo pomposo e opulento da “boa morte”. A profusão de elementos é central: exagero no número de sacerdotes, de estímulos sensoriais - luzes e sons -, no número de pessoas acompanhando os rituais, de ofícios religiosos em sufrágio da alma da pessoa falecida e de seus próximos. A abundância é característica central desta modalidade de ritos funerários.

Outra maneira de morrer, visando a bem-aventurança da alma por caminho inverso, é aquela marcada pela simplicidade. O testador, ao determinar os destinos de seus bens, de seu corpo e de sua alma, escolhe a via da humildade e da caridade, procurando fazer seu funeral destacar-se pela exiguidade de elementos. Um exemplo alcantareense desse formato de ritual pode ser apontado no caso do comerciante e “piloto” português Ventura Henriques Ferreira, falecido em 1852. Radicado em Alcântara havia mais de 20 anos, registrou seu testamento em 31 de maio de 1849. No documento, ele rogou à Virgem Nossa Senhora que fosse sua advogada, “a quem peço me alcance o perdão das minhas culpas para que vá gozar da Bem aventurança” (“Testamento do falecido Ventura Henriques Ferreira”, 1852, CPOA, f.4). O uso dessa terminologia jurídica traduz a ideia que o testador – e por conseguinte, muitas pessoas de seu tempo – fazia do julgamento da alma. Vovelle demonstrou que, com a emergência de novas estruturas na sociedade a partir do XVI, a imagem de um julgamento coletivo esmaeceu do imaginário coletivo ocidental, sendo substituída pela do julgamento individual. Nesta nova economia da salvação, ações e sufrágios de santos, anjos e dos vivos tinham capacidade de intervir e influir nos destinos da alma. (VOVELLE, 2010, p. 28). Nesta nova configuração, a alma era a ré, Deus era o juiz, santos e anjos eram advogados de defesa, e o demônio acusador (REIS, 2009, p. 221).

O local de sepultamento escolhido por Ventura é sugestivo: ele desejava ser enterrado no cemitério de São Benedito da cidade de Alcântara. Estudiosos dos costumes fúnebres brasileiros são unânimes em apontar a ojeriza social que os cemitérios provocavam no início do século XIX. O Campo da Pólvora, em Salvador, por exemplo, era um local mais de depósito de resíduos indesejados e perigosos (no caso, os cadáveres de escravos abandonados por seus senhores), que um cemitério propriamente

dito. Ser despejado ali era sinal de grande infortúnio, algo que se tentava evitar a qualquer custo. (REIS, 2009, p. 196). O mesmo ocorria na capital do Maranhão, onde o primeiro cemitério, construído em 1805, era relegado, nas palavras de João Francisco Lisboa, “à gente mais humilde e desamparada da fortuna, os escravos a quem os senhores e parceiros não queriam e não podiam dar mais honrada sepultura”; era reservado ainda “para os pagãos ou pretos novos, que os traficantes da Costa d’África nos traziam, então cada ano aos milhares, e que aos milhares também escapam à escravidão pela morte” (LISBOA, 1991, p. 329). Além de decidir-se pelo enterramento no cemitério, Ventura rogou por um acompanhamento simples:

Quero ser sepultado no cemitério do Senhor São Benedito desta cidade, conduzido no Esquife da irmandade de Nossa Senhora do Rosário por quatro irmãos pretos escravos a quem se dará a cada um a quantia de seiscentos réis, e do esquife a quantia de oito mil réis, acompanhado unicamente pelo vigário e sacristão, amortalhado em lençol de pano branco, e muito peço ao meu testamenteiro seja fiel em dar cumprimento exato desta verba. (“Testamento do falecido Ventura Henriques Ferreira”, 1852, CPOA, f. 4v.)

Comerciante rico, gozando de boa situação social e detentor de cabedal considerável de bens, Ventura abdicou espontaneamente do enterro pomposo que certamente poderia proporcionar para si mesmo. Escolheu ser conduzido no esquife de uma irmandade de negros, carregado por escravos. Suas decisões explicitam outra interpretação do conceito de boa morte, aquela que prezava a caridade e a simplicidade, que encontrava nas preces das pessoas pobres maior relevância espiritual, e que demonstrava desapego das pompas mundanas. Outro ponto interessante a se ressaltar em seu testamento se refere a uma antiga dívida que ele adquirira inadvertidamente, conforme narrou naquele documento:

Declaro que a quinze anos mais ou menos veio a minha loja um cafuz de quinze a dezesseis anos de idade querendo comprar de meu caixeiro dois contos de chita para saía dando-lhe uma moeda de ouro de valor de seis mil e quatrocentos réis,

exigia seis centos e quarenta réis de resto, fui chamado pelo caixeiro que me perguntou quanto valia aquela moeda, e me referia à que acima fica dito, fiz modos de sair para fora do balcão, indagando quem era, disse-me ser escravo do Capitão Luis Antonio de Araujo Cerveira, e quando o quis segurar para o mandar com a moeda daquele senhor, o dito cafuze evadiu-se deixando o dinheiro que mandei pelo dito caixeiro àquele Capitão Cerveira, o qual respondeu negativamente, e fazendo eu este fato público nesta cidade não apareceu [...] indivíduo algum habilitado para lhe restituir, e conservou-se em meu poder até pouco tempo que dispus dessa moeda para fora deste Império, por isso meu testamenteiro tirará de minha fazenda a quantia de trinta e seis mil réis moeda corrente e mandará dizer com esta quantia sessenta missas em tenção de quem possa ser seu proprietário.” (“Testamento do falecido Ventura Henriques Ferreira”, 1852, CPOA, f. 5v-6)

Esse curioso registro patenteia a crença corrente naquele tempo de que ao morto que deixasse dívidas atrás de si seria negado o acesso ao reino dos céus. Por este motivo, é comum ver anotadas escrupulosamente nos testamentos as dívidas do testador, com instruções expressas para seu pagamento. De todo modo, os casos descritos acima exemplificam algumas das modalidades ideais de morte, modelos capazes de facilitar a tão desejada ascensão das almas. No segmento seguinte, veremos as maneiras pelas quais a boa morte se materializava, através da análise dos vestígios físicos deixados nos antigos locais de sepultamento de Alcântara.

4. Locais de enterramento de Alcântara – Pesquisa de Campo

Objetivando observar as manifestações materiais dos costumes funerários do passado alcantareense, foi realizada uma pesquisa de campo nos dois antigos locais de enterramento da cidade que resistiram à ruína, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Alcântara e o Cemitério de São Benedito. Aquela recebeu cadáveres até pelo menos a década de 1920; este, ainda se encontra em atividade, sendo até hoje o único local de enterramento da zona urbana de Alcântara. Os locais foram visitados em

diversas ocasiões, e no dia 20/11/2011 procedeu-se o registro fotográfico das lápides e de outros vestígios fúnebres antigos localizados naqueles espaços. Diante do material encontrado, decidiu-se por uma tripla abordagem, considerando as inscrições encontradas nos monumentos, seus aspectos estilísticos e sua localização no interior dos espaços de enterramentos.

É importante notar que os dois locais analisados na pesquisa de campo não eram os únicos espaços fúnebres da cidade de Alcântara. Testamentos do século XVIII, por exemplo, trazem determinações para enterramentos também na Igreja Matriz e na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, que desmoronaram no final do século XIX (MOTA, et alii, 2001, respectivamente páginas 98 e 259). A igreja das Mercês recebeu sepultamentos até pelo menos a década de 1860, conforme se vê em testamento daquele período (“Inventário e Partilhas Amigáveis de José Luis Gomes dos Santos”, 1860, CPOA, f. 6v.). Havia ainda aqueles que determinavam o enterramento num local específico dentro das igrejas, junto a altares dedicados a santos patronos de irmandades. Era recorrente, por exemplo, que se escolhesse a capela de Bom Jesus dos Santos Passos, localizada num altar lateral da Igreja do Carmo, como destino dos restos mortais. É o que fizeram o capitão Francisco José Mendes, em 1799 (MOTA, et alii, 2001, p. 300), e Francisca Xavier de Jesus Viveiros, em 1835 (“Autos cíveis de residência e de instrumento de soma de Francisca Xavier de Jesus Viveiros”, 1835, CPOA, f. 21). De todo modo, os únicos dois lugares que ainda permanecem relativamente intactos são a Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Alcântara e o Cemitério de São Benedito, motivo pelo qual foram selecionados para este estudo.

4.1 Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Alcântara

Edificada no século XVI, a Igreja do Carmo era parte de um conjunto arquitetônico maior, conjugada a um convento e a outras estruturas que abrigavam a sede da ordem dos Carmelitas na cidade de Alcântara. Os negócios dos carmelitanos entraram em declínio no século XIX, o que implicou no arruinamento das estruturas arquitetônicas que lhes pertenciam. Em 1891 seus edifícios em Alcântara foram confiscados pelo poder público, e o convento foi demolido. A Igreja resistiu, e se tornou matriz da cidade de Alcântara, posto que ocupa até os dias correntes (BOGÉA, et alii, 2008, p. 29-30).

Durante a pesquisa de campo, foram localizadas 54 lápides e um ossuário no interior da Igreja do Carmo, e um monumento funerário tumular em seu adro lateral. Por conta das frequentes intervenções que o edifício sofreu ao longo do tempo, tornou-se impossível realizar afirmações sobre a localização das lápides no seu interior, visto que elas foram deslocadas durante as restaurações. Na grande restauração realizada em 1986, sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o piso original da nave, em campas (“pequenos retângulos independentes entre si” que permitiam o enterramento de pessoas), foi removido em função de problemas técnicos. Apenas as campas da Capela-mor e da Capela do Senhor dos Passos foram restauradas, mas ainda assim apenas “aproximadamente de acordo com os originais” (BOGÉA, et alii, 2008, p. 32). Dessa forma, o que se pode observar hoje é apenas parte do cenário original, e ainda assim, em alguma medida modificado. A análise ressenete-se das considerações que poderiam advir da observação da distribuição interna das lápides, que denotariam a economia espacial daquele local de sepultamentos.

Ainda assim, foi possível realizar uma análise do teor das lápides que restaram. Quanto ao período dos enterramentos, foram encontradas lápides datando do intervalo que vai de 1828 a 1929; os 40 anos que cobrem as décadas de 1840 a 1870 concentram 42 dos 67 enterramentos localizados ali. Pelo menos 30 sepultamentos foram realizados após a promulgação da lei municipal que proibia enterramentos em igrejas, em 1866, o que demonstra que a Igreja continuou a ser procurada como local de sepultamento das pessoas ricas da cidade, mesmo em flagrante desrespeito à lei.

A leitura das inscrições lapidares forneceu valiosas informações a respeito dos costumes sociais do período analisado. Além do nome da pessoa enterrada, frequentam as lápides os nomes daqueles que cuidaram do destino dos restos mortais do falecido. Viúvos e viúvas, filhos, sobrinhos e netos fazem-se presentes nos monumentos que – numa demonstração de poder senhorial - *mandam erigir*, protestando agir sempre por motivos afetivos como saudade, respeito, amizade, gratidão, estima etc.. O costume pode traduzir gratidão por deixas em testamentos e indica ainda o desejo de projeção pessoal e de reconhecimento social da relação próxima com o morto, além de se configurar num atestado de sentimentos cristãos e de acatamento das normas consuetudinárias sobre as relações familiares ideais. Faz-se referência com frequência às qualificações do morto. Aparecem patentes militares (capitães, tenentes-coronéis, alferes), ocupações civis (desembargador, negociante) e eclesiásticas (padre), títulos nobiliárquicos (comendador, barão) e títulos acadêmicos (doutor em medicina). Às senhoras, distingue-se com o sinal de “Dona”. Procura-se também ressaltar a condição de filho legítimo, quase sempre acompanhada dos nomes e qualificações dos pais. Além do dia, mês e ano do falecimento, aparecem outras datas consideradas importantes, como do

nascimento e do casamento. Um exemplo desses costumes pode-se ver na transcrição abaixo:

Nesta louza repoução os restos mortaes das senhoras D. Francisca Eugenia Ferreira, e D. Mariãna Benedicta Ferreira, filhas legítimas do Capitão Manoel Ferreira dos Santos: aquella fallecida a 17 de fevereiro de 1849, com 62 annos de idade, e esta a 15 de Setembro de 1854, com 66 annos. Ambas morrerão donzelas; e pelas suas muitas virtudes forão dignas de subida estima. Seus sobrinhos José Antônio Ferreira de Lima e D. Maria Joaquina Trindade e Lima em testemunho do muito amor que sempre lhes tributarão, lhes dedicação esta lapida, e por prova de seus respeitos e eternas saudades. Oh pio leitor! Hum P.N. pelo repouso de suas almas.

A súplica por orações pelas almas das falecidas, que encerra o registro acima, aparece muito pouco nas lápides da Igreja de Nossa Senhora do Carmo: em apenas três ocasiões. A baixa frequência deste tipo de pedido não deve impedir que se façam considerações sobre uma faceta importante da mentalidade do período. A crença na existência do purgatório alimentava uma verdadeira obsessão com os ritos, gestos e atos fúnebres, já que agir da maneira correta era garantia de redução de tempo no purgatório; orações votivas tinham o mesmo poder. Parte recorrente nos inventários do período era aquela que se dedicava a organizar a forma de distribuição das esmolas pela própria alma, e pelas almas de parentes, conhecidos e escravos. De todo modo, a observação sistemática das lápides que restam na Igreja de Nossa Senhora do Carmo leva a crer que naquelas últimas décadas do século XIX valorizava-se primordialmente os aspectos sociais dos enterramentos, a projeção social do morto e de sua família, a visibilidade de seus nomes, títulos e realizações, suplantando as preocupações espirituais. Na morte, as aristocráticas famílias alcantarenses se reafirmavam no espaço social, marcando sua posição e lembrando constantemente de sua presença e prestígio. Algo que iria se perpetuar no momento de transição dos enterramentos para o cemitério.

A parte as inscrições encontradas nas lápides da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Alcântara, igual valor historiográfico pode ser creditado aos seus aspectos pictográficos e estilísticos. À falta de conhecimentos mais sólidos no campo da história da arte e dos movimentos estéticos, este trabalho se apoiou nas considerações feitas pela arqueóloga Tânia Andrade Lima, num artigo em que analisa os aspectos materiais de cemitérios cariocas, concentrando-se no período que vai de 1850 a 1930 (LIMA, 1994, *passim*). Esta decisão se justifica pela detecção de padrões estéticos correlatos e semelhantes entre aqueles apresentados na obra da arqueóloga, especialmente aos que se referem ao que ela chama de “padrão inaugural”, que vai de 1850 a 1888, e os que se puderam verificar na pesquisa de campo nos locais de enterramento alcantarenses.

Ainda que este não seja o padrão dominante, constatou-se a presença de símbolos escatológicos nos monumentos funerários alcantarenses: caveiras e ossos cruzados, ampulhetas dotadas com asas de morcegos, foices, fachos virados para baixo. De acordo com Lima, tais elementos são típicos do classicismo romântico, estilo que conjugava influências clássicas (em um momento em que uma febre de escavações arqueológicas expunha ao século XIX os cânones estéticos das culturas antigas) e góticas. No classicismo romântico, a morte era representada de maneira “escatológica, mórbida, macabra”, (LIMA, 1994, p. 103). Esse estilo, ainda de acordo com a arqueóloga, tinha bastante aceitação entre a burguesia da Europa, mas foi perdendo espaço durante o século XIX, a ponto de se tornar algo visto como “provinciano” na segunda metade dos oitocentos. A adoção de tal padrão estético pela aristocracia rural carioca e fluminense, para Lima, representa uma busca por se aproximar da prestigiosa camada burguesa do Velho Mundo e, no plano simbólico, encontrava sintonia com a sociedade escravista,

[n]essa sociedade em que poder e lucro foram obtidos através da violência e opressão explícitas, num regime de tirania e perversão, a morte foi escancarada nos espaços funerários, exibida aberta e frontalmente, sem sutilezas. Essencialmente escatológica, essa sociedade exerceu sem escrúpulos seus aspectos mais sombrios. (LIMA, 1994, p. 113-114)

Talvez estas explicações da arqueóloga possam ser estendidas ao caso alcantareense, uma vez que se nota que os monumentos funerários encontrados ali se referem majoritariamente a membros da elite escravista da cidade. Não devemos, porém, deixar de creditar a adoção dos padrões do classicismo romântico a um forte impulso de seguir as modas da Europa, num momento em que o intercâmbio cultural dos filhos ricos da terra com o Velho Mundo era nada desprezível. Um dos enterrados ali, inclusive, faleceu em Paris, logo depois de concluir seus estudos em Medicina na Bahia, como aponta sua lápide, postada onde jaz

Leandro Carlos de Sá filho legítimo do T^o C^{el} Manoel Gonçalves de Sá e D. Rosa Joaquina Ribeiro de Sá. Nasceu em Alcântara a 5 de Março de 1831 e faleceu em Pariz a 21 de Maio de 1860. Tomou o grau de D^f. em Medicina pela Faculdade da Bahia em 18 de Dezembro de 1858.

Em outro caso, o registro do nome e do endereço do fabricante da lápide, em Lisboa, comprova o fluxo de material funerário, e dessa forma, do estilo em voga ali, para o Brasil.

Entre os 56 monumentos funerários encontrados na Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Alcântara, repete-se com maior frequência um padrão bastante singelo, que não conseguimos identificar a nenhum cânone estético. Trata-se de lápides em pedra clara emolduradas por um friso composto de elementos fitomorfos. Este tipo se repete 20 vezes, constituindo-se no padrão dominante daquele templo. Tais objetos, marcados pela predominância do baixo relevo, parecem ter sido produzidos com vistas a uma dupla função, de lápides e de piso, harmonizando-se com

as necessidades funcionais do templo. Sua bidimensionalidade atesta que foram feitos para serem dispostos na posição horizontal, ao contrário das lápides inspiradas pelo classicismo romântico, cujas saliências impedem que se prestem a este fim, devendo ser alocadas exclusivamente nas paredes.

4.2 Cemitério de São Benedito

Em função de ter permanecido em atividade desde sua fundação até os dias que correm, o Cemitério de São Benedito tornou-se local de convivência entre estilos funerários muito diferentes: monumentos suntuosos datados da segunda metade do século XIX avizinham-se de lápides singelas erigidas no século XXI; o mármore nobre e antigo talhado por mãos de hábeis mestres artesãos convive com revestimentos cerâmicos produzidos quase que exclusivamente por máquinas no regime massificado das grandes indústrias modernas. A heterodoxia dos tipos de objetos encontrados naquele espaço demanda critério e cuidados num trabalho como este, em que se busca observar as concepções funerárias do momento de transição entre formas distintas de se lidar com os mortos.

A rotatividade dos espaços, que torna necessária a sobreposição para acomodar a demanda, certamente cobrou seu preço, apagando muitas construções antigas, fazendo-as desaparecer. Poucos foram os monumentos antigos que sobreviveram às necessidades práticas. Os que restaram parecem pertencer a duas categorias: aqueles que, por sua suntuosidade e nobreza inspiraram a conservação, e aqueles que pertencem a famílias cujos descendentes ainda se fazem presentes na cidade, garantindo a permanência de seus locais funerários. Dos segundos, ressaltamos os jazigos das famílias Guimarães e Lobato. Entre aqueles enquadrados na

primeira categoria, detectamos a presença de monumentos ligados a membros da elite alcantareense do século XIX, como os Franco de Sá, o Barão de Mearim e a família Viveiros. Desta última, ressalta o monumento funerário dedicado a D. Maria Rosa de Viveiros, cujas inscrições advertem que

Aqui jaz D. Maria Rosa de Viveiros Corrêa filha do Commendador José Maria Corrêa de Souza e de D. Francisca Izabel de Viveiros Corrêa. Nasceu aos 21 de Fevereiro de 1826 e falleceu aos 7 do mesmo mez de 1852. Foi filha virtuosa, o que a tornou digna da geral estima e dos disvellos de seus pais que inconsoláveis lhe mandarão erigir este monumento como padrão de sua eterna saudade.

O imponente túmulo da moça, talhado em elegante pedra branca, exhibe elementos que o identificam ao classicismo romântico, ressaltando a ampulheta com asas de morcego e os fachos virados para baixo. Numa das suas faces, exhibe uma mensagem dos pais saudosos à alma da filha: “Ó tú que existes lá na eternidade, no centro da ventura a mais perfeita. Se te he possível, feliz alma aceita provas d’amor e efeitos da saudade.” A morte não respeitava o que hoje se considera a “ordem natural”, levando frequentemente os filhos antes dos pais.

Reforcemos aqui o que já foi dito alhures sobre a estratificação social nos espaços do cemitério de São Benedito. No momento de sua implantação, tomou-se o cuidado de criar um desenho que repetisse a economia espacial das igrejas, delimitando-se locais mais nobres, separando-os das áreas reservadas aos comuns. A proporção de espaço ocupada por estes setores simula a distribuição da riqueza na sociedade: o espaço privilegiado do cemitério de São Benedito, que servia a uma elite minúscula contrapondo-se à massa desvalida, é exíguo. Apesar de bem localizado, postado no entorno da capela, e em nível mais alto em relação ao resto do cemitério, tinha pequenas proporções; a maior parte do terreno do cemitério, ao rés do chão, era reservada para as pessoas pobres. É no

espaço elevado que ficam as carneiras do cemitério, onde, como vimos pelos documentos de prestações de contas da Irmandade de São Benedito, eram enterradas as pessoas gradas da cidade, mediante altas tarifas. Esta é, afinal, a marca física mais nítida da estratificação social dos mortos no antigo sistema de enterramentos, que não foi apagada pela transferência dos cadáveres para o cemitério: a criação de espaços privilegiados à guisa de altares-mores, numa clara simulação no novo cemitério das formas tradicionais de segregar na hora da morte.

Documentos cartoriais

“Ação de Cominação” 1862. Cartório do Segundo Ofício de Alcântara.

“Autos cíveis de residência e de instrumento de soma de Francisca Xavier de Jesus Viveiros”, 1838, Cartório do Segundo Ofício de Alcântara.

“Construção do Cemitério de São Benedito”, 1842, Cartório do Segundo Ofício de Alcântara.

“Inventário e Partilhas Amigáveis de José Luis Gomes dos Santos”, 1860. Cartório do Segundo Ofício de Alcântara.

“Pedido de prestação de contas ao Procurador Ezechiele Francisco Barbosa da Irmandade de São Benedito”, 1868. Cartório do Segundo Ofício de Alcântara.

“Prestação de Contas das Capelas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”, 1869, Cartório do Segundo Ofício de Alcântara.

“Prestação de Contas das Capelas Pertencentes a Irmandade do Glorioso S. Benedito”, 1866. Cartório do Segundo Ofício de Alcântara.

“Prestação de Contas do Procurador Antônio Manoel dos Reis da Irmandade do Santíssimo Sacramento”, 1867, Cartório do Segundo Ofício de Alcântara.

“Testamento do falecido Ventura Henriques Ferreira”, 1852, Cartório do Segundo Ofício de Alcântara.

Leis Provinciais

Lei Provincial nº 239 de 13/09/1848, Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Lei Provincial nº 775 de 04/07/1866, Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Lei Provincial nº 804 de 21/07/1866, Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe. **O Homem Diante da Morte – Vol. I.** Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves Editora, 1981.

BOGÉA, Kátia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa; BRITO, Stella Regina Soares de. **Arquitetura e Arte Religiosa no Maranhão.** São Luís: 3ª Superintendência Regional/IPHAN, 2008.

LIMA, Tânia Andrade. **De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais).** São Paulo: Anais do Museu Paulista Nova Série, v. 2, 1994. pp. 87-150.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa – Vol. IV.** São Luís: ALUMAR, 1991.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte.** São Paulo: Brasiliense, 1985

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão.** São Luís: Edições AML, 2008.

MARTINS, Ananias. **A mobilidade da ordem urbana - A reconstrução dos lugares na São Luís do século XIX**. Dissertação de mestrado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

MOTA, Antônia da Silva; SILVA, Kelcilene Rose; MANTOVANI, José Dervil. **Cripto Maranhenses e seu Legado**. São Paulo: Siciliano, 2001.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVEIRA, Carlos Henrique Pinto da. **A Irmandade da Misericórdia: disputas pelos ritos fúnebres e urbanização em São Luís na segunda metade do século XIX**. In: Revista Outros Tempos, Volume 5, número 6, dezembro de 2008 - Dossiê Religião e Religiosidade. pp. 33-53.

VOVELLE, Michel. **As Almas do Purgatório ou O Trabalho de Luto**. Tradução de Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Antonino da Silva Guimarães – um barão republicano¹⁹

Por que encetar esforços, empregando as técnicas e metodologias da História, para delinear a trajetória de um indivíduo? No caso do presente trabalho, o impulso inicial se deveu a questões estritamente profissionais: ao historiador do Museu Casa Histórica de Alcântara era imperativo aprofundar a compreensão sobre a figura de Antonino da Silva Guimarães (10/05/1867 – 16/03/1947), comerciante alcantareense que deixou grande legado material, entre objetos e mobiliário, elementos que constituem o acervo da referida instituição. O prédio que a abriga também pertenceu ao negociante, tendo sido espaço de moradia da família Guimarães entre 1889 e 1986. O que se sabia até então se devia em grande parte, senão na totalidade, a relatos orais colhidos e registrados por escritores e historiadores ao longo dos últimos 60 anos, um material que, mesmo insuficiente e dado a certa mitificação do objeto, serviu de ponto de partida.

Um estudo que tenha como objetivo perseguir a trajetória de um indivíduo está em risco permanente de desaguar em uma visão personalista do processo histórico, atribuindo a uma pessoa o poder de definir os destinos de um país, de uma cidade, de um povo. É aquela história que cria heróis, mártires, líderes, desprezando o papel de todos os outros agentes e forças em atuação. Tal visão histórica, por sinal, foi responsável pelo primeiro estímulo à criação de muitos museus, num processo em que o Estado se imbuía do papel de juiz e guardião de uma memória dita nacional, criando instituições dedicadas a “zelar pela fixação e acatamento dos modelos de valores e comportamentos” (MENEZES, 2000, p. 5) por meio da promoção de determinados personagens que incorporassem essas

¹⁹ Uma versão preliminar desse texto foi publicada no “Caderno de Resumos” do II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista, realizado em São Luís do Maranhão em junho de 2011.

características. Nesse paradigma, à história enquanto ciência se reservava o mesmo papel que aos museus históricos, o de legitimadores de construções sociais, políticas e econômicas convenientes aos grupos de poder.

Não é essa, felizmente, a essência organizadora do Museu Casa Histórica de Alcântara, e este trabalho procurou fugir ao destino heroicizante de muitas análises de indivíduos. Há felizmente formas mais relevantes de se observar as trajetórias pessoais. Um caminho seguro parece ser aquele desenvolvido pelos historiadores especializados no que se convencionou chamar de “micro-história”. Bóris Fausto, que produziu recentemente uma obra inspirada nesse método de abordagem, definiu-a como modalidade que permite

reduzir a escala de observação do historiador, a fim de apreciar ações humanas e significados que passam despercebidos quando se lida com grandes quadros; [...] concentrar essa escala em pessoas comuns e não em grandes personagens, buscando ouvir sua voz; [...] extrair de fatos aparentemente corriqueiros uma dimensão sociocultural relevante. (FAUSTO, 2009, p. 9)

Dessa maneira, a análise dos indivíduos ganha outro significado, que os transforma em chaves de compreensão do contexto em que viveram, revelando aspectos ignorados e não acessíveis por outros métodos, como se eles fossem “fachos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança” (FAUSTO, 2009, p. 10). Estudos dessa natureza oferecem contrapontos aos grandes panoramas analíticos, explicitando antes a diversidade que a unidade dos fenômenos.

A análise de documentação em busca da trajetória de Antonino Guimarães acabou levando a um questionamento do paradigma, bastante arraigado, que fala de uma pretensa “decadência” da cidade de Alcântara. A exuberante prosperidade daquele comerciante aliada à percepção de claros movimentos econômicos por parte de outros agentes históricos, fez com que surgisse uma grande dúvida a respeito da validade do consenso de

que a cidade morrera aos poucos no século XIX. A busca por dirimi-la levou à aproximação deste trabalho com uma corrente de estudos que compõe um “Pensamento Antropológico Maranhense”, formada principalmente por pesquisadores e professores ligados à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e à Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Esse grupo desenvolve estudos que elucidam a trajetória econômica local após a derrocada do sistema agroexportador, derrubando a legitimidade do “discurso da decadência”, expressão cunhada por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Dessa forma, dialogou-se com os trabalhos desses estudiosos, em busca de uma explicação histórica que se adequasse melhor ao que se observou na pesquisa empírica.

1. Os significados históricos da ascensão de Antonino Guimarães

Os registros do Cartório são uma das fontes que oferecem dados a respeito de Antonino da Silva Guimarães, especialmente no que se refere a sua vida econômica. Dois livros são particularmente úteis a essa finalidade: o de Registro de Imóveis número 3 e o de Hipotecas²⁰. O primeiro traz uma súmula das transações imobiliárias efetuadas na jurisdição daquele Cartório, onde constam os nomes de transmitentes e adquirentes, valores envolvidos, características, limites e descrições dos imóveis. O outro traz informações a respeito das transações de empréstimo, garantidos por

²⁰ O Livro de Registro de Imóveis foi aberto em 5 de maio de 1866, e os registros seguem até o ano de 1941. O livro seguinte, que conteria informações relativas às transações imobiliárias da família Guimarães nos últimos 6 anos da vida do patriarca Antonino, está destruído, o que impede a consecução da tarefa de mapear completamente os investimentos do comerciante. O Livro de Hipotecas está em bom estado de conservação. Ambos se encontram abrigados no Cartório do Segundo Ofício de Alcântara. Nas referências a eles que surgirão ao longo deste texto, serão usados as abreviações LRI, para o Livro de Registro de Imóveis número 3 e LH, para o Livro de Hipotecas.

hipoteca, também contendo dados como nome de credores e devedores, valores negociados, descrição dos itens dados em garantia e ocupações dos contratantes. O cruzamento dos dados dos dois livros pode apontar, como acontece em muitos casos relativos a Antonino, o momento em que imóveis dados em garantia de empréstimos passam às mãos do credor, o que indica a execução da hipoteca por falta de pagamento.

O nome do negociante entra nos registros, pela primeira vez, quando adquire um sobrado na Praça da Matriz da cidade de Alcântara, o mesmo que atualmente sedia o Museu Casa Histórica de Alcântara. Trata-se de um imóvel construído nas primeiras décadas do século XIX, no período do ápice da economia agroexportadora no Maranhão. No documento aparece em poucas linhas a descrição da transação que colocou nas mãos da família Guimarães o antigo sobrado senhorial. A sociedade “Guimarães et Irmão”, formada por Antonino e membros de sua família²¹, adquire da Baronesa de São Bento, pela soma de 800 mil réis

uma morada de casa cita à praça da Matris desta cidade com mirante fasendo canto a praça a rua das Mercês fronteira a casa do finado Ten. Cel. Gastão Lourenço da Costa Ferreira, hoje do capitão Gentil Augusto Ribeiro, mística com a casa do Dr. José Francisco de Viveiros (LRI, página 29, número de ordem 49, 29/11/1889)²²

A Baronesa, Mariana Francisca de Viveiros, viúva desde 1860, administrava o espólio da família, com a ajuda dos filhos, a partir de sua

²¹ A incapacidade de desvendar com segurança a caligrafia do cartorário fez com que permanecessem dúvidas a respeito da natureza da sociedade adquirente do sobrado número 7 da praça da Matriz. Foi impossível decidir se o registro se referia à “irmã” ou à “irmãos”. O segundo caso parece mais condizente com o relato do neto de Antonino Guimarães, que faz referência a um grupo de “irmãos”, cada qual dotado de uma formação oficial específica, residindo e trabalhando no sobrado adquirido aos Viveiros. Os documentos cartorários, como se verá a seguir, sugerem, ao contrário do relato, que o “sócio” de Antonino era sua irmã, Procória da Silva Guimarães, que alguns anos depois se tornou oficialmente proprietária de metade da edificação. Não foi possível durante o tempo desta pesquisa definir com absoluta certeza a qual dos casos se referia o registro.

²² Em todas as citações, manteve-se a grafia original, exatamente como encontrada nos documentos.

casa em São Luís. Era uma representante legítima da antiga nobreza do Brasil imperial, com membros inseridos nas altas esferas políticas, tanto da Província quanto da Corte, cuja fortuna se amparava, em grande parte, no trinômio latifúndio-escravismo-exportação (ALMEIDA, 2006, p. 20). Era um grupo que entrava em decadência graças aos novos ventos econômicos e políticos que varriam o país. Os Guimarães, por seu lado, eram oriundos de uma linhagem mestiça, de portugueses emigrados que, seguindo o costume da terra, se ligaram no Brasil com mulheres africanas, indígenas ou seus descendentes, gerando uma prole caracterizada pela mestiçagem²³. Radicados no espaço urbano, se especializaram em ofícios mecânicos, tornando-se ferreiros, sapateiros, alfaiates (MARANHÃO, 1997, p. 112-113).

A venda do sobrado, vista dessa maneira, tem uma forte carga simbólica, pois assinala a decadência de um sistema socioeconômico, obliterado pelo fim do escravismo e da monarquia, e a ascensão de uma nova ordem, forjada pela República, que enfraquecia as barreiras tradicionalmente impostas aos indivíduos ligados ao trabalho manual. A própria data da transação, cuja escritura foi lavrada em 28 de setembro de 1889, é bastante emblemática, pois foi efetuada entre os meses que sucederam o fim oficial da escravidão - nos momentos finais da Monarquia - e os inícios do período republicano. Em última análise, a negociação do sobrado representa a passagem da ordem monárquica, elitista, racista, escravista, para a republicana, onde uma família mestiça composta por mecânicos acercava-se do ápice social.

²³ Informações relevantes sobre a formação familiar maranhense no período colonial podem ser encontradas no estudo de Antônia da Silva Mota, "Família e Fortuna no Maranhão Setecentista" (MOTA, 2004, pp. 51-80).

De fato, Antonino tentará, ao longo de sua trajetória, ocupar a posição de elite local, substituindo a antiga nobreza. Nas palavras de seu neto, Heidimar Guimarães Marques, que cresceu no casarão do avô, “ele se tornou [...] o rico em Alcântara. Homem que substituiu os barões numa posição social, assim insinuante, porque ele procurava [...] posições na política, no comércio, na sociedade [...]” (MARANHÃO, 1997, p. 114). A partir destas palavras, pode-se considerar que houve também uma intenção simbólica na negociação do sobrado por parte de Antonino, que dessa forma teria buscado partilhar da aura nobre que impregnava o sobrado no imaginário local.

As características morfológicas do sobrado devem ser também consideradas. Adquirido, ao que parece, por meio de um esforço mútuo entre os membros desta família de artífices, ele tinha os requisitos necessários ao estabelecimento de oficinas. Quanto ao posicionamento geográfico, mais vantagens eram oferecidas, pois o imóvel está assentado na esplanada central da cidade, onde se fixavam também os poderes temporais e espirituais – a Câmara Municipal e a Igreja Matriz (já então arruinada) – e na confluência de duas ruas importantes, terminais que ligavam os portos da cidade aos caminhos terrestres vindos do interior. Além disso, a multiplicidade de ambientes do casarão oferecia abrigo não só aos comércios e oficinas, mas também a uma família numerosa, composta por parentes, esposas e filhos, agregados e serviçais. Dessa forma, aos significados simbólico-históricos atribuídos à transação, somem-se estes outros, mais estratégicos.

O livro de registro de imóveis indica outra faceta de Antonino, o de figura pública. A partir de 1890 a Companhia Salineira Alcantareense, que apesar do nome era sediada em São Luís, iniciou uma agressiva campanha de investimentos em Alcântara, adquirindo mais de uma centena de

salinas²⁴ e apicuns²⁵ de particulares da cidade. Na sua sanha de estabelecer um monopólio da atividade salineira na região, arrendou por 30 anos “todos os apicuns situados no município de Alcântara, por 24 contos de réis, a serem pagos em prestações de 800\$000 (oitocentos mil réis) anuais” (LRI, folha 51, número de ordem 400, 10/09/1894). Nas deliberações da municipalidade sobre o negócio, efetuadas em duas sessões, nos dias 19 de fevereiro e 4 de agosto de 1890, aparece como membro da Intendência Municipal o comerciante Antonino da Silva Guimarães. Ainda que não estivesse no papel central – o presidente era Luis Antônio Guterres – a presença de Antonino entre os mandatários locais, participando das decisões, aponta que ele já era minimamente reconhecido como membro de destaque da sociedade no final do século XIX.

Após estas três ocorrências iniciais, o nome de Antonino da Silva Guimarães desaparece do livro de registro de imóveis por quase 15 anos. Um silêncio, curiosamente, bastante revelador, que não significa a paralisação das atividades comerciais do grupo familiar guiado por Antonino Guimarães. Pelo contrário, pode-se conjecturar que este longo lapso representou um “período de acumulação”, momento em que aos esforços cotidianos de todos os moradores e serviçais da casa somou-se um intenso impulso de economizar cada centavo ganho, constituindo a base da fortuna de Antonino, que floresceria a seguir.

O silêncio dos livros é rompido pelo registro número 59 da página 20 do Livro de Hipotecas, do dia 18 de setembro de 1907. Era um

²⁴ Se levarmos em conta o cálculo de Jerônimo de Viveiros, que apontava que “ainda no decênio de 1850 a 1860, o velho município possuía 81 fazendas de cereais, 22 engenhos de açúcar, 24 fazendas de gado e *para mais de 100 salinas [...]*” (grifo nosso), tal companhia obteve o virtual monopólio da atividade salineira na região. VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu passado Econômico, Social e Político*. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977. p. 60.

²⁵ O termo apicum, empregado constantemente no documento, refere-se à “terreno alagadiço situado à beira do mar”.

empréstimo de 4 contos de réis concedido a Alfredo Henrique Pereira, cujas garantias foram uma casa na Rua Grande, terras na Ilha do Cajual e alguma quantidade de gado vacum. Este pequeno registro aponta duas novas constantes na trajetória econômica de Antonino. Primeiro, por abrir uma longa série de transações em que ele figura como credor. Entre 1907 e 1934 aparecem no Livro de Hipotecas do Cartório um total de 25 transações que trazem Antonino no papel de prestador, alguns deles ostentando grande vulto. No início, divide a atividade com Antônio Mariano Franco de Sá Júnior, outro grande financista da cidade, com quem chegou a realizar empréstimos em sociedade. Após a morte de Franco de Sá, por volta de 1916, quase todos os registros se referem a transações que tem Antonino como credor. Essa intensa atividade creditícia acabou legando ao comerciante, até os dias que correm, a fama de ser um *implacável agiota*, termo empregado de maneira pejorativa²⁶. É o que se lê, por exemplo, neste trecho

Embora alguns autores se refiram ao Sr. Antonino Guimarães como homem “extremamente controlado, à força de trabalho e perseverança conseguiu amealhar sua fortuna” [refere-se aqui a Carlos de Lima] [...] alguns moradores da cidade de Alcântara comentam que sua fortuna foi conseguida através da penhora de vários objetos que eram trazidos até ele. *Há um certo fundamento nesses testemunhos orais*, os quais permitem compreender como é que vários objetos de época [...] passaram a fazer parte do sobrado. (ALMEIDA, 2006, p. 22-23, grifo nosso)

Os “comentários” dos moradores de Alcântara, abonados pelos autores da obra citada acima, procuram atribuir à rapinagem o sucesso econômico do comerciante. Ele seria, dessa forma, um indivíduo oportunista que constituíra sua fortuna a partir da desgraça de muitas

²⁶ É sintomático da imagem negativa que se faz do indivíduo que empresta a juros o fato de que, em nossa língua, muitas das palavras que servem para designá-los – onzenários, usurários, agiotas – estarem impregnadas de sentidos pejorativos, sendo sinônimas de termos como avarento, sovina, ganancioso. O termo jurídico “credor” é o único que parece ter se livrado de sombras negativas. Talvez isso seja fruto da condenação que fazia a Igreja, em tempos recuados, às atividades que buscavam lucro.

famílias. Tal visão não parece se harmonizar com os vestígios de sua trajetória. Na verdade, a leitura da documentação permite supor o contrário: em duas ocasiões ele chegou a postergar a cobrança de dívidas, buscando evitar, decerto, a execução da hipoteca. Numa dessas operações, dilatou de dois para seis anos o prazo para pagamento de um empréstimo de 7 contos de réis que fez a Brígido Antônio de Macêdo (LH, páginas 93 e 100, números de ordem 39 e 45, 1926 e 1934), comportamento que não se coaduna com a imagem de usurário insensível. O próprio período de 14 anos sem registros nos livros do Cartório, precedendo a fase de empréstimos e aquisições, parece ser suficiente para explicitar a origem do capital de Guimarães: o comércio. Nesse período de acumulação, pelo que se pode apreender nos livros do cartório, não parecem ter ocorrido outras formas de obtenção de riquezas, o que invalidaria a tese de que Antonino enriqueceu através da usura.

Outra diretriz econômica que aparece no registro 59 do Livro de Hipotecas, citado acima, é a “ruralização” das atividades do comerciante, que passa a investir em salinas, engenhos e áreas de pastagem. Grande parte dos registros de compra do Livro de Registro de Imóveis e das garantias dadas a Antonino em troca de seus empréstimos, no Livro de Hipotecas, se referem a propriedades rurais. Essa guinada parece ter ligação com mudanças que ocorreram na economia de Alcântara, que se ruralizou e desmonetizou no final do século XIX, o que será tratado no próximo segmento deste texto. Dessa forma, nesse momento da construção de sua fortuna, ainda que sem abrir mão de suas atividades comerciais e urbanas, Antonino dirige seus esforços para assenhorear-se das atividades produtivas do campo. Em 1907, por exemplo, em parceria com Antônio Mariano Franco de Sá Júnior, empresta 7 contos de réis a Margarida da Costa Reis, tomando suas terras como garantia (LH, página 21, número de

ordem 63, de 14/06/1908). Em 1910 a propriedade troca de mãos, ao que tudo indica em função da insolvência da devedora, e os sócios “Sá et Guimarães” tornam-se donos de um “engenho a vapor para moer canas, com a competente casa [...], casa de vivenda, tudo coberto de telhas”, situada na freguesia de Santo Antônio das Almas, com “terras e alguns canaviais e mais acessórios” (LRI, página 82, número de ordem 568, 28/06/1910).

Além da atividade canvieira, Antonino diversificou seus investimentos em lavouras, na pecuária e em propriedades que produziam frutas, entre outras. Exemplo do ecletismo dos investimentos de Antonino está num registro de empréstimo de 20 contos de réis a José Arthur Barboza de Godóis, onde tomou como garantia

A propriedade de “Itaúna” com suas mattas e servidões; a fábrica de óleos alimentada com um motor alemão 4 cavallos de força; uma prensa hydraulica; uma bomba de alta e baixa pressão; um desintegrador para moer côco; um dito para moer farelo, um moinho de empastar, um batedor com um jogo de peneiras de tirar amendoas do coco, uma chaleira de aquecer côco e 2 machinas de quebrar coco. (LH, página 37, número de ordem 90, 19/11/1925)

A propriedade, fronteira ao rio Cojupe e à Baía de São Marcos, era uma completa fábrica de óleo de babaçu, atividade importante na região naquele período. Ainda que o proprietário tenha conseguido resgatar a hipoteca, a negociação mostra o apetite policultor daquele comerciante alcantarense. Antonino foi, dessa maneira, ocupando os espaços da antiga elite escravocrata, assumindo seus negócios e propriedades, assim como seu espaço social.

Mas, entre todas as atividades que exerceu nessa sua fase de expansão, nenhuma se equiparou à de produção de sal. Como visto anteriormente, Alcântara tinha certa tradição nessa atividade. Sua conformação geográfica, pejada de baixadas – os *apicuns* - onde a água do

mar transita ao sabor das marés, conspirava para essa orientação salineira. Desde os primeiros tempos da colonização a produção do sal foi expressiva em Alcântara, que abastecia do produto o mercado de São Luís, tendo os jesuítas sido os responsáveis por construir as primeiras salinas (VIVEIROS, 1977, p. 47). A Companhia Salineira Alcantareense, que havia adquirido virtualmente todos os apicuns e salinas da região em 1891, entrou em dificuldades no início do século XX, vindo a liquidar suas operações em 1905. Seus despojos foram disputados nos anos que se seguiram. A firma alcantareense “Sá, Ribeiro e Companhia” arrematou, por 95 contos de réis, a parte do leão, ficando com

cento e vinte e duas salinas, as mesmas das quaes entram as sujeitas ao aforamento dos apicuns comprados a terceiros pela cessionária, e os que foram edificados nos devolutos [os da Câmara], conforme o respectivo contracto com o poder municipal. O cutter “Amasonas” e seis pequenas canoas, [...] oito quinhões de terra [...] no cais mais casas e chãos na calçada da Praia dos Barcos, ocupadas por casas comerciais e na calçada do Jacaré, e ainda no final da Rua das Mercês. (LRI, página 72, número de ordem 527, 1905)

O rol de propriedades da antiga companhia em dissolução, adquiridos pela sociedade comercial alcantareense, aponta o modelo ideal de uma empresa salineira. Além de possuir os apicuns e salinas era necessário deter, conjugadamente, toda uma estrutura de transporte e armazenagem do sal. Isso explica porque nessa negociação entraram terrenos e casas à praia dos Barcos e calçada do Jacaré – que eram as zonas portuárias da cidade – e também as embarcações citadas no documento.

Antonino tratou de seguir o exemplo, esforçando-se para erigir seu próprio “império do sal”. À época da dissolução da Companhia Salineira Alcantareense ele ainda não dispunha do capital necessário para empreender grandes investimentos, mas com o tempo acabou adquirindo, pouco a pouco, grande parte das estruturas salineiras da região. Em 1920, conforme aponta o Livro de Registro de Imóveis, ele comprou do Major Feliciano

Trino Parado, por seis contos e trezentos mil réis, “trinta e uma salinas, nos apicuns foreiros a municipalidade” e mais “um terreno com benfeitorias a Praia do Jacaré, desta cidade”. O Major Feliciano, por sua vez, havia adquirido estes bens "em hasta pública, dos bens do falecido Cel. Antônio Mariano Franco de Sá Junior” (LRI, página 108, número de ordem 658, 13/02/1920). Passados quinze anos, Antonino finalmente se apossava de parte da Companhia Salineira Alcantareense, que havia passado pelas mãos de seu falecido sócio Antônio Mariano Franco de Sá Júnior e depois pelas do Major Feliciano. Note-se que, junto com as salinas, vem os “terrenos com benfeitorias na praia do Jacaré, zona portuária da cidade²⁷”.

Ao mesmo tempo, Antonino tratava de consolidar seus empreendimentos salineiros buscando meios de se tornar autossuficiente no transporte do produto. Ainda em fevereiro de 1920, emprestou uma grande soma, 12 contos de réis, ao capitão e carpinteiro Manoel da Vera Cruz Silva Ribeiro, tomando como garantias:

Uma casa de azulejos pedra e cal na rua de Baixo, uma salina com depósito no lugar Lagoa, a posse de terra Ipixuna, três terrenos na calçada do Jacaré, dois terrenos à rua do Norte, um cutter denominado “Filha do Norte”, com 14m de comprimento, 3,45m de bocca, e 1,30m de Pontal, com 15 toneladas de capacidade, um cutter denominado “Ivone Rosa Providência” com 12,10m de comprimento, 3,50m de bocca e 1,20m de pontal, com 11 toneladas de capacidade, um cutter denominado “Resedá” com 5,80m de comprimento e 7 toneladas de capacidade, uma Canoa denominada “Lanchão” com 7,92 m e 1,3 tonelada de capacidade, uma canoa denominada “1º de maio” com 6,8m de comprimento e 2 toneladas de capacidade, um burro de carga de cor castanha e mais 54.283kg de sal em depósito no Bacanga. (LH, página 32, número de ordem 82, 21/02/1920)

²⁷Essa estrutura portuária, segundo Antônio Lopes, teria sido construída “em dias do Segundo Império” por ordem de José Maria Correia de Sousa, “homem de grande fortuna e presidente da Câmara Municipal”. O cais do Jacaré substituiu a antiga zona portuária da Praia dos Barcos, que foi lentamente abandonada, porque tinha a vantagem de ser mais abrigado que a outra. Juntamente com a “calçada”, caminho que leva até o promontório central de Alcântara, foram construídas na ocasião “barracas” que serviam de armazéns, casas comerciais e depósito de gêneros. Tais estruturas permanecem em uso até hoje na cidade de Alcântara. MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. São Luís: Edições AML, 2008. p. 99

A casa e a salina dadas em garantia descritas acima passaram à propriedade de Antonino (LRI, p. 132, número de ordem 349, 05/11/1925), o que permite supor que Manoel da Vera Cruz Ribeiro não conseguiu pagar sua dívida e viu a hipoteca ser executada, perdendo os bens dados em garantia, inclusive as embarcações. Dessa forma, Antonino garantia a mobilidade de seus empreendimentos no ramo de sal, tornando-se proprietário de uma expressiva frota, cuja capacidade de carga total era de mais de 36 toneladas, da qual a “estrela” era o *cutter* “Filha do Norte”. Jazem, na reserva técnica do Museu Casa Histórica de Alcântara, os restos mortais desta nau, reduzida a dois grandes moitões.

Uma indicação do porte das atividades salineiras de Antonino, além daquela fornecida pelos 54.283 quilos de sal dados em garantia pelo insolvente carpinteiro Manoel, está em outra página do livro cartorário, onde se registra que o negociante comprou, por 3 contos de réis,

duzentos e quarenta mil quilos de sal grosso depositados nos paióis das salinas de propriedade do senhor João de Araujo Paes situadas nos apicuns dos logares Itatinga e Puçá, subúrbios desta cidade. Fica todo este sal sob sua guarda até que pelo comprador seja retirado no todo ou parceladamente. (LRI, página 158, número de ordem 448, 18/01/1932)

Outra possibilidade de se observar quantitativamente a economia salineira do Maranhão, de Alcântara e de Antonino, e de estabelecer comparações, foi oferecida pelo governo brasileiro. Em 1940 o impulso centralizador do Estado Novo atingiu a produção de sal: por meio do decreto-lei nº 2.300, de 10 de junho daquele ano, foi criado o Instituto Nacional do Sal (INS), que tinha como funções, entre outras, “assegurar o equilíbrio da produção de sal com o seu consumo” e “fixar os tipos do produto” (GELIS FILHO, 2006, p. 601). Para tanto, foram instituídas “cotas” de produção máxima, fixadas para cada produtor e salina; as

tabelas com as cotas anuais eram publicadas no Diário Oficial da União (DOU). A distribuição de cotas para o ano salineiro 1944-45 mostra que Antonino, a essa altura já subdividindo suas operações entre filhas e netos, era o maior produtor de sal da cidade de Alcântara, respondendo por quase um quarto da produção total do município. As 33 salinas da família Guimarães obtiveram o direito de extrair 942 toneladas de sal, o que correspondia a 3,2% da cota maranhense (DOU, 28/06/1944, pp 11469-11471).

Não se deve deixar de considerar aqui os investimentos feitos na área urbana da cidade de Alcântara pelo negociante. Suas aquisições foram tão numerosas que beneficiam seus descendentes até hoje, mais de 60 anos passados de sua morte. Quase todos os prédios imponentes, que no passado pertenceram à nobreza latifundiária, passaram por as suas mãos. Órgãos como o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus, onde está abrigado o Museu Casa Histórica de Alcântara, assentado no sobrado principal do comerciante), o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o Museu Histórico de Alcântara, o Museu Casa do Divino Espírito Santo, o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e várias repartições da Prefeitura Municipal estão estabelecidos, atualmente, em casarões que pertenceram ao comerciante. Jerônimo de Viveiros credita esse apetite aquisitivo a um impulso de preservar a cidade do processo de arruinamento que rapidamente a consumia. Em suas palavras Antonino, “amando a sua terra natal, via com profunda tristeza o seu desmoronamento, que procurava retardar, comprando-lhe as casas para deixá-las fechadas sem moradores” (VIVEIROS, 1977, p. 142). Outros autores, menos românticos, enxergam nesse movimento uma busca por afirmação social. Referindo-se aos comerciantes maranhenses de maneira geral, e aos alcantarenses em particular, que estariam “ocupando lugar no

cenário econômico” sem, no entanto, possuir “legitimidade para ocupar um lugar na vida política e social”, esses autores acreditam que

[...] o objetivo dessa classe, que tenta se impor, não é somente aumentar seus bens, mas também construir um capital simbólico, através de bens que se enquadravam no campo do poder aristocrático, e dessa forma ter acesso a outros setores da sociedade. (ALMEIDA, 2006, p. 10)

Talvez não seja possível determinar com segurança, por meio das fontes disponíveis, qual foi a lógica que guiou as aquisições urbanas de Antonino, especialmente as que se referem aos antigos casarões senhoriais. Mas é possível entrever algum sentido nos seus movimentos quando se percebe que seus investimentos urbanos se concentraram na calçada e praia do Jacaré, zona portuária da cidade, importante área para a circulação de produtos e mercadorias. Outra área privilegiada nos negócios de Antonino foi a que circunda o casarão da praça da Matriz: terrenos baldios onde foram erguidos depósitos²⁸ para suas abundantes mercadorias. A conveniência comercial, portanto, parece ter embasado essas compras.

Uma última observação que se deve fazer a respeito de Antonino da Silva Guimarães a partir do que se apreende nos livros do Cartório refere-se ao reconhecimento social de seu status hierárquico na estrutura da cidade, através dos títulos adicionados ao seu nome nos registros. De início, ele aparece sempre como “comerciante” ou “negociante”, o que marca claramente uma diferença para com os “proprietários” ou “lavradores” com quem negociava. Essas pequenas palavras tem significados profundos, uma vez que, enraizada em princípios sociais

²⁸ É o que se vê, por exemplo, num registro de 1926, onde se apreende que Manoel Lázaro Martins Beckman comprou uma casa de meia morada, sob o número 14, na Praça da Matriz, que tinha como vizinhos por um lado a Câmara Municipal e do outro um terreno onde por ordem de Antonino se edificara “um quarto de casa que serve de Armazém àquele senhor” (LRI, página 137, número de ordem 362, 10/06/1926)

rígidos do século XVIII, houve no Brasil uma separação inquebrantável entre homens mecânicos e fidalgos. Estes últimos

recusavam todo trabalho de negro, ou seja, todo trabalho manual que os pudessem desqualificar como superiores. Esta era a mácula de sangue. Havia, igualmente, uma prática de excluir dos empregos públicos todo aquele que por si, seus pais ou avós, tivessem exercido artes mecânicas, isto é, que tivessem contribuído pelo seu trabalho para a multiplicação de riquezas. Esta era a mácula do trabalho. (ARAÚJO, 2004, p. 254).

Aos primeiros, marcados duplamente pelas “infames manchas” da cor e do trabalho manual, era vedado por lei o acesso a cargos e outros privilégios públicos. É certo que no final do século XIX essas antigas estruturas jurídicas já haviam desaparecido, mas permanecia nas mentalidades - mais resistentes a se adequar a novos tempos - uma delimitação distintiva que, se não implicava em grandes obstáculos reais, ainda criava categorias de acordo com a atividade econômica do indivíduo. Antonino parece ter rompido estas vetustas categorizações, possivelmente por meio de sua meteórica ascensão econômica: o dinheiro apagava os antigos preconceitos. Dessa forma, ele passou a ser rotulado como “proprietário” nos registros cartorários, a partir do final da década de 1910.

A essa forma tradicional de delimitação de *locus* social sobrepôs-se outra, ligada à nova ordem republicana, militarista em sua essência. A partir de 1912 o nome de Antonino da Silva Guimarães passou a ser precedido, nos registros cartorários, pela patente de “Tenente Coronel” (LRI, página 84, número de ordem 589, 23/09/1912), concessão que indica o claro reconhecimento, pelos potentados locais do novo regime, do papel de liderança exercido pelo comerciante.

2. Decadência?

Para a maioria dos analistas da história do município, a morte do sistema agroexportador escravista é rotulada como decadência, entendida como processo que partiu de uma situação ideal e culminou em um panorama desolador. Essas visões sobre o passado maranhense evidenciam uma mentalidade etnocêntrica e elitista, incapaz de reconhecer a validade de outras formas de economia e organização social. Em outras palavras, é um ideário que estabelece hierarquias entre os sistemas sociais, colocando no topo da pirâmide a cultura europeia e seus êmulos locais. Nesta ótica, o fim da sociedade eurófila aparece como irremediável mal. Tal consenso sobre a decadência da cidade de Alcântara, descrevendo o êxodo dos barões e a ruína dos seus sobrados e solares, em tom nostálgico e lamentoso, nega e esconde o florescimento de uma nova dinâmica sócio-econômica, levado a cabo pela antiga casta servil, num processo de transição da economia agroexportadora para uma outra, baseada no campesinato livre, que tem sido objeto de análises de estudiosos ligados ao “Pensamento Antropológico Maranhense” (ANDRADE, 2007, p. 13). Ex-escravos e caboclos abandonados à própria sorte, porém livres, tornaram-se senhores das terras alcantarenses, introduzindo uma nova lógica organizacional, reorientando os sentidos da produção, ressignificando as práticas econômicas, reestruturando todo o sistema de valores sociais. Para eles, não parece ter havido sinal de decadência.

Na esteira da derrocada da economia agroexportadora, formaram-se os “territórios étnicos” em Alcântara. Sem imposições de indivíduos ou grupos externos, sem a intermediação do Estado²⁹, os ex-escravos

²⁹ O caráter autônomo desse processo implicou no não reconhecimento da propriedade efetiva das terras no plano jurídico. Ex-escravos, caboclos e seus descendentes usufruíram da posse

estabeleceram suas regras no processo de reorganização da força de trabalho e das forças produtivas. Ali criaram um sistema particular de apropriação da terra, não dividida em lotes privativos fixos, mas baseado no usufruto comum e itinerante das áreas, sistema que tem nos povoados seus núcleos. O acesso aos recursos naturais também era comunitário, num sistema aberto onde as interdições se referiam apenas ao manejo sustentável, nunca a qualquer tipo de impulso privatista. Eles erigiram uma cultura que devia muito às práticas indígenas, particularmente no trato com a natureza, e mantiveram-se ligados, pelas vias do comércio, com a sociedade circundante. (GOMES et alii, 2006, p. 120). Em outras palavras

[...] enquanto as fazendas senhoriais tiveram pouca duração em Alcântara, fracassando os planos da administração colonial, o contrário ocorreu com grupos de ex-escravos e indígenas, que aí permaneceram, constituindo *territórios específicos*, ancorados em categorias explicitamente estigmatizadas durante o período colonial, tais como *preto* e *caboclos*. (GOMES et alii, 2006, p. 119)

No que tange à relação com o meio, esses novos senhores das terras alcantarenses evitaram uma orientação econômica impositiva, respeitando e aproveitando as características geo-ecológicas locais. No lugar de apenas derrubar o “mato” e inserir em seu lugar alguma cultura estranha voltada para atender demandas externas – impulso que norteava o sistema anterior - eles aproveitaram os conhecimentos sobre a fauna e a flora locais, herdados da cultura indígena, aprendendo a extrair de maneira pouco destrutiva os bens naturalmente disponíveis. Cada povoado, de acordo com as características físicas onde se situava, especializou-se em um determinado tipo de produção: os que ficavam à beira-mar obtinham peixes e outros

informal por muito tempo, sem enfrentar contestações, mas a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara trouxe novos interesses sobre as terras alcantarenses, que passaram a ser objeto de disputa, de forma que hoje os grupos comunitários organizados precisam lutar pelo reconhecimento oficial da titularidade desses territórios.

recursos marinhos, além de se dedicar à navegação e transporte marítimo; em outros, a manufatura de objetos de cerâmica era o centro da vida econômica. As áreas de baixas, locais úmidos com a presença de água doce, eram fonte de frutas, território de caça e de agricultura (SOUZA FILHO, 2006, p. 71). De acordo com Antônio Carlos Diegues, em seu tratado sobre as culturas tradicionais e seu relacionamento com o meio ambiente

Algumas dessas sociedades se reproduziam explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e as áreas transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exigia não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas. (DIEGUES, 1993, p. 62)

As técnicas agrícolas eram inspiradas na prática tupinambá da *coivara*, modalidade em que se derruba e queima a vegetação, aproveitando-se os resíduos para o fabrico de carvão. Essa forma de agricultura era menos agressiva porque adotava o pousio, período de descanso após algumas safras, permitindo que a vegetação se refizesse e que o solo se recuperasse. De qualquer modo, uma atuação econômica organizada e executada pelos ex-escravos, caboclos e seus descendentes resultava, necessariamente, em comportamentos mais cuidadosos com o meio, pois o objetivo da economia era a manutenção e reprodução de sua cultura, e não o lucro. O resultado final desse novo sistema econômico era a obtenção de uma ampla variedade de produtos, intensamente trocados entre os povoados, e a geração de alguns excedentes que eram comercializados nos mercados externos da região, especialmente São Luís e Alcântara. Em comparação com o sistema que a precedeu, era uma economia em franca desmonetarização, voltada para as necessidades locais e que tendia à autosuficiência.

A análise dos estudos forjados por pesquisadores ligados ao “pensamento antropológico maranhense” leva, portanto, à negação da decadência propalada pelos estudos “clássicos” sobre o Maranhão, permitindo que se perceba a formação de um novo tipo de organização socioeconômica que, longe de ser inferior ao que o precedeu, apresentava vantagens em diversos aspectos.

3. Considerações Finais

A trajetória de Antonino vista através dos registros de seus negócios nos livros cartoriais, permite compreender um pouco da história da própria cidade de Alcântara, desde o final do século XIX às primeiras décadas do seguinte. Socialmente, percebem-se profundas transições, marcadas pelo êxodo das antigas famílias escravocratas e pelo ocaso de todo um sistema de valores e interdições, processos concomitantes à abertura de espaço para a ascensão de uma burguesia mestiça, cujas fortunas se consolidaram através do trabalho manual sediado no espaço urbano. No plano da economia, percebe-se o descenso das atividades citadinas complementares à decrescente agricultura exportadora, num processo que levou ao ocaso do espaço urbano alcantareense, marcado pelo arruinamento das estruturas ligadas ao antigo sistema.

A pesquisa iluminou outros ângulos daquele contexto, revelando uma cidade viva e pulsante, desafiando as noções da historiografia tradicional. Percebeu-se que, após o fim do sistema agroexportador, ganhou corpo a economia salineira, voltada para outros mercados nacionais. A aproximação com trabalhos de antropólogos e sociólogos maranhenses provou-se frutífera, pois apontou o florescimento de outro segmento socioeconômico, desta vez rural, que ganhou importância regional e

desenvolveu outras formas de produção e organização social. Explicitou também as noções etnocêntricas e elitistas que se encontram no âmago dos mais diversos discursos, que geram a negação de formas diferentes de viver, sentir e pensar, num movimento muito parecido com aquele que levou os colonizadores europeus a dizimarem a cultura dos povos indígenas americanos, impondo-lhes todo um novo sistema cultural, econômico e político.

É isso, enfim, que se buscou nesse trabalho: conferir significado à ascensão social e econômica de Antonino, extrapolando o plano meramente individual, em busca de uma visão mais abrangente do processo histórico, um esforço que deve muito à abordagem da micro-história e seu grande poder de desfazer visões totalizantes.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Adroaldo José Silva; BOGÉA, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares de. **Museu Casa Histórica de Alcântara**. São Luís: IPHAN, 2006.

ANDRADE, Maristela de Paula; FILHO, Benedito de Souza (Org.) **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.

_____. Apresentação – Uma antropologia do campesinato no Maranhão. In: SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra – Propriedade Comunal e Campesinato Livre na Baixada Ocidental Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007. pp. 9–16.

ARAUJO, Ubiratan Castro de. A política dos homens de cor no tempo da Independência. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, Abril/2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Populações tradicionais em áreas de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/CEMAR-USP, 1993.

FAUSTO, Bóris. **O Crime do Restaurante Chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GELIS FILHO, Antônio. Análise comparativa do desenho normativo de instituições reguladoras do presente e do passado. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 40 (4): 589-613, Jul./Ago. 2006. pp. 589 – 613.

GOMES, Marcos Antônio; CARDOSO, Maria Suely Dias. Apropriação e manejo dos recursos em Santana de Caboclos – Terra de Santíssimo. In: ANDRADE, Maristela de Paula; FILHO, Benedito de Souza (Org.) **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. pp. 113-144.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho. **Memória de Velhos. Depoimentos: uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense – vol. 4**. São Luís: LITOGRAF, 1997. pp. 111-182

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. São Luís: Edições AML, 2008.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de Meneses. Para que serve um museu histórico? In: MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de Meneses (Org.) **Como explorar um Museu Histórico**. São Paulo: Museu Paulista/Universidade de São Paulo, 2000. pp. 3 - 6

MOTA, Antônia da Silva. Família e Fortuna no Maranhão Setecentista. In: Wagner Cabral da Costa (Org.) **História do Maranhão: Novos Estudos**. São Luís, Edufma, 2004. pp. 51 – 80.

SOUZA FILHO, Benedito; LÔBO, Janaína Campos; GASPAS, Rafael Bezerra. Samucangaua: identidade, produção de alimentos e cultura alimentar. In: ANDRADE, Maristela de Paula; FILHO, Benedito de Souza (Org.) **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. pp. 57-112.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado Econômico, Social e Político**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

Iluminação pública e privada em Alcântara e São Luís³⁰

Por que uma história da iluminação?

Diante de tantas opções de análise oferecidas pelas técnicas da história, pode parecer um capricho escolher como tema de estudo a trajetória da iluminação pública e privada. Pior que isso, pode parecer uma volta àquela história que se propunha celebrar a “evolução” e o “progresso” da sociedade, uma história útil aos poderes constituídos por colocá-los como promotores de um processo positivo, líderes de uma marcha para um futuro brilhante e sem problemas.

Esta análise busca se justificar inscrevendo-se naquilo que vem sendo chamado de “alargamento” do campo da história, movimento que não cessou de acontecer ao longo de todo o século XX, e que permanece ativo neste início de século XXI. Não é preciso reafirmar a libertação conquistada pelos esforços de historiadores de diversas vertentes que pugnam para emancipar a história dos temas políticos e elitistas a que se havia prendido no século XIX. Nem cabe aqui retomar as discussões que eletrizaram a disciplina nas décadas de 1960 e 1970, que contrapuseram uma história “engajada” àquela acusada de ser esmigalhada e incapaz de mobilizar para a transformação social.

Sem entrar no mérito destas questões, espera-se demonstrar, pela exposição dos resultados, que o olhar sobre as formas materiais, técnicas e econômicas empregadas pelos nossos predecessores para lidar com um dado problema – a invariável presença da noite – pode revelar mais do que simples dados positivos. A partir da observação das informações contidas nos relatórios, falas, mensagens e discursos dos Presidentes da Província (e

³⁰ Uma versão modificada deste texto foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), número 39, em Dezembro de 2012.

depois governadores do Estado) do Maranhão, têm-se um panorama que privilegia aspectos políticos e econômicos. Partindo dessa perspectiva “oficial”, é possível acompanhar a trajetória acidentada da penetração do capitalismo industrial na região, que se mostra principalmente na dependência de técnicas, equipamentos, combustíveis e capitais estrangeiros, e na orientação majoritária das forças produtivas maranhenses para o mercado externo. Outros tipos de documentos oferecem diferentes perspectivas sobre o processo, a partir do cotidiano e da vida privada. É o caso dos inventários e testamentos, que apontam as lentas transformações na cultura material que amparava as existências, mapeando a introdução socialmente matizada dos novos padrões. Relatos orais dão conta das sensações, das estratégias ocultas, das transações operadas no plano da vida cotidiana que agem sob as grandes linhas da sociedade, subvertendo, negando ou reforçando as tendências, ao sabor dos micro-interesses espalhados pelo corpo social.

É possível ver a chegada da “modernidade”. O aparecimento de novas condições técnicas corresponde à ascensão de novas sensibilidades, uma outra economia dos espaços e uma diferente relação entre corpos e ambientes. É sobre essas novas sensibilidades que o Estado busca reajustar sua legitimação, assumindo o papel de promotor dos valores emergentes, colocando-se como defensor dos novos padrões, agindo para materializar as novas posturas e demandas.

1. A ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM SÃO LUÍS (c. 1825 – c. 1925)

A era dos lampiões a óleo

No Rio de Janeiro, em Paris e outras grandes cidades, a iluminação dos ambientes externos fora feita, antes que o Estado tomasse conta do serviço, por particulares. Prédios eclesiásticos, edifícios pertencentes aos órgãos de administração, quartéis e residências nobres eram guarnecidos por lanternas custeadas e mantidas pelos próprios dignitários, num esforço privado e difuso para iluminar o espaço público (FERREIRA, 2009, p. 5). A baixa luminosidade produzida por estes aparelhos, a irregularidade de sua distribuição pelo espaço e a grande distância entre os pontos de luz proporcionavam uma iluminação débil, quase inútil, que servia mais como símbolo de nobreza e poder que como instrumentos utilitários do espaço urbano. É provável que o mesmo tenha ocorrido em São Luís, apesar de não terem sido encontrados documentos que relatem objetivamente a iluminação de espaços externos por particulares.

Entre 1825³¹ e 1848, a iluminação pública de São Luís foi feita por lampiões abastecidos com óleo³². Tal sistema era alvo recorrente de críticas dos habitantes e dirigentes políticos em São Luís. Uma das reclamações era

³¹ Segundo César Marques, a iluminação pública de São Luís foi instituída pelo presidente Manoel Teles da Silva Lobo naquele ano de 1825 (MARQUES, 2008, p. 624).

³² O lampião a óleo não era exclusividade do Maranhão, tendo sido empregado na maioria das cidades Ocidentais nos primeiros sistemas de iluminação pública. Em Paris, fora adotado em 1789 (ROCHE, 2000, p. 164), e em Nova Iorque, no ano de 1762 (FRÓES DA SILVA, 2006, p. 9). No Rio de Janeiro, os primeiros 100 lampiões a óleo custeados pelos poder público foram instalados em 1794 (FERREIRA, 2009, p. 7). O sistema de iluminação carioca era subsidiado por contribuições enviadas pelas Províncias, arrecadadas na forma de impostos. Antonio Bernardino Pereira do Lago mostrou indignação com esta cobrança, já que a Província do Maranhão, mantenedora da iluminação do Rio, não gozava do mesmo benefício (LAGO, 2001, p. 50). Somente em 1827 tais impostos deixariam de ser recolhidos, sendo revertidos para custeio da iluminação das Províncias (MARQUES, 2008, p. 624).

a quantidade insuficiente de lâmpões, que aparece, por exemplo, no relatório de Figueira de Mello, de 1843:

[...] ainda me parece muito limitada a iluminação d'esta Cidade, pois que ruas inteiras ou carecem desse beneficio, ou são mal esclarecidas pela distância dos lâmpões; e fôra injustiça grave conserval-as neste estado, achando-se ellas dentro dos limites marcados para o lançamento da decima urbana, principalmente tendo a Cidade crescido depois da resolução de 6 de julho de 1832, que já então mandava augmentar essa iluminação com mais cem lâmpões, e que assim attendereis á commodidade dos habitantes, e á Policia que tanto ganha com essa providência” (“Relatório...” de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, 3 de maio de 1843, p. 19-20)

O político arrolava, como uma das justificativas para o aumento no número de pontos de luz, a segurança dos habitantes. A função policial da iluminação pública era notória desde seus primórdios: a busca por tornar mais seguro o espaço urbano animou os esforços de instalação e expansão dos sistemas de iluminação. Evidência disso é que pertencia ao chefe de polícia da capital a responsabilidade de organizar a fiscalização do serviço, aplicando multas caso o contratador negligenciasse suas obrigações³³.

O problema da quantidade de lâmpões era ponto polêmico. Concernia ao estado determinar, de acordo com suas possibilidades financeiras, o número de equipamentos que o contratante deveria colocar e manter. Mais lâmpões significavam mais custos. Os Presidentes de Província que se sucederam ao longo do século XIX voltavam sempre a este ponto, reclamando, suplicando, sugerindo, aconselhando, condenando a escassez de lâmpões – e depois de combustores - na cidade de São Luis, mas sempre, por outro lado, justificando a falta pelo estado lamentável dos cofres públicos.

Além da escassez de lâmpões, a manutenção incorreta provocava transtornos à população. A queima do óleo produzia uma fuligem escura

³³ “[...] ao Chefe de Polícia da Província está incumbida a inspeção da iluminação, e a imposição das multas, em que o arrematante possa incorrer por sua incúria e deleixo (sic).” (“Relatório...” de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, 3 de maio de 1843, p. 19.

que se acumulava nas vidraças dos equipamentos, impedindo que a luz se propagasse:

A [iluminação] da Capital, bem que a corrigisse no contracto, difficil tem sido melhoral-a na execução: os lampiões nem tinham acceio, nem quasi luz, como só existissem para gravar o nosso Thezouro, e dar público manifesto do máo surtir de nossas melhores coisas. Depois de reiteradas, e desattendidas recommendações, a que por derradeiro dirigi no decidido propósito de empregar o meio extremo que ocorria ao Governo para acabar com tal difficuldade, produziu algum melhoramento: o accendimento é mais regular, e as luzes pela limpeza e claridade já não causam a mesma impressão desagradável aos habitantes da Capital, e aos estranhos que a visitam. (“Relatório...” de Joaquim Franco de Sá, 3 de maio de 1847, p. 13)

Franco de Sá demonstra que a preocupação com o asseio dos lampiões extrapolava os motivos práticos. A aparência do sistema de iluminação era tão importante quanto sua eficiência, já que, além de iluminar, desejava-se transmitir uma “boa impressão” aos habitantes e visitantes da Capital.

No combate entre os interesses do poder público, que se fazia mensageiro dos cidadãos, e os do contratador, que buscava extrair o maior lucro possível do acordo que fizera com o estado, resultavam situações como a relatada abaixo, onde além da manutenção incorreta dos aparelhos detecta-se o expediente ardiloso da sonegação de óleo, o que fazia com que as luzes se apagassem antes da hora:

O serviço de iluminação desta Capital se acha contractado, e não bem desempenhado, porque vê-se muitas luzes apagadas, ainda sem ser em alta noite, e bem assim pouco acceio nos lampiões, o que é divido sem dúvida a má direção dos trabalhos (“Fala...” de Antônio Joaquim Alvares do Amaral, 28 de julho de 1848, p. 49)

No geral, a iluminação a óleo era insatisfatória, sendo criticada seguidamente nos relatórios de presidentes de Província, ano após ano. Todos concordariam com o parecer do presidente Figueiredo Camargo, que em 1838 afirmou que “o mau estado da iluminação desta Cidade é bem

sensível” (“Discurso...” de Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, 3 de maio de 1838, p. 34). Tais críticas, evidentemente, devem ser vistas como “alfinetadas” dirigidas aos antecessores, em muitos casos adversários políticos. Dessa forma, desqualificar o trabalho das administrações passadas era praxe. Mas havia também uma nota de censura à penúria e às limitações da iluminação gerada pelos lampiões a óleo. Ainda assim, tratava-se de um empreendimento complexo, que demandava uma grande quantidade de recursos técnicos e materiais para se realizar, e que exigia uma estrutura administrativa organizada para se manter. Para sustentá-lo, era necessário lançar mão de uma série de elementos, simultaneamente: especialistas em metal e vidro que fabricassem os lampiões e suportes, cordoeiros para sua suspensão, sem contar as necessidades de combustível (velas de sebo e de resinas vegetais, óleos vegetais ou de baleia, cera de abelhas), em suma, “vários processos técnicos e encaminhamentos comerciais, de produção rural até o consumo geral” (ROCHE, 2000, p.155)³⁴.

O tão desprezado sistema de iluminação a óleo sofreu melhorias ao longo do tempo, em São Luís, através da instalação de novos tipos de lampiões e da expansão no número de pontos de luz³⁵. Em 1841, por exemplo, ao renovar o contrato por mais dois anos com o governo, o empresário Bernardo Paes de Vasconcelos propôs encomendar da Europa 120 lampiões feitos de cobre, “com bombas de latão e revérberos

³⁴ No caso do Maranhão, a dependência de tecnologia externa foi grande, desde os lampiões a óleo, combustores, encaamentos e maquinismos do sistema a gás, geradores e fios na época da energia elétrica, que foram importados em diversas etapas, da Europa ou de outras partes do Brasil, até os combustíveis, que, desde o período da iluminação a gás, eram produto de importações.

³⁵ Londres possuía, em 1823, 40 mil lâmpadas a gás (SOUZA, 2004, p. 5); a cidade do Rio de Janeiro tinha, no auge do sistema de iluminação a gás, alcançado em 1912, 22.440 combustores (FERREIRA, 2009, p. 35). São Luís possuía, no auge do sistema de iluminação a gás (1904), 678 combustores.

diferentes”³⁶, para substituir os que se usavam então, que se encontravam em “ruinoso estado”. Pelo acordo, os novos lampiões se tornariam propriedade do governo quando findasse o contrato (“Discurso...” de João Antônio de Miranda, 3 de julho de 1841, p. 71). Até o fim de dezembro de 1842, Vasconcelos mandara instalar 155 desses novos lampiões de cobre na cidade de São Luís (“Relatório...” de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, 3 de maio de 1843, p. 19).

Por conta da necessidade de manutenção e manuseio diários, as lanternas e lampiões a óleo não foram incorporadas a postes, mas a braços móveis sustentados por mãos-francesas.

A era do “gás líquido”

Além do benefício trazido pelos novos equipamentos, houve tentativa de melhorar o sistema de iluminação de São Luís fazendo-se a substituição do combustível. Em sua fala à Assembléia Legislativa Provincial, de 14 de outubro de 1849, o presidente Herculano Ferreira Penna informou que havia tomado providências para substituir o óleo pelo “gás líquido”:

[...] celebrei com Bernado Paes de Vasconcelos um contracto, pelo qual se obrigou elle a fazer collocar n’esta Capital á sua custa e nos lugares designados pelo Governo Provincial 156 lampiões proprios para a illuminação de gaz liquido [...].

O tal “gás” era, na verdade, uma mistura de álcool e terebintina. O contratado, antes mesmo que a Assembléia aprovasse a negociação, foi até o Rio de Janeiro “com o intento não só de trazer os novos lampeões, mas também de providenciar sobre o fornecimento do gaz” (“Fala...” de

³⁶ Os lampiões de revêrberos surgiram em 1763, invenção vencedora de concurso promovido pela Academia de Ciências de Paris. Possuíam lâminas de vidro colocadas num ângulo que direcionava a luz com maior eficiência, tendo sido adotados universalmente (ROCHE, 2000, p. 165).

Herculano Ferreira Penna, de 14 de outubro de 1849, p. 56). A Assembléia aprovaria o contrato, mas Vasconcelos encontraria dificuldades para obter o combustível:

O arrematante já tem promptos os lampiões, faltando somente algumas peças, que mandou vir de Inglaterra, e devem chegar brevemente. Quanto ao gaz, não podendo ter lugar o fornecimento da Praça do Rio de Janeiro em consequencia dos riscos do transporte, e falta de frequentes communicações directas para este Porto, além de outros inconvenientes, participou-me o arrematante que contractara o fornecimento com o Cidadão Torquato Coelho de Souza, Sr. de Engenho estabelecido em Guimarães. Consta-me que este cidadão já tem tudo disposto para começar a fabricação. (“Fala...” de Honório Pereira de Azevedo Coutinho, 7 de setembro de 1850, p. 61)

Houve um teste para avaliar o combustível fornecido pelo cidadão Torquato: acendeu-se dois lampiões, um com gás local, outro com gás de Pernambuco: “ambos derão boa luz, e não me pareceo haver differença entre um e outro gaz”. (“Fala...” de Honório Pereira de Azevedo Coutinho, 7 de setembro de 1850, p. 61). Com quase tudo acertado, deram prazo de um ano para que Bernardo começasse a iluminar com o novo sistema a Capital do Maranhão, que deveria estrear em 22 de dezembro de 1851. No entanto, o cidadão Torquato falhou em fornecer o combustível, e Bernardo pediu adiamentos sucessivos do prazo de início do novo sistema de iluminação. A iluminação a gás líquido seria inconstante nos seus primórdios, e só começaria de fato no final de 1854. Ela só ganharia regularidade quando seu combustível passasse a ser produzido na própria capital³⁷.

Aluísio de Azevedo deixou um testemunho literário sobre o sistema de iluminação a gás líquido ludovicense no seu romance de estréia, “O Mulato” (1881), ambientado quase todo na Capital do Maranhão. Para

³⁷ No relatório de abril de 1858 há informações sobre “indústrias fabris” da Província, onde se acusa a existência de fábrica voltada para a produção do combustível. Fala-se de “[...] quatro distilações de agoardente, dedicando-se uma d’ellas exclusivamente a distillação do gás liquido empregado na iluminação desta cidade”. (“Relatório...” de Francisco Xavier Paes Barreto, 13 de abril de 1858, p. 16)

tentar se lembrar da São Luís de sua infância, o protagonista Raimundo, *alter ego* do escritor, afastado ainda pequeno da Província, se amparava em desagradáveis reminiscências olfativas:

[...] dentre tudo, do que melhor ele se recordava era dos lampiões com que iluminavam a cidade. Ainda lá não havia gás, nem querosene; ao bater d’Ave-Marias vinha o acendedor, desatava a corrente do lampião, descia-o, abria-o, despejava-lhe dentro aguarrás misturada com álcool, acendia-lhe o pavio, guindava-o novamente para o seu lugar, e seguia adiante. “E que mau cheiro em todas as esquinas em que havia iluminação!... Oh! a não ser que estivesse muito transformada a sua província devia ser simplesmente horrível!” (AZEVEDO, 1970, p. 80)

A iluminação a gás líquido, que durou pouco mais de 10 anos em São Luís, prescindia de combustíveis importados, sendo perfeitamente alimentada pela produção local de derivados de cana-de-açúcar. A despeito das queixas de Aluizio de Azevedo, representava uma economia considerável aos cofres públicos.

A era da iluminação a gás: contratadores e companhias

Após uma tentativa frustrada de criar um sistema de iluminação a gás em São Luís em 1858³⁸, o governo provincial finalmente conseguiu consubstanciar o desejo de o instituir em 1861, firmando contrato, em 19 de março daquele ano, com os empreiteiros norte-americanos Marcus Williams e Silvestre S. Battin. A capital do Maranhão, naquela altura “uma cidade de trinta mil almas e três mil fogos”, teria toda sua mancha urbana iluminada pelo novo sistema. O contrato demonstrava as áreas a serem contempladas:

A Este as Ruas dos Remédios e Passeio, ao Sul a Rua da Misericórdia, ao poente e ao Norte Mar. Dentro deste perímetro, salvo os becos e logares a norte sul,

³⁸ A primeira tentativa ocorreu por meio da Lei Provincial 498, onde o governo celebrava um contrato - que acabaria não sendo cumprido - com os cidadãos associados Tenente Coronel Raimundo Brito Gomes de Souza (que também encabeçaria empresa para abastecer fontes da cidade com águas canalizadas do Rio Anil, igualmente fracassada) e o francês Julio Duchemin. Estes dois, mais tarde, seriam diretores da Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão.

onde actualmente não há lampiões públicos, nem existem prédios particulares que pareçam reclamar illumination a gaz, se procederá a canalisação deste e a collocação de duzentos combustores, distribuídos segundo se convencionar depois, ou for pelo Governo determinado.” (“Ação Arbitral...”, 1864, p. 27)

O novo sistema de illumination proporcionaria inúmeras alterações na paisagem da cidade. Postes seriam incorporados ao cenário, substituindo os velhos lampiões a óleo. O contrato determinava que os combustores fossem “[...] colocados em colunas de ferro fixas sobre os passeios das ruas, ou sobre as paredes dos edificios, conforme a capacidade do lugar em que tiverem de ser estabelecidos”. (“Ação Arbitral...” 1863, p. 27-28). Não seria fácil, no entanto, convencer alguns proprietários a permitir a introdução dos encanamentos nas paredes de suas casas. Segundo o laudo de um técnico responsável pela fiscalizaçao das obras, “os donos dos prédio não consentirão que os canos fossem introduzidos nas paredes das esquinas, das quaes algumas eram de cantaria” (“Ação Arbitral...”, 1864, p. 173).

A introdução da illumination a gás em São Luís demandou um certo grau de reestruturação urbana. Para ser levado a efeito, era necessário a introdução de uma rede de dutos no subsolo da cidade, ligada à fábrica produtora de gás, unidos num intrincado mecanismo que exigia mais habilidade administrativa e técnica que o prosaico sistema dos lampiões a óleo. Era necessário o emprego de um grande cabedal técnico na manutenção da fábrica, gerenciada por engenheiros. A illumination a gás, obtida a partir da destilação do carvão mineral, exigia ainda a importação constante dessa matéria-prima, bem como de mecanismos e peças de reposição.

A chegada da illumination a gás representava o início da era das companhias na illumination pública de São Luís, marcando o fim de um longo período em que o serviço tinha ficado a cargo de empresários,

contratadores e empreendedores particulares, que com o emprego de seu capital individual levavam a cabo a tarefa. A morte de Bernardo Paes de Vasconcelos, por volta de 1856, acelerou este processo. Ainda que se fizessem as últimas tentativas de continuar com a manutenção da iluminação pública por empresários particulares (por meio de acordo com a viúva de Bernardo), novas demandas técnicas e financeiras estavam acima da capacidade de cidadãos isolados, por mais ricos que fossem. Além disso, não se pode ignorar o irresistível apelo exercido pelo sistema das companhias anônimas, que nessa altura proliferavam mundialmente, prometendo lucros e realizações mirabolantes.

O século XIX experimentou uma explosão no número de companhias. Esse modelo de negócios foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo que há quem diga que é ela, a Companhia moderna, a responsável pelas enormes transformações dos últimos séculos, mais do que o vapor e a eletricidade. Foi na Inglaterra vitoriana que as companhias ganharam sua feição atual, reunindo as características que formam sua essência: passam a ser dotadas da mesma capacidade de realizar negócios que uma pessoa real, podem emitir quantas ações quiserem, para tantos investidores quanto desejarem e oferecem responsabilidade limitada aos investidores, tornando passível de perda apenas o dinheiro investido. A especulação que fatalmente se soma a esse sistema, bem como o risco permanente, para o governo e para a sociedade, de que a Companhia se torne poderosa demais, às vezes maior que a própria nação, são efeitos negativos inerentes. Os governos, que são os responsáveis por conferir e manter as prerrogativas que sustentam o funcionamento das Companhias, vêm estabelecendo um jogo pendular, ora recorrendo a sua espantosa capacidade de agregar capitais e recursos, ora atacando para diminuir seus direitos e poderes. (MICKLETHWAIT et

WOOLDRIDGE, 2003, *passim*). Na segunda metade do século XIX a febre das companhias atingiu seu ápice. Propostas fraudulentas, ingênuas ou fantasiosas de empreendimentos dos quais todos, mediante desembolso de capital, podiam se tornar sócios, apareceram em toda parte. Eram tempos em que “companhias eram fundadas para transportar a aurora boreal em oleodutos para a Praça de Santo Estevão e para obter vendas em massa de nossa cera para botas destinadas aos nativos das ilhas dos Mares do Sul” (HOBSBAWM, 2005, p. 76). Bolhas especulativas provocaram as primeiras crises do nascente capitalismo mundial. No Brasil, a primeira grande experiência especulativa teria vez nos primeiros anos da República, no Encilhamento.

Foi a era das companhias também no Maranhão. Diante de novas necessidades, que demandavam elevados capitais e recursos técnicos - como a criação de sistemas de iluminação a gás e de abastecimento de água para a capital, ou para a formação de um serviço regular de navegação a vapor - e para outras mais prosaicas - como uma fábrica de palitos de fósforo - buscou-se a solução na formação de Companhias Limitadas.

É necessário refletir sobre os significados desta mudança: ela não se explica somente pela necessidade de capitais mais avultados, superando as capacidades individuais. Está ligada a movimentos do capitalismo mundial que transformaram as formas de fazer das sociedades. A ascensão das companhias representou um avanço do liberalismo, das forças de mercado, e um recuo do Estado. Tal movimento se reverteu nas primeiras décadas do século XX, quando o Estado voltou a crescer. Tais ciclos de retração e expansão do mercado permanecem, submetendo a economia mundial às consequências de negociações incertas e variáveis entre mercado e sociedade.

No Maranhão, após início considerado promissor, figurando como empreendimentos lucrativos, as companhias passam aos poucos a sofrer com disputas judiciais, flutuações no câmbio (desvalorização da moeda nacional com a qual eram pagas e encarecimento das matérias-primas, adquiridas em moeda estrangeira) e, de acordo com a interpretação de alguns presidentes, padeciam sob más administrações e falta de regularidade dos seus negócios. Na mensagem de Torreão da Costa de 1899 aparece um balanço sobre a situação das Companhias maranhenses, que mostra as dificuldades enfrentadas:

Lançando um olhar retrospectivo sobre o quadro das Companhias e Sociedades anônymas do Estado, vereis que são trinta e seis, com capitaes integradizados montante a Rs. 21.909:000\$ e que nem todas distribuíram dividendo por perdurar as dificuldades economicas e suas acções são cotadas com redução de mais de 50%, sem procura; outras menos felizes baquearam, sendo transferidas à associações collectivas. As diretorias das que, não direi prosperas, mas que com prudência, criterio e actividades teem sabido manter-se resistindo aos azares e pressão do câmbio alimentam as esperanças de seus beneméritos fundadores de em prazo breve anunciar-lhes victoria vendo seus titulos ao par e rendimentos relativos dos capitaes immobilizados. (“Mensagem...” de João Gualberto Torreão da Costa, 15 de fevereiro de 1899, anexos, p. 4)

A análise do quadro estatístico oferecido no mesmo relatório mostra que, das 36 companhias do Maranhão, 12 estavam sem atividade, fechadas, ou haviam sido vendidas a particulares ou associações, e 19 delas não haviam distribuído dividendos no primeiro semestre de 1898; ou seja, apenas 5 funcionavam normalmente. (“Estatística das sociedades anônymas e capitaes immobilizados no Estado do Maranhão”, in: “Mensagem...” de João Gualberto Torreão da Costa, 15 de fevereiro de 1899, seção de “Anexos”).

A era da iluminação elétrica

No começo do século XX começam a aparecer os primeiros geradores de energia elétrica na cidade de São Luís. Equipamentos raros e

pouco eficientes, serviam um pequeno número de unidades consumidoras. Eram, em geral, empreendimentos isolados. Em 1915, por exemplo, o prédio que abrigava o Corpo Militar da Capital passou a ser servido por energia elétrica. (Relatório de Raimundo Leoncio Rodrigues, responsável pela Secretaria de Justiça e Segurança, apresentado na seção “Anexos” da “Mensagem...” de Herculano Nina Parga ao Congresso, de 5 de fevereiro de 1915, p. 15). Isso se deu graças à instalação de uma pequena “usina” movida a óleo diesel, por ordem do próprio governo, que buscava diminuir os gastos com a iluminação dos prédios públicos. A capacidade de produção de energia elétrica por esse pequeno motor era superior à demanda dos edifícios do Estado; em pouco tempo, o excedente passou a ser comercializado aos vizinhos do gerador:

Contractei então a montagem de uma pequena uzina electrica, a oleo bruto, com força sufficiente para a illuminação desejada, tendo dispendido até ao funccionamento, inclusive a instalação externa, a quantia de 29.660\$000.

Não podendo obter, de uma vez, material para ligar os fios até ao posto policial de S. João, e atendendo a solicitações de vários commerciantes, estabelecidos na rua de Nazareth, praça João Lisboa, e do Telegrapho Nacional, accedi em fornecer energia disponível à razão de 9\$000 reis por cem velas, aos de menor tempo de consumo.[...]

Que o serviço satisfaz a uma necessidade, provam-no os muitos pedidos para ligações domésticas.” (“Mensagem...” de Herculano Nina Parga, 5 de fevereiro de 1916, p. 14)

As melhorias técnicas tornavam a tecnologia do gás obsoleta. O próprio governador descobriu uma demanda pela nova forma de energia. Mesmo assim, grande parte da população estava à margem do acesso à eletricidade. No intervalo entre 1915 e 1924, além da pequena usina estatal, houve um empreendimento pouco maior de fornecimento de energia elétrica, a cargo do Sindicato Inglês. Seus geradores abasteciam cerca de 680 residências, número muito aquém da demanda da Capital. (“Mensagem...” de Godofredo Mendes Viana, 5 de fevereiro de 1926, p. 4-6).

Em 1924, o governo iniciou seus esforços estatizantes: o estado compra a Companhia de Água e Ferro-Carril, e “chama para si” os serviços de luz e tração da capital. Não será capaz, no entanto, de os administrar sozinho, dependendo de técnicas, dinheiro e acessórios estrangeiros. Contrai um empréstimo de 1,5 milhões de dólares com a Ulen & Company, num acordo onde a empresa se encarrega de instalar as benfeitorias. Na interpretação do historiador Sylvânio Aguiar Mendes, o governo do estado decidira-se pelo negócio por motivos políticos: a precariedade dos serviços de utilidade pública em São Luís era tão patente que tornara a cidade o maior reduto da oposição, encarnada na figura de Marcelino Machado e seu “O Combate” (MENDES, 2005, p. 169). Sem contar os motivos “higiênicos” e o sentimento de inferioridade dos ludovicenses em relação aos habitantes de outras capitais, tão bem expressado por Godofredo Viana em sua mensagem de 1925:

S. Luiz do Maranhão não tinha luz, não tinha bondes, não tinha esgotos e era, até então, abastecida de uma água causadora de males incalculáveis, não sendo o menor deles a febre typhica. Esse estado de cousas não podia evidentemente se prolongar. Os reclamos da população, humilhada nos seus brios, devastada na sua saúde, desamparada no seu conforto e tolhida nos seus anseios de progresso, nos seus anhelos de um futuro melhor, não podiam e não deviam continuar a ser desatendidos. (“Mensagem...” de Godofredo Mendes Viana, 5 de fevereiro de 1925, p. 2)

O contrato de 1924 com a Ulen dá início ao desenvolvimento de um sistema de geração de energia elétrica maciço, que refletirá na iluminação pública e privada. É importante notar, ainda, que a energia elétrica era solução para outras questões urbanas e industriais, além da iluminação. Sob o título de “força”, a energia gerada seria empregada no sistema de transporte público – os bondes elétricos – e como força motriz de máquinas

industriais, sem contar a possibilidade que trazia para uso de eletrodomésticos no âmbito privado³⁹.

O contrato com a Ulen, no entanto, seria fonte de grandes problemas em pouco tempo. Rendas públicas do Estado foram dadas como garantia da transação milionária, e a empresa norte-americana conseguiu também assegurar privilégios na taxação do algodão maranhense. Nos anos seguintes, outros empréstimos foram efetuados para conclusão das obras e para o pagamento de indenizações às antigas Companhias detentoras dos direitos sobre os serviços encampados pelo Estado, aprofundando o endividamento público. O Maranhão estava amarrado a um acordo oneroso e prolongado, o que gerou uma insatisfação crescente entre a população. Um editorial do jornal carioca “O Globo” assinalava o estado de ânimo dos setores nacionalistas do Maranhão em relação à presença da Ulen, por ocasião da publicação de um relatório do interventor do Estado:

[...] O Maranhão está preso aos contratos da Ulen Management Company, que administra os serviços de água, esgotos e prensas de algodão, contratos feitos para garantir um empréstimo de 1.750.000 dólares. Ora, o empréstimo transformou-se num polvo, que exaure todas as energias dos maranhenses, com os rigores de cláusulas leoninas e com a trama de exigências judaicas. Mais de um terço da receita pública desaparece no sorvedouro dos juros e amortizações periódicas. O interventor afirma: ‘Todas as bocas do Maranhão clamam contra a monstruosidade desses contratos, feitos, aliás, com todas as formalidades legais.’ Que fazer? Sem dúvida alguma, a situação é difícilíssima. (O Globo, Rio de Janeiro, 25/09/1933, in: JOFILLY, 1983, p. 23-24)

O descontentamento popular explodiu em 1933, quando um crime comum – o assassinato de um diretor norte-americano da Ulen em São Luís por um funcionário inconformado com a demissão – ganhou ares simbólicos de luta contra a espoliação estrangeira (JOFFILY, 1983,

³⁹ Importante notar ainda que, neste período, energia elétrica (“luz”), água e viação começam a ser tratados como itens correlatos, como serviços públicos necessários dos quais dependia a cidade; sintoma disso é que figuram, até 1930, sempre na mesma seção das mensagens e relatórios dos governadores.

passim). Apesar de toda a peleja dos maranhenses para se livrarem do contrato, a Ulen só deixou o Maranhão em 1946, quando o prazo legal expirou definitivamente.

2. ILUMINAÇÃO PRIVADA EM SÃO LUÍS E ALCÂNTARA - Aspectos Gerais

Os relatos fundadores do Maranhão, escritos pelos capuchinhos Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, mostram a importância do fogo em diversas instâncias da vida dos Tupinambá, desde aplicações práticas – função repelente de insetos, na defumação de carnes e fabrico da farinha, na limpeza do mato para estabelecimento das roças – até as mais elaboradas funções simbólicas e rituais – como o “fogo das bodas”, por ocasião dos casamentos, o uso da fumaça em cerimônias de cura, na cauinagem e nos ritos fúnebres, onde o fogo era oferecido ao morto juntamente com outros itens considerados necessários para o bom encaminhamento do espírito. De todo modo, a se considerar descrições mais recentes de costumes indígenas⁴⁰, a noite era considerada território não-humano, seara de espíritos perigosos, interdita às pessoas, exceto aos pagés familiarizados com os entes sobrenaturais.

Uma das primeiras referências ao uso de equipamentos de iluminação no Maranhão aparece na obra atribuída a Cristóvão de Lisboa, “História dos Animais e Árvores do Maranhão”, onde se comenta o uso da gordura dos peixes-bois como combustível para as lamparinas.

O uso do fogo à noite, decerto para a iluminação, provocou um curioso mal entendido entre os moradores da cidade de São Luís e os da Vila de Santo Antônio de Alcântara, como se vê em um bando exarado

⁴⁰ Conforme RIBEIRO, 1986.

pelo capitão-mor desta última, Henriques Lopes da Gama, a pedido do capitão-mor do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Reclamava Carvalho das correrias inúteis que haviam sido feitas em socorro dos Alcantarenses. Explicava ele que

como muitas vezes nesta Villa [...] se fazem algumas senhas Com fogos de que lhe dão muito cuidado por lhe parecer que são apedir socorro, e seacha-se ser nada, epoder suceder pedirçe verdadeiramente, e parecem-lhe ser como as atrazadas, anão acodir com sua obrigação, faltarnos onecessario para a ocazião que Deos tal não permita avella, epara evitar semelhantes susto, e excessos daquella Cidade – Ordeno que qualquer pessoa de qualquer quantidade, e condição que sejão, não fassão, nem mande fazer de noute fogos nesta ditta Villa, nem em Praias, portos de pescadores, emparage que se veja da ditta Cidade [...] (“Registro de um Bando que o Cappitão Maior mandou Registrar” 26/12/1698, Cartório do Segundo Ofício de Alcântara)

A pena fixada para os que desobedecessem a ordem era multa de vinte cruzados, caso o infrator fosse livre e nobre, e degredo para os pobres e desvalidos, especialmente os pescadores, que eram, segundo o mesmo bando, os mais acostumados a usar o fogo em praias e pescarias à vista da “cidade”.

De qualquer maneira, a sensibilidade do colono exigia a iluminação noturna. De fato, ela era vista como ítem tão essencial à vida a ponto de se equiparar à farinha, este elemento tão central na nutrição colonial. É o que se depreende do testamento de João Theófilo de Barros, registrado em dezembro de 1751, na fazenda Iguarapiranga, jurisdição de Alcântara. Proprietário de terras, dono de um grande plantel de escravos e outros bens, ele fez mercê a uma sua tia, que residia em sua fazenda, a quem quis que se garantisse regularmente um suprimento de farinha e do óleo combustível para a iluminação:

Declaro mais que achandose na d.^a minha Fazenda morando como hoje esta minha Tia [...] selhe dará a Farinha como sempre Costumey a dar lhe como Sempre p.^a o Seu Sustento, e o mesmo deixo de Seis Alqueires de carrapato p.^a Sua candeya sem fallencia algua’ Anualmente (MOTA et ali, 2001, p. 80-81)

Além do “azeite” de carrapato – que era também fonte do óleo de rícino, purgativo de uso ordinário na medicina colonial – é possível que os colonos dos primeiros tempos empregassem outros elementos combustíveis em suas candeias e velas. Sérgio Buarque de Holanda demonstrou o recurso à cera de abelhas como matéria-prima das velas na cidade de São Paulo do século XVII. Segundo este historiador, “cera e mel foram sempre, na América portuguesa, como na espanhola, produtos típicos das povoações nascentes ou situadas nas fronteiras de um mundo agreste, pois os índios não se cansavam de assolar e desbaratar as colméias onde as encontrassem.” (HOLANDA, 2008, p. 44).

Num bando da Câmara da Vila de Santo Antônio de Alcântara, registrado em 18 de abril de 1699, aparecem entre os itens comercializados (além de farinha, carne fresca e salgada, queijos, aguardente e peixe seco), o mel (Bando publicado em 18/04/1699, Cartório do Segundo Ofício de Alcântara); não será exagero imaginar que a cera, subproduto da coleta do mel, fosse empregada na iluminação neste período, apesar da inexistência de referências diretas sobre isso. Da mesma forma, pode-se inferir que a gordura excedente dos bovinos abatidos para alimentar a população fosse empregada na confecção de velas, expediente usado em todo o Brasil colonial e imperial. Um outro bando, publicado em Alcântara em dezembro de 1698, determina aos que vendessem farinha e azeite que afixassem os instrumentos de medição, demonstrando a existência de um sistema de produção e distribuição deste produto já em fins do século XVII (Bando publicado em 06/12/1698, Cartório do Segundo Ofício de Alcântara).

Nestes primeiros tempos, à precariedade e grosseria dos combustíveis se somava a escassez e a simplicidade dos instrumentos usados como suporte para a iluminação. Entre os oitenta testamentos transcritos na obra “Cripto Maranhenses e seu Legado” (MOTA et alii,

2001), que cobrem o período de 1699 a 1799, ou seja, praticamente todo o século XVIII, aparecem apenas 5 referências a objetos de iluminação. Os quatro primeiros referem-se a candeias, e o último, que aparece em 1768, faz referência a “[...] dois Candieyros, e hum novo, e outro ja uzado [...]” (MOTA et alii, 2001, p. 233). O pequeno número de registros demonstra a escassez destes objetos. Mesmo entre aqueles testadores que se sobressaem por uma quantidade relativamente grande de bens, aparecem poucos objetos de iluminação. O maior acervo individual estava em posse de Jozé Barboza de Albuquerque, em cujo testamento, datado de março de 1767, aparecem “[...] quatro candeas de cobre [...]” (MOTA et alii, 2001, p. 217). Pode ser que essa escassez de candeias nos testamentos se deva ao uso de outros tipos de equipamentos de iluminação, fabricados, quem sabe, de maneira artesanal e caseira, a partir de fibras vegetais, cerâmica ou outros materiais tão comuns que não justificassem sua inserção entre os bens do testador. De qualquer forma, não encontramos registros sobre qualquer outro tipo de dispositivo de iluminação, além das candeias, para este período e região.

As candeias ou candeeiros eram utensílios oriundos da cultura moura africana⁴¹. Eram móveis, “podendo instalar-se em diferentes pontos do ambiente ou locomover-se com o usuário” (FERREIRA, 2010, p. 17). Tal mobilidade pode explicar, em parte, o reduzido número com que aparecem entre os objetos arrolados nos testamentos: alguns poucos objetos acompanhando os usuários eram suficientes. A pequenez das casas e o número reduzido de cômodos pode ser outro fator a diminuir a necessidade de instrumentos de iluminação.

As candeias podiam ser alimentadas com diferentes tipos de óleo, de origem animal ou vegetal. Em geral, o tipo de combustível empregado

⁴¹ Há um exemplar de candeia exposto no Museu Cafua das Mercês, em São Luís.

variava de acordo com as posses materiais dos residentes: os mais abastados empregavam azeite de oliva, que produzia resíduos menos odorantes. Dada a abundância da mamona no Maranhão, é possível que o óleo extraído de suas sementes tenha sido o principal combustível por muito tempo. Encontra-se também nos documentos referência a outros tipos de óleo vegetal, como os de andiroba, de copaíba, de amendoim e gergelim. (“Relatório...” de Eduardo Olimpio Machado, 8 de maio de 1854, p. 35 – 36). Em 1858 faz-se referência à existência de “[...] 3 prensas hydraulicas para a fabricação de vellas stearinas e de carnaúba” em São Luís (“Relatório...” de Francisco Xavier Paes Barreto, 13 de abril de 1858, p. 16)

A virada do século XIX trouxe modificações técnicas e econômicas que permitiram maior qualidade nos equipamentos e combustíveis empregados na iluminação de interiores. Do ponto de vista técnico, chama atenção a invenção dos lampiões e velas de espermacete, capazes de prover uma luminosidade mais forte e regular (FRÓES DA SILVA, 2006, p. 48). Melhorias na manufatura do vidro proporcionaram a introdução dos castiçais guarnecido por mangas, capazes de resistir aos ventos e manter uma chama mais regular e segura. Por outro lado, o ingresso do Maranhão no circuito comercial mundial e os recursos advindos das atividades agroexportadoras proporcionaram o acesso a instrumentos e tecnologias mais sofisticados e eficientes. O testamento da alcantareense Francisca Xavier de Jesus Viveiros, registrado em 1835, mostra a confluência da riqueza com a tecnologia: entre os bens que lista, aparecem “quatro castiçais de prata, com suas mangas de vidro” (“Testamento de Francisca Xavier de Jezuz Viveiros”, 04/07/1835, folha 6v). Neste período, o que vai diferenciar o nível social do portador, quanto à qualidade dos objetos de iluminação, é justamente o material de que são feitos: bronze e prata, caros,

estavam reservados aos mais ricos; aqueles feitos com latão, estanho e cerâmica eram encontrados nos lares menos abastados (ROCHE, 2000, p. 66 -167). As candeias permaneceram em uso por todo o século XIX, mas apareciam ligadas, cada vez mais, à pobreza⁴².

A chegada da iluminação a gás em São Luís, que se iniciou efetivamente no ano de 1863, provocou modificações não só nos espaços públicos, como também nos recônditos dos lares ludovicenses (pelo menos daqueles bem situados no espaço – próximos aos dutos que levavam o gás até os postes – e economicamente – capazes de arcar com os custos do serviço). Os balanços da Companhia de Iluminação a Gás mostram uma adesão crescente das unidades domésticas aos seus serviços. Em 1865 haviam 293 casas particulares consumindo o gás da Companhia (“Relatório...” de Ambrózio Leitão da Cunha, 23/05/1865, p. 36); em 1902, eram 1202, sendo 847 térreas e 355 sobrados (“Mensagem...” de Alexandre Collares Moreira Júnior, 28/02/1904, anexos, nº 32). Já no ano de 1868 os rendimentos da Companhia com consumidores privados superava os ganhos com a iluminação pública: o balanço da empresa mostrou que a iluminação pública rendera 18:407\$062 contra 18.697\$080 dos estabelecimentos privados (“Relatório...” de Antônio Epaminondas de Mello, 05/05/1868, p. 21).

A iluminação a gás, que hoje pode parecer rudimentar e insuficiente, representou, no passado, uma verdadeira revolução tecnológica com implicações profundas sobre as formas de pensar e sentir, de se relacionar com os outros e com a natureza. Aluísio de Azevedo, em seu retrato da sociedade oitocentista maranhense desenhado em “O Mulato”, demonstrou

⁴² Jean-Baptiste Debret, na ilustração “Família Pobre em Casa”, mostra a permanência do uso da candeia no século XIX, ligando-o à pobreza. Na cena, o interior acanhado da residência de uma viúva desvalida é guarnecido por uns poucos toscos trastes, e da parede pende a candeia de ferro, única fonte de luz do cômodo. STRAUMANN, 2001, p. 33)

a posição dos “inimigos da modernidade” a respeito da iluminação a gás, por meio das palavras de sua personagem Amância Sousellas⁴³

Dantes os escravos tinham que fazer! Mal serviam a janta iam aprontar e acender os candeeiros, deitar-lhes novo azeite e colocá-los no seu lugar... E hoje? É só chegar o palitinho de fogo à bruxaria do bico de gás e... caia-se na pândega! Já não há tarefa! Já não há cativoiro! É por isso que eles andam tão descarados! Chicote! chicote, até dizer basta! que é do que eles precisam. Tivesse eu muitos, que lhes juro, pela bênção de minha madrinha, que lhes havia de tirar sangue do lombo! (AZEVEDO, 1970, p. 84)

Este novo sistema de iluminação era fruto da Primeira Revolução Industrial, momento em que as atividades produtivas tornam-se dependentes da energia gerada a partir do carvão mineral. Marcado pela integração das mais distantes regiões do mundo à economia capitalista, ao desenvolvimento da indústria pesada e da constante intersecção entre produção e conhecimentos técnicos, esse modelo que tinha na Inglaterra seu epítome (HOBSBAWM, 2005, p. 67). A segunda onda de transformações trouxe, como subprodutos do desenvolvimento da indústria química, novos combustíveis que modificaram mais uma vez o perfil da iluminação de interiores. A parafina e o querosene, derivados do petróleo, ganharam cada vez mais espaço como fontes de iluminação doméstica, substituindo gradativamente os outros sistemas e perdurando até a chegada da energia elétrica, que iria se tornar hegemônica no século XX.

3. A ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM ALCÂNTARA

Documentos apresentados anteriormente permitem entrever a presença da iluminação artificial em Alcântara pelo menos desde o final do século XVII, seja no âmbito público – provocando o entrevero entre os

⁴³ Segundo Fernando Góes, que prefaciou esta obra em edição de 1970, Azevedo se inspirou numa ludovicense de carne e osso, d. Ana Leger, para compor a personagem (GÓES apud AZEVEDO, 1970, p. 19)

habitantes de Alcântara e os de São Luís -, seja no espaço privado, aparecendo nos testamentos e inventários os instrumentos usados para iluminação artificial. Apareceram também referências aos combustíveis empregados na iluminação, comercializados nas “tendas” da vila ou deixados de herança a familiares próximos. Nenhum destes documentos, no entanto, aponta a existência de um sistema de iluminação regular dos espaços públicos alcantarenses antes de 1846.

Na verdade, o que se apreende da leitura dos relatórios de Presidentes da Província é justamente o contrário: reclamações sobre a ausência deste serviço naquela cidade. Desde 1838, pelo menos, havia pedidos para que se concedesse o benefício da iluminação pública para a cidade de Alcântara. É o que indica o relatório do presidente de província daquele ano:

Concedesteis á Cidade de Caxias o beneficio da illumination; quero supor que no mesmo cazo está a de Alcântara, para merecer de vós igual favor. (“Discurso...” de Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, 03/05/1838, p. 34).

Por uma improvável confluência de acontecimentos, os destinos da cidade de Caxias, violentamente chacoalhada pelos conflitos da Balaiada, teriam influência na instalação de iluminação pública em Alcântara. A cidade de Caxias, a única da província, além da Capital, a possuir iluminação pública naquela altura (cerca de 1839), era um dos mais pujantes polos econômicos do Maranhão. Domingos José Gonçalves de Magalhães descreveu a cidade de Caxias como “[...] o florescente empório do interior do Maranhão e Piauí, a mais rica e comercial cidade da província depois da capital [...]”. (MAGALHÃES, 2001, p. 35). Principal vítima dos sediciosos, sua estrutura urbana foi devastada pelas pejeas que ali se desenrolaram. O mesmo Gonçalves de Magalhães afirmou que os “bandidos” deixaram a cidade “completamente roubada e destruída”

(MAGALHÃES, 2001, p. 55). Pelo que se apreende nos relatórios de Presidentes de Província, a Balaiada provocou prejuízos no sistema de iluminação da Cidade de Caxias:

A Cidade de Caxias conserva-se ás escuras desde Dezembro do anno passado, por falta de numerário para a respectiva despeza. A Câmara não só pede a quantia necessária para o restabelecimento da illuminação, mas ainda a approvação do dispendio feito com similhante objecto desde a restauração da Cidade, instando para que se decretem mais cincoenta lampiões, que reputa de urgência. (“Discurso...” de João Antônio de Miranda, 03/07/1841, p. 72).

Diante da necessidade de se reerguer a cidade destruída, aparecia a preocupação com a iluminação de seus espaços públicos, medida considerada urgente na restauração do domínio da lei e da ordem, que nos territórios da noite se valiam da luz para vigerem. Foram encomendados, junto ao governo de Pernambuco, 50 lampiões para a iluminação de Caxias. Ao mesmo tempo, os caxienses conseguiram recuperar 44 lampiões, dos que haviam anteriormente, e os instalaram na cidade (“Relatório...” de João Jozé de Moura Magalhães, 20/06/1844, p. 11). Diante dessa solução interna de Caxias, cujos habitantes conseguiram aprontar 44 ou 46 lampiões, o governo provincial sugeriu que não haveria mais necessidade de se enviar os 50 lampiões encomendados de Pernambuco para lá, concluindo que seriam melhor empregados na ampliação da iluminação da Capital:

Uma vez que a falta de lampiões, que existia em Caixas, já se acha remediada, julgo que aquelles que se apromptarão em Pernambuco podem ser empregados na illuminação d’esta Capital, se julgardes conveniente augmental-a. (“Relatório...” de João Jozé de Moura Magalhães, 20 de junho de 1844, p. 11)

No final, ocorreu outra mudança de planos: em cumprimento de uma nova Lei Provincial, de número 201, a direção da província decidiu enviar para outras cidades e vilas os 46 lampiões restantes (4 haviam sido enviados para Caxias para completar o número de 50); foi assim que

Alcântara conquistou seu primeiro sistema de iluminação pública⁴⁴. Vinte lâmpadas foram enviados para aquela cidade. Problemas no transporte dos lâmpadas, no entanto, atrasaram em mais algum tempo a estréia dos novos equipamentos urbanos:

A dita Câmara de Alcântara acaba de representar que os lâmpadas que lhe foram mandados, em razão do máo acondicionamento, que tiverão em Pernambuco, se achão com 67 vidros quebrados, alem de enferrujados os arames, onde prendem o vaso destinado para o azeite, pedindo authorização, não só para mandar reparar estes estragos, como que se lhe proporcionem os meios de poder collocar os lâmpadas, e gosar dos beneficios da illuminação [...] (“Relatório...” de Angelo Carlos Moniz, 20/06/1846, p. 25).

A iluminação pública de Alcântara foi administrada pelo sistema de contratadores. O primeiro a ser encarregado da manutenção do sistema foi José Alves de Oliveira que, por meio de acordo estabelecido em 27 de julho de 1847, passou a receber a quantia anual de 1:449\$000 rs (um conto, quatrocentos e quarenta e nove mil réis) para cuidar dos 20 lâmpadas da cidade. A Câmara teve dificuldade em honrar seus compromissos, diante das constantes crises de arrecadação. Em 1855, não fosse a intervenção do Barão de São Bento, que arcou pessoalmente com o pagamento das dívidas vencidas, a cidade voltaria a ficar às escuras (ALMEIDA et alii, 2006, p. 20).

O sistema de iluminação por lâmpadas permaneceu vigente em Alcântara por 105 anos, sendo substituído apenas o combustível que o alimentava. Nos anos 1930 ainda era parte da vida cotidiana da cidade a figura do acendedor de lâmpadas. Ricardo Leitão, entrevistado para a série “Memória de Velhos”, se lembrou de sua função de “fiscal de iluminação”, que desempenhava naquela década em Alcântara. Seu trabalho consistia em sair à noite pela cidade,

⁴⁴ Além de Alcântara, foram beneficiadas com a iluminação pública pela mesma lei as vilas de Icatu, Itapucuru-mirim e Rosário.

[...] para ver se os lampiões estavam direito, porque naquela época levava até dez horas a luz [...] Naquele tempo [...] tinha os candeeiros, tinha o empregado que seis horas da tarde, ia botando querosene em todos os lampiões, botava uma medidazinha, essa medida durava até dez horas, de dez horas então desligava todos, isso todos dias botava. (MARANHÃO, 1997, p. 58)

A energia elétrica só apareceria na cidade de Alcântara nos anos 1950, por meio da instalação de um gerador localizado na praça da Matriz. A iniciativa partiu do então prefeito municipal Marcial Ramalho Marques, que inaugurou a novidade em 8 de dezembro de 1951. (Livro de Atas da Câmara Municipal de Alcântara, volume 2 – 1951-1958 – ata do dia 31/01/1956, p. 85). O dispositivo, no entanto, funcionava apenas algumas horas por dia; além disso, sua manutenção era irregular e a máquina passava muitos meses sem funcionar.

Os alcantarenses mais velhos se lembram ainda desse tempo em que a energia elétrica na cidade era rara e incerta. Antônio do Livramento Boais Tavares, artesão da Festa do Divino, destacou a irregularidade do fornecimento, ligando-a às reviravoltas políticas que assomavam de tempos em tempos:

Teve um bom tempo, na minha infância, que não tinha luz, porque dependia muito dos prefeitos, né, um se interessava, outro não. Quando eu me entendi tinha luz, depois passou um tempão sem ter, depois voltou a ter de novo, que foi o tempo que João Leitão assumiu a prefeitura, né, o governador era (pausa) deixa eu ver se eu lembro o nome dele, chamavam ele de “Cara de Onça” (pausa), esqueci... Nilton Belo! Era o governador e doou para Alcântara um motor a diesel, né, que eles fizeram a usina e funcionava assim. [O fornecimento de energia] era só de seis horas até dez horas. (Antônio do Livramento Boais Tavares. Entrevista realizada em 04/02/2011)

Marlene Silva, caixeira-mor da Festa do Divino, se lembrou do tempo em que o festejo era realizado à luz da lua, sem o amparo da energia elétrica, quando “[...] a festa não tinha energia, era com farol, os balão assim com vela, com a lua, a coisa mais incrível, mais bonita até, que o povo achava” (Marlene Silva. Entrevista realizada em 01/02/2011). A

chegada da nova fonte de energia, aliás, não provocou mudanças apenas no panorama luminoso da festa. Ela implicou em alterações no cenário sonoro, como relata a caixaieira Evangelista:

Do primeiro tinha terecô, a gente era invocadinho mais com terecô, tinha aquela festa de terecô, a gente ia pra festa de terecô, se dançava. Do primeiro era sopro... hoje em dia é uma raridade, [...] E agora, se vai pras outras festas, só se vê a radiola, a zoadá da radiola. Em Itamatatua [comunidade da zona rural da cidade] tem ainda, tem a Festa de Santa Tereza, com caixa, mas tem uma radiola que meu pai do céu! É como aqui, aqui mesmo em Alcântara, aqui em Alcântara, o tanto de radiola que tem aí nessas beiradas tocando [durante a Festa do Divino]. Muitos deixam de ir pra festa porque acha que a radiola é mais importante. (Evangelista Costa Moraes. Entrevista realizada em 31/03/2011)

A ausência de oferta de energia elétrica regular em Alcântara barrou a entrada dos eletrodomésticos, que então despontavam nos lares de outras partes do Brasil. O acervo do Museu Casa Histórica de Alcântara, que reúne objetos usados na vida cotidiana de famílias alcantarenses, datados de cerca de 1850 a cerca de 1950, composto por 2087 peças, não tem sequer um dispositivo que seja movido a energia elétrica. No lugar dos eletrodomésticos, encontram-se objetos que traziam soluções para a ausência de eletricidade: o ferro a brasa, o misturador de líquidos manual, vitrola e relógios movimentados a corda, etc. Dessa maneira, percebe-se uma adaptação dos habitantes da cidade à uma vida marcada pela ausência da energia elétrica. A zona urbana da cidade seria servida por energia elétrica regular apenas na década de 1980; na zona rural, muitas foram as localidades que só viram a luz no século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observar a trajetória da iluminação pública do Maranhão ao longo do século XIX e nas primeiras décadas dos novecentos permite que se faça

uma jornada pelas transformações técnicas, econômicas, sociais e culturais pelas quais passou o mundo, o país e a região naquele período.

No cenário econômico, o século XIX foi palco da expansão definitiva do capitalismo que, principalmente após 1848, incorporou quase todas as partes do mundo em uma rede comercial, criando uma interdependência global inédita na história. Nesse turbilhão de acontecimentos, o Maranhão figurou como fornecedor de matérias-primas – essência de sua vida econômica desde os tempos coloniais – e como consumidor. Nessa fase de desenvolvimento da economia capitalista, a natureza dos produtos remetidos para os países consumidores mudou; interessava mais fortemente aos países industrializados da Europa exportarem bens pesados, capital e amparo técnico do que bens de consumo⁴⁵ (HOBSBAWM, 2005, p. 60). O Maranhão recebeu produtos pesados, maquinário fabril e infra-estrutura urbana e abriu-se para investimentos oriundos das nações industrializadas, que necessitavam de novos campos para seu capital acumulado. A exportação de combustíveis (carvão, e mais tarde o petróleo) também representava um setor importante da economia das potências industrializadas, e o Maranhão se tornou consumidor destes produtos. No momento em que substituiu a iluminação a óleo (gerado internamente a partir da mamona) por aquela movida a gás de hulha, adquiriu a dependência de combustíveis importados que se manteve mesmo quando se introduziu a energia elétrica, nos anos 1920.

A disparidade entre os baixos preços que alcançava por seus produtos básicos – entre os principais o algodão e o açúcar – e os altos

⁴⁵ A demanda por bens de consumo básicos era atendida pela produção local. Em 1859, por exemplo, havia indústrias maranhenses que produziam sabão, velas, aguardente, carne seca, tecidos de algodão, redes, chapéus e charutos, além de diversas manufaturas e ofícios especializados (“Relatório...” do Presidente da Província João Lustosa da Cunha Paranaguá, 3 de maio de 1859, p. 29)

preços que pagava pelos produtos que importava – cotados em moeda estrangeira, multiplicando as perdas por conta da diferença de câmbio – gerava déficits consecutivos, mensurados e lamentados repetidamente pelos Presidentes de Província. Mais tarde, com a autonomia que o Estado alcançou por conta do federalismo republicano, estes déficits ocasionaram um crescente endividamento do Maranhão. Como resultado deste desnível, o governo do Estado vê-se frente a sérios e constantes problemas financeiros, já que dependia da renda com impostos sobre produtos agrícolas para funcionar. Era um estado para o qual aumentar a quantidade de lâmpões e depois de combustores representava um sacrifício árduo, exigindo intensas e prolongadas disputas e discussões com a Assembléia Legislativa.

Aparece na trajetória da iluminação pública do Maranhão o fim da era dos contratadores, empresários particulares que se encarregavam das atividades públicas cotidianas. Desses, no serviço da iluminação de São Luís, sobressaiu-se Bernardo Paes de Vasconcelos, que foi responsável pela iluminação da Capital por mais de 17 anos, renovando sucessivamente os contratos com o governo até sua morte, por volta de em 1856. No lugar deles, observa-se a ascensão das Companhias Anônimas, muitas vezes dirigidas por estrangeiros, que acabam tomando conta dos setores onde havia maior necessidade de capitais e tecnologia; ao longo do século, os norte-americanos substituem franceses e ingleses.

Nas primeiras décadas do século XX, diante das enormes crises que atingem o sistema capitalista mundial, o processo se reverte, e abandona-se parcialmente o liberalismo que havia tomado as rédeas da condução da vida econômica nos fins do século XIX. Isso se traduz numa retomada do estatismo, quando o governo chama para si os serviços básicos necessários ao funcionamento da cidade, num processo que só seria revertido no limiar

do século XXI, com as privatizações neoliberais. Nesse movimento, o pensamento nacionalista esbarrou nos acordos assinados nas primeiras décadas do século XX, que comprometiam os estados em pactos longos e onerosos. No Maranhão, esse conflito apareceu claramente na polêmica que envolveu a Ulen Company, concessionária dos serviços urbanos da capital, da qual os maranhenses lutaram para se livrar.

A trajetória da iluminação pública do Maranhão aponta ainda os estágios técnicos do período. De seus inícios até 1863, foi realizada por meio de lampiões a óleo. Apesar de bastante criticado por governantes e habitantes de São Luís, era já um feito louvável, um avanço que representava a superação de dezenas de milhares de anos de técnicas estáticas e pouco eficazes. Recuando algumas décadas, penetrando no território do século XVIII, as pessoas ainda estavam submetidas às candeias, objetos cujos princípios de funcionamento pouco diferiam daqueles das lamparinas utilizadas pelos homens pré-históricos que pintaram as paredes das cavernas de Lascaux. Os lampiões, a despeito da baixa luminosidade que os caracterizava e das exigências excessivas de manutenção, representavam uma técnica que não se submetia às intempéries, funcionando mesmo com vento ou chuva, e que oferecia uma luz regular e confiável, desde que abastecidos e mantidos adequadamente.

A introdução, em 1863, da iluminação a gás proveniente da destilação da hulha, que os contemporâneos chamavam “gáz hydrogeno”, representou um novo salto tecnológico, uma mudança na luminosidade. As demandas técnicas para a instalação e manutenção deste novo sistema eram enormes, e ficaram a cargo da Companhia de Iluminação a Gás, uma das poucas que conseguiu atravessar incólume as crises do final do século XIX. Intervenções severas na paisagem se faziam necessárias, como a instalação de uma ampla rede de canos subterrâneos, de postes e do gasômetro.

É possível acompanhar ainda uma grande modificação cultural que se processou no momento em que ocorria a “passagem de uma civilização da raridade e da economia estacionária à de desenvolvimento e da abundância”⁴⁶ (ROCHE, 2000, p. 17), e em que a produção, lentamente, abandona o ambiente doméstico, que passa a ser cada vez mais o espaço do consumo. Dessa forma, é sintomático que, desde o início do século XIX, o poder público assuma a responsabilidade pela iluminação da cidade, e que a considere nominalmente como um “direito” da população. População que reclama clareza e exige que o poder público ponha fim ao domínio das forças contingentes da natureza, representadas pela escuridão da noite.

DOCUMENTOS

Entrevistas

Entrevista com Antônio do Livramento Boais Tavares, realizada pelo corpo técnico do Museu Casa Histórica de Alcântara (MCHA), em 04/02/2011. Acervo audiovisual do MCHA.

Entrevista com Marlene Silva, realizada pelo corpo técnico do Museu Casa Histórica de Alcântara (MCHA), em 01/02/2011. Acervo audiovisual do MCHA.

Entrevista com Evangelista Costa Moraes, realizada pelo corpo técnico do Museu Casa Histórica de Alcântara (MCHA), em 31/03/2011. Acervo audiovisual do MCHA.

MARANHÃO, Secretaria de Estado da Cultura do. **Memória de Velhos – Depoimentos: Uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense – Vol IV.** São Luís: LITHOGRAF, 1997. (Entrevista com Ricardo Leitão p. 55 – 78)

⁴⁶ Ainda que inegavelmente desigual em sua abrangência, deixando à margem largos contingentes da população, este processo criou uma sensibilidade nova entre os indivíduos, e um novo posicionamento do cidadão em relação à cidade.

Relatórios, falas, mensagens e discursos de Presidentes da Província e Governadores do Estado do Maranhão

“Discurso que recitou o Exm. Snr. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, Presidente desta Província, na Occazião da Abertura da Assembléa Legislativa Provincial”, 03/05/1838. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Discurso Recitado pelo Exm. Snr. Doutor João Antônio de Miranda Prezidente da Província do Maranhão na abertura da Assembléa Legislativa Provincial”, 03/07/1841. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Fala dirigida pelo exm. Presidente da Província do Maranhão Herculano Ferreira Penna á Assembleia Legislativa Provincial”, 14/10/1849. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Fala dirigida pelo exm. Presidente da Província do Maranhão Honório Pereira de Azevedo Coutinho á Assembleia Legislativa Provincial”, 07/09/1850. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Fala que recitou o Presidente da Província do Maranhão Antônio Joaquim Alvares do Amaral”, 28/07/1848. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Mensagem apresentada ao Congresso do Estado”. Alexandre Collares Moreira Júnior, 28/02/1904. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 15 de Fevereiro de 1899 pelo Exm. Sr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa governador”, 15/02/1899. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Mensagem apresentada ao Congresso, pelo Exm. Sr. Dr. Godofredo Mendes Vianna, Presidente do Estado”, 05/02/1925. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Mensagem apresentada ao Congresso, pelo Exm. Sr. Dr. Godofredo Mendes Vianna, Presidente do Estado”, 05/02/1926. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão pelo Ex.mo senhor presidente da Província Joaquim Franco de Sá”, 03/05/1847. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Relatório com que o excelentíssimo senhor doutor Antônio Epaminondas de Mello passou a administração desta Província”, 05/05/1868. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da Província, Dr. Ambrózio Leitão da Cunha passou a administração da mesma Província”, 23/04/1865. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Relatório do exm. Snr. Presidente Doutor Francisco Xavier Paes Barreto apresentado ao exm Sr. Vice Presidente”, 13/04/1858. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Relatório do Presidente da Província do Maranhão, o Doutor João Lustosa da Cunha Paranaguá...”, 03/05/1859. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Relatório do Presidente da Província do Maranhão o doutor Eduardo Olimpio Machado na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial”, 08/05/1854. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Relatório que à Assembléa Legislativa da Província do Maranhão apresentou o Exm. Presidente da Mesma Província Jerônimo Martiniano Figueira de Mello”, 3/05/1843. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Relatório que á Assembleia Legislativa da Província do Maranhão appresentou o Exm. Vice-Presidente da mesma Província, Angelo Carlos Moniz”, 20/06/1846. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

“Relatório que dirigio o exmo. Presidente da Província do Maranhão João Jozé de Moura Magalhães á Asemblea Legislativa Provincial”, 20/06/1844. Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

Documentos da Câmara de Alcântara

Livro de Atas da Câmara Municipal de Alcântara, volume 2 – 1951-1958. Arquivo da Câmara Municipal de Alcântara.

“Registro de um Bando que o Cappitão Maior mandou Registrar” 26/12/1698, a partir de transcrição efetuada em 23/02/1827. Cartório do 2º Ofício de Alcântara.

“Registro de hum Bando dos Officiaes da Camera” 06/12/1698, a partir de transcrição efetuada em 22/02/1827. Cartório do 2º Ofício de Alcântara.

“Registro de um Bando que os Officiais da Camera Mandarão butar para suas Correçaoens” 18/04/1699, a partir de transcrição efetuada em 23/02/1827. Cartório do Segundo Ofício de Alcântara

Documentos Jurídicos

“Ação Arbitral proposta pela Companhia de Illuminação a Gáz do Maranhão, contra os empreiteiros Marcus Williams e Silvestre S. Battin”, 1864. Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão.

MOTA, Antônia da Silva; SILVA, Kelcilene Rose; MANTOVANI, José Dervil. **Cripto Maranhenses e seu Legado**. São Paulo: Siciliano, 2001.

“Testamento de Francisca Xavier de Jezuz Viveiros”, 04/07/1835. Cartório do Segundo Ofício de Alcântara.

Relatos de viajantes e autoridades a serviço do Estado

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

LISBOA, Cristovão de. **História dos Animais e Plantas do Maranhão**.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão – desde 1839 até 1840**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Adroaldo José Silva; BOGÉA, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares de. **Museu Casa Histórica de Alcântara**. São Luís: IPHAN, 2006.

AZEVEDO, Aluísio de. **O Mulato**. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1970.

FERREIRA, Milton Martins. **A Evolução da Iluminação na Cidade do Rio de Janeiro – Contribuições Tecnológicas**. Rio de Janeiro: Synergia/Light, 2009.

FRÓES DA SILVA, Lourenço Lustosa. **Iluminação Pública no Brasil: Aspectos Energéticos e Institucionais**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital – 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

JOFFILY, José. **Morte na Ulen Company – 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. São Luís: Edições AML, 2008.

MENDES, Sylvânio Aguiar. **Saindo dos Trilhos: Uma Visão sobre a Administração do Transporte Elétrico Ludovicense**. In: Revista Outros Tempos, volume 2, nº 2, 2005. p. 167-187.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **A Companhia – Breve história de uma ideia revolucionária**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

RIBEIRO, Berta G. (Org.). **Suma Etnológica Brasileira – Edição Atualizada do Handbook of South American Indians – Vol. 1 – Etnobiologia**. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1986.

ROCHE, Daniel. **História das Coisas Banais – nascimento do consumo séc. XVII - XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SOUZA, José Valdez F. de. **História da Iluminação**. Artigo acadêmico – Universidade Castelo Branco, 2004.

STRAUMANN, Patrick (Org.). **Rio de Janeiro - cidade mestiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Senhores de tacho, machado e sacho: cultura material e economia de famílias alcantarenses através da análise de inventários e testamentos (1800 – 1820)

1. Considerações Iniciais

Esta pesquisa se ampara, majoritariamente, em documentação privada. Antônia da Silva Mota, historiadora que vem recorrendo a este tipo de fonte em sua produção mais recente, explicou a validade deste tipo de abordagem, apontando que tais documentos permitem observar “por dentro” os fenômenos já conhecidos pela historiografia. Trata-se de um olhar a partir da perspectiva dos indivíduos, em contraposição às versões emanadas de fontes “oficiais”, fugindo da “econometria”, dos panoramas abstratos desligados da realidade mais concreta (MOTA, et alii, 2001, p. 29 -30).

Uma das justificativas para a observação qualitativa de trajetórias individuais e familiares, selecionadas entre a infinidade de possibilidades que as fontes históricas oferecem, pode ser encontrada nos movimentos mais recentes da história social. Depois de muitas décadas de estudos massificados, embasados nos métodos da sociologia, os historiadores sociais se voltaram para os indivíduos, para as experiências e vivências, reconhecendo a impossibilidade de se aprisionar comportamentos e realidades sociais em modelos pré-estabelecidos (CASTRO, 1997, p. 50). Dessa forma, propõe-se aqui a seleção de um número limitado de indivíduos que viveram num determinado período, analisando seus costumes, suas formas de explorar a mão-de-obra e trabalhar, bem como a própria relação com o espaço circundante.

É uma abordagem que busca se aproximar, em termos metodológicos, daquela praticada pela chamada micro-história, tentando

reatar estrutura e experiência, desejando configurar-se num “ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização” (CASTRO, 1997, p. 53-54). Espera-se entender com mais propriedade as dinâmicas históricas em ação na região de Alcântara no período delimitado pelo estudo a partir da análise de alguns dos membros de sua comunidade.

Neste estudo, a ênfase é colocada na família: os bens que estão sendo descritos e valorados são propriedade de um grupo familiar, mais do que do indivíduo inventariado. E já que, junto com os bens, transmite-se um *modus vivendi* que, naquela altura do século XIX, será reproduzido e continuado, consideramos que privilegiar a observação da família é mais sugestivo que se concentrar no indivíduo. Os bens são o lado material de um universo cultural maior, que molda esferas imateriais e materiais: as relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza ao seu redor. Os bens inventariados são vistos aqui como materializações de uma mentalidade, como manifestações físicas de um determinado modo de se organizar no campo das ideias. Finalmente, a análise neste trabalho concentra-se primordialmente nas famílias inseridas na categoria de “proprietárias rurais”, em busca de uma compreensão mais particularizada das ações e mentalidades desse fragmento da sociedade. Não se omite aqui o fato de que este grupo representava apenas uma parte da sociedade do período, nem se deseja estabelecer qualquer tipo de hierarquia entre as diversas camadas da população alcantareense. Tampouco se olvida aqui que inventários e testamentos, conforme nos lembra Junia Ferreira Furtado, são documentos sujeitos a distorções e omissões (FURTADO, 2011, p. 106). Eles são observados aqui como indicativos de tendências, não como portadores de informações positivas e absolutas.

Sobre a história de Alcântara existem dois conjuntos de obras que oferecem interpretações opostas e resultados contraditórios. De um lado,

autores como Jerônimo de Viveiros, Antônio Lopes, Carlos de Lima e, no campo da ficção, Josué Montelo, trazem uma visão nostálgica do passado da cidade, marcado pelo fausto e pela riqueza, em contraste com um presente desolador e agonizante. Ligando estes dois momentos, no discurso daqueles autores, destaca-se a ocorrência de um processo de *decadência*, explicado pela incidência de múltiplos fatores, responsável por transformar uma situação ideal num cenário lamentável. Aqueles autores, ao descreverem dessa maneira a trajetória da cidade e de sua sociedade no tempo, revelam uma visão elitista do processo histórico, lamentando o desaparecimento do sistema escravista, agroexportador e latifundiário, bem como da sociedade hierarquizada, e condenando o presente, visto como tempo de pobreza e atraso, desconsiderando a presença dos territórios étnicos.

De outro lado, encontra-se uma bibliografia produzida por cientistas sociais e antropólogos, majoritariamente maranhenses, que entendem o processo histórico de maneira inversa. Preocupados em estudar o impacto de ações governamentais sobre os territórios ditos quilombolas, eles lançam um olhar sobre a formação e o funcionamento dos *territórios étnicos* de Alcântara, invertendo o juízo e descrevendo o processo de desagregação da sociedade que gravitava em redor da agroexportação como momento de gênese de uma nova dinâmica cultural, econômica e social, levada a cabo pelos ex-escravos, indígenas oriundos das antigas reduções e aldeamentos, caboclos e congêneres. Nestas análises, não se fala em decadência.

As duas vertentes descritas acima, note-se, não foram erigidas pelos métodos da historiografia. A primeira delas, a dos partidários da decadência, era composta por literatos, juristas, jornalistas. A segunda, como ficou dito, por sociólogos e antropólogos. Ainda que nessa segunda

vertente a premissa da cientificidade se faça plenamente presente, ressentese da falta dos paradigmas da historiografia.

Este trabalho pretende dialogar com tal bibliografia e busca encontrar um caminho novo, explorando uma documentação ainda pouco observada para a região, ressaltando o singular e a experiência vivida. Os resultados apresentados neste texto são apenas parte do que se espera alcançar ao término do empreendimento: pretende-se estender a observação para as décadas seguintes, momento em que grandes processos históricos impõem modificações profundas nos modos de vida tradicionais.

2. Economia e cultura material de famílias Alcantarenses – 1800 - 1820

2.1 As atividades do campo

Os inventários dos bens de alcantarenses das duas primeiras décadas do século XIX permitem vislumbrar as diversas atividades desenvolvidas no campo, bem como o regime de agricultura adotado. As “roças”, graduadas em “novas” e “velhas”, e as capoeiras, são citadas com frequência naqueles documentos. No inventário do Coronel Maia (1808), fala-se em “huma Rossa nova de quatrocentas braças quadradas”, avaliada por 500 mil réis; “huma capoeira de trezentas braças de comprido com cento e cinquenta de larga” avaliada em 200 mil réis; “hum rossado queimado por plantar” com duzentas braças quadradas, avaliado em 100 mil réis e “outro rossado de duzentas braças de largo e trezentas de comprido já queimado e por plantar” que foi avaliado em 120 mil réis (f.50-50v). Percebem-se os três estágios diferentes e a hierarquia de valores atribuídos a eles: a roça nova é mais valiosa que a capoeira, e esta vale mais que o roçado apenas queimado e ainda não plantado. Referências a “roça nova” e “capoeira” aparecem também no inventário dos bens de

Lourença de Araújo, efetuado em 1806 (f.7). No inventário de Maria Joaquina de San Thiago (1811), arrola-se uma roça velha, à qual não se atribui valor algum, e outra com plantações de maniva e algodão, avaliada em 25 mil réis (f.10v). A ausência de valor atribuído à roça velha que aparece no inventário de Maria Joaquina aponta para o caráter deletério das práticas agrícolas em uso naquele período.

Pode-se entender melhor as formas e os significado dessas práticas através da leitura de relatos escritos por observadores contemporâneos a elas. O tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros Antônio Bernardino Pereira do Lago, que esteve na região de Alcântara por volta de 1818, fez uma descrição bastante pejorativa das técnicas e práticas agrícolas desenvolvidas no Maranhão. Familiarizado com a agricultura da Europa, onde a adubação com estrume de animais era um costume estritamente observado, ele rotulou o sistema local de *destruição e negligência*:

Apenas se destina para plantações alguma terra, que supomos ser mata virgem; começa-se cortar com foice os arbustos e o mato pequeno; depois, com machado, as antiquíssimas árvores, seus altivos troncos e alguns de madeiras preciosas, ao que chama *derruba*; passados oito dias de sol ardente, que por isso escolhem no verão dias claros, lhes lançam fogo e, segunda vez, se à primeira aquela madeira não ardeu, a que chamam *Cuivara*, e quando se acham já reduzidos a cinza tantos paus, que a natureza gastou séculos em formar, dizem então que está pronta a roça (LAGO, 2001, p.48)

O arado foi outra ausência da qual o militar se ressentiu. Ele constatou que os instrumentos agrários se resumiam à “simples enxada”, e que recaía sobre o “miserável escravo” todo o peso de mover este penoso sistema. Seguindo sua descrição, encontramos uma explicação para o termo “roça velha”, além de uma indicação sobre as principais culturas observadas na região:

As terras, apenas adubadas com aquelas substâncias vegetais, mas empedradas de troncos e raízes que não arrancam, e sem serem revolvidas pelo arado ou por instrumento algum, na mesma terra se lançam promiscuamente em buracos de

enxada as sementes de algodão, arroz, milho, mandioca, feijão e carrapato (mamona). No primeiro ano, é a primeira colheita, ainda que alguma se colha no segundo e terceiro (já chamada *roça velha*), e como estas colheitas roubam às terras a sua força produtiva e não lha restituem por meio de adubos (como na Europa), estas, assim cansadas, e em quase total esgotamento, e faltando-lhes as árvores para queimarem, deixam então as terras descansar alguns anos, nunca menos de 12, até tornarem a cobrir de mato e crescerem as árvores a que chamam estar capoeira; então se torna a derrubar, a queimar e se continua todos os anos nesta alternativa. (LAGO, p. 48)

Segundo Lago, portanto, a área cultivada pelo terceiro ano consecutivo era já considerada *roça velha*, e pela baixa capacidade produtiva devia ser abandonada para que se recuperasse, e por isso perdia qualquer valor monetário que tivesse possuído. É importante frisar que o discurso condenatório do engenheiro Lago, que denunciava os danos causados às terras, às florestas e aos escravos, não deve ser confundido com uma manifestação precoce de sentimentos abolicionistas ou ambientalistas. Trata-se do que a historiadora Regina Horta Duarte rotulou de “faceta verde do imperialismo” (DUARTE, 2005, p.56). Preocupada com a dilapidação de seus domínios, e influenciada pelo racionalismo iluminista em voga na Europa, a Coroa portuguesa, a partir do governo de José I, encetou um programa de racionalizações e modernizações em suas estruturas. Agricultura e natureza passaram a ser tratadas como assuntos estratégicos, cujo uso devia ser pautado para o engrandecimento do Império.

Consequência desse sistema agrícola era a conversão de árvores em madeira, material bastante presente nos inventários. A família Maia arrolou 20 dúzias de tabuado de bacuri e de pau paraúba entre os bens a serem partilhados, além de “varias madeiras para obras” avaliadas em 84 mil réis e algumas dúzias de tábuas. As casas e prédios e grande parte dos objetos empregados cotidianamente tinham madeira em sua constituição, e era ela

também o principal combustível em engenhos de açúcar e aguardente, casas de farinha e nas cozinhas das residências. Como vimos, a “limpeza” da área a ser cultivada passava pela derrubada maciça de árvores. Machados aparecem com frequência nos inventários deste período: o inventário do Coronel Maia arrolava quarenta e oito desses objetos.

A pecuária encontrava espaço importante nas atividades das famílias alcantarenses. Os Maia possuíam um extenso rebanho, o maior encontrado nos documentos analisados, composto por 80 garrotes, 232 novilhos, 536 vacas, 261 novilhas e 28 cavalos (f. 63v). A família Cerveira declarou possuir 308 cabeças de gado, além trinta e seis couros já em condições de serem comercializados. De fato, o comércio de carne verde e seca e dos subprodutos da atividade pecuária, como couros em sola e vaquetas, ocupava lugar proeminente na pauta econômica maranhense. Bovinos serviam ainda como importantes elementos de transporte. A observação dos inventários demonstra a existência de caminhos terrestres e aquáticos na região de Alcântara, usados para locomover as pessoas e a produção local. Nos inventários aparecem frequentes referências a carros de boi, cascos de canoa, igarités e botes, além de selins e selas para uso individual.

Finalmente, a organização do processo produtivo passava pela instalação de um conjunto de manufaturas, bastante rudimentares, mas que davam um primeiro tratamento aos produtos obtidos nas atividades agrícolas, preparando-os para o mercado consumidor. O aparato servia também para produzir alguns itens essenciais, como ferramentas, canoas, objetos variados de madeira e alguns tipos de produtos alimentícios e de uso cotidiano de primeira necessidade, como farinha, azeite para iluminação, tecidos para ensacar a produção e vestir escravos. No

inventário da família Sarmento da Maia aparece um interessante conjunto de aparatos manufatureiros:

“oito engenhos de escaroçar algodão com eixos de ferro e seus barrios e rodas de madeira”; “huma empresa de madeira de ensacar algodão”, “huma tenda de ferreiro com todos os seus pertences,” “huma pouca de ferramenta de carpina [...] a saber cinco serrotes, seis ensoens, seis planas, seis ferros de canoa, [...] dous formoens, duas pontilhas, duas serras braças grandes, cinco mais pequenas, dous martelos, dous tractos”; “dous lambiques de cobre, menos a carapuça de hum ambos em bom uso”, “huma taicha grande de cobre de fazer asucar nova”, “hum taixo grande em bom uzo, com o peso de tres arrobas”; “Outro taixo mais pequeno”; “hum calderão maior e outro mais pequeno”, “dous fornos de cobre em bom uso” e “huma roda de relar mandioca já usada”. (f. 51v – f. 55)

Observando esta extensa lista, percebemos que os Maia administravam a produção de algodão, que já saía prensado e ensacado, de objetos de ferro e de carpintaria, inclusive carros de boi e canoas, e provavelmente das próprias ferramentas agrícolas. Produziam também cana-de-açúcar, que era convertida em aguardente e açúcar, e ainda possuíam o necessário para a produção de farinha.

Entre os bens legados por Antônio Pereira de Castro (1804) encontrava-se uma tenda de ferreiro, cuja composição foi descrita: “hua tenda de ferreiro, que he folles, bigorna, sappa, torno, dois martelos, tres talhadeiras, tres limas velhas, a armação de hua broca, huma bigornzinha pequena” (f. 29), material avaliado em 30 mil réis. A família Cantanhede, cujos bens foram inventariados em 1819, possuía dois teares e duas rodas de fiar, com os quais podia manufaturar linhas e tecidos a partir do algodão.

2.2 Casas e vivendas

A morada, espaço que oferece abrigo e onde se desenrolam as diversas atividades do cotidiano, é um vestígio valioso para se entreolhar os aspectos familiares, sociais, do trabalho e das relações entre os gêneros. É um elemento que oferece pistas e evidências importantes para o historiador,

pois é “no domicílio que encontramos os colonos interagindo com o meio natural, inovando nas formas de subsistência e vivenciando seus laços afetivos” (ALGRANTI, 1997, p.88). A moradia colonial aparece em relatos de cronistas e viajantes, tanto escritos como iconográficos, e em inventários e testamentos. A forma de construção, os materiais empregados, a disposição e o tamanho das moradas eram heterogêneos, variando regionalmente e também em função do *locus* social do habitante. Nos primeiros séculos, as moradias eram simples, geralmente térreas, feitas com materiais locais (barro, madeira, pedras, fibras vegetais etc.), num estilo que perdurou ao longo do tempo, penetrando o século XX em algumas regiões do país⁴⁷.

Em geral, as famílias alcantarenses possuíam casa na vila e situação nas fazendas, vivendo alternadamente entre as duas paragens. Este hábito foi anotado por Lago, que destacou a variação sazonal da população da cidade de Alcântara. Ao se referir ao número de habitantes, o engenheiro destacou que a vila “tem 8000 almas no inverno, porque no verão, *em que todos os lavradores vão para as suas fazendas*, regula a população de 2500 a 3000 almas” (LAGO, 2001, p. 35, grifo nosso).

É possível conhecer melhor as casas da vila, que eram descritas mais detalhadamente nos inventários. Podiam ser de pedra e cal ou de taipa e varas, cobertas de telhas ou de palha, térreas ou, com menor frequência, assobradadas. Maria Joaquina de San Thiago deixou aos herdeiros, além das “casas da sua situação”, nas terras de Taputininga (f. 10), mais “hum quarto de casas terreo coberto de telha [...] com hum despença tapada de nova [...] sita nesta Villa na Rua do Sol com seis braças de frente com

⁴⁷ A leitura dos livros de registro de imóveis da cidade de Alcântara, analisados até o ano de 1941, demonstrou que as antigas técnicas construtivas, que empregavam taipa e varas ou pedra e cal, permaneceram exclusivas até pelo menos esta altura. Construções feitas com tijolos só apareceram em Alcântara na segunda metade do século XX.

dezoito de fundos [...]” (f.5). Uma casa similar, situada na mesma Rua do Sol, deixou João Antônio Ribeiro Proença, em 1811, para seus familiares: “huma Cazinha de pindova, paredes de taipa de vara” avaliada por 40 mil réis (f.20). Lourença de Araújo também legou uma casa desse tipo, “de taipa de vara e terra, coberta de telha”, situada na Rua de Baixo, com duas braças de frente, despensas e fundos competentes (f.4). Já Maria Thereza Corvelho legou “meia morada de casas terreas de pedra e cal de frente de Quitéria Maria Pereira na rua das Mercês com os fundos” (f.10). Tais casas, ordinariamente, possuíam poços empedrados nos fundos, privilégio que proporcionava menores trabalhos na obtenção da água necessária às atividades cotidianas.

2.3 Os interiores

Observar os móveis que forneciam o arrimo material do cotidiano, os objetos de guarda, apoio e repouso, pode ser de grande utilidade para a história. Na maior parte das vezes, como assevera Marlene Suano, o mobiliário é visto de maneira reducionista, como mero cenário; às vezes, é fetichizado por ter pertencido a determinado personagem ilustre, ou por ter servido de apoio para algum ato considerado importante para a história. Esta mesma estudiosa sugere outra abordagem no emprego do mobiliário: deve-se propor questões aos móveis. É necessário entender o lugar que ele ocupava na casa, qual sua função utilitária, que matérias-primas foram empregadas, que estilo e grau de acabamento foram executados. Essas informações podem indicar a compreensão que as pessoas tinham desse espaço, da sociedade, do meio ambiente e do objeto ele mesmo (SUANO, 2000, p.16). Pedro Paulo Funari indicou os caminhos tortuosos que revogaram o imperialismo do documento escrito na história, elevando a cultura material ao patamar de fonte histórica de valor reconhecido. Foi só

no século XX, diante de novas mudanças epistemológicas, que o entendimento do conceito de fontes históricas se alargou, abandonando o exclusivismo do escrito. Influenciada por outras ciências sociais, a História mudou seus enfoques do particular, do indivíduo singular e do “fato verdadeiro” para o coletivo, o cotidiano, as regularidades e as tendências. À assunção de novos objetos correspondeu um novo relacionamento com as fontes. No campo da história articulada com a arqueologia, passou-se a valorizar os resquícios de uso cotidiano e privado: era a ascensão da cultura material como fonte histórica. (FUNARI, 2010, p.100).

Tilde Canti demonstrou que, de maneira geral, o móvel no Brasil foi a princípio objeto de luxo, e que somente em fins do século XVI aparece algum mobiliário, e ainda assim em casos especiais e isolados, como nas casas dos grandes fazendeiros do nordeste, de capitães-mores e de altas autoridades eclesiásticas. Nos primeiros tempos de presença europeia, o colonizador adotou a cultura material dos indígenas, fazendo uso em larga escala de redes e jiraus. Os primeiros móveis produzidos na colônia eram marcados pela rusticidade, simplicidade e praticidade: canastras de couro, caixas de pés feitas de vinhático, cedro ou canela, e só. Era um mobiliário “rudimentar e primitivo”, “executado para atender às primeiras necessidades”. (CANTI, 1985, p.71)

Os interiores das casas das famílias proprietárias alcantarenses, membros da elite local, eram marcados pela rusticidade e falta de conforto, para os padrões atuais. Os inventários observados apontam a existência de uma variedade muito pequena de tipos de móveis, e um número reduzido de peças. Caixas, baús e canastras eram os objetos mais corriqueiros, presentes em quase todos os inventários, e se faziam úteis por conta de seu caráter ambíguo, misto de móvel e mala de viagem, sempre prontos para os

constantes deslocamentos entre as moradas da vila e a situação das fazendas.

Como exemplo, citamos a lista de móveis arrolada no inventário do Coronel Luis Antonio Sarmiento da Maia, composto por uma banquinha, “des cadeiras com assentos de solla picada em bom uso”, “huma banca grande” e “outra dita mais pequena”, “huma comoda com gavetas”, “huma banquinha com cinco palmos e meio de comprida”, “duas mangas de vidro”, “hum oratório da mesma casa de sua morada, hum altar retrátil com os ornamentos competentes, calis dourado, Pedra daria (sic), Missal, hua imagem pequena de Santo Christo de latão” e “Huma bacia grande, com seo jarro de prata, com o peso de seis libras e vinte oitavas”.

Estes são, enfim, os resultados preliminares de uma investigação que já dura cerca de 8 meses, entre leitura, sistematização de informações e formalização de resultados parciais, e que deve se estender ainda pelos anos seguintes.

Documentos⁴⁸

Auto de arrematação de bens para pagamento de dívidas – Antônio Pereira de Castro (1804) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 1A)

Contas de Testamento, tenedor Cirurgião Mor Antonio F. de Gouveia Pimentel (1811) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Inventário de Lourença de Araújo (1806) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 1A)

Inventário do Coronel Luís Antônio Sarmiento da Maia (1808) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 1A)

⁴⁸ Todos os documentos consultado neste trabalho estão arquivado na Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos do Tribunal de Justiça do Maranhão, que doravante será identificado pela sigla CADH – TJM.

Inventário – partidores Domingos Evangelista Guimarães e José Antônio Malheiros (1809) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 1A)

Inventário de João Antonio Ribeiro Proença (1811) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Inventário de Maria Joaquina de San Thiago (1811) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Inventário de Vicente de Barros (1817) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Partilha de João Pereira Bastos (1811) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Testamento de Maria Thereza Corvelho (1818) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Testamento Nucupativo de Quiteria Salome Gonçalves (1818) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Inventário e Partilha de Rosário de Araújo Cantanhede (1819) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Testamento e contas de Francisca Thereza Nogueira (1820) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Testamento e Contas de Lourença Justinianna Soares (1820) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Testamento de Vito Antonio Moreira (1820) (CADH-TJM - Comarca de Alcântara, Autos Cíveis, caixa 2A)

Referências Bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **Famílias e Vida Doméstica**. In: NOVAES, Fernando (Org.) *História da Vida Privada no Brasil* (Vol I.) São Paulo: Companhia das Letras: 1997. p. 83-154.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília: Edições Ibama, 2006.

CANTI, Tilde. **O Móvel no Brasil: Origens, evolução e características**. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1985.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 45 - 60.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-110.

FURTADO, Junia Ferreira. Testamentos e Inventários - A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 93 – 118.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

LIMA, Carlos de. **Vida, Paixão e Morte da Cidade de Alcântara – Maranhão**. São Luís: SECMA, 1998.

LOPES, Antônio. **Alcântara: Subsídios para a história da Cidade**. São Paulo: Siciliano, 2002.

MONTELLO, Josué. **Noite sobre Alcântara**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

MOTA, Antônia da Silva. Família e Fortuna no Maranhão Setecentista. In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **História do Maranhão: Novos Estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004. p. 51-80.

_____; SILVA, Kelcilene Rose; MANTOVANI, José Dervil. **Cripto maranhenses e seu legado**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense**. São Luís: Edufma, 2007.

SOUZA FILHO, Benedito de; ANDRADE, Maristela de Paula; (Org.) **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.

SUANO, Marlene. Alfaias, apetrechos, tarecos, trecos: os móveis. in: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (Org.). **Como explorar um Museu Histórico**. São Paulo: USP/Museu Paulista, 2000. p. 15 – 18.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado Econômico, Social e Político**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

POR ESSES CAMPOS E CAMINHOS: resistência à escravidão em Alcântara – MA⁴⁹

Introdução⁵⁰

Já faz tempo que a historiografia brasileira que trata da escravidão de africanos e seus descendentes entendeu o papel central desempenhado pelos próprios escravizados nos processos de conquista e consolidação da liberdade. Através de um repertório variado de práticas e estratégias, apontam estes estudos, os próprios cativos trataram de corroer “por dentro” a instituição que os oprimia. Para citar um exemplo, a clássica obra de Sidney Chalhoub, “Visões da Liberdade” (CHALHOUB, 1990), demonstrou, pela referência a diversos casos pontuais encontrados principalmente em libelos cíveis e criminais do Rio de Janeiro, como a pressão cotidiana exercida pelos próprios cativos definiu limites à escravidão. Estas ações tenazes e contínuas incidiram sobre a escravidão modelando-a, restringindo os direitos dos senhores, forjando jurisprudências, garantindo assim, dentro da moldura sufocante da situação de escravizado, alguns direitos que, acionados continuamente, acabaram

⁴⁹ Esse texto foi publicado originalmente na Revista Eletrônica História e Reflexão, vol. 8, número 15, jan/jun 2014.

⁵⁰ Gostaria de salientar que estas notas não se articulam a um esforço sistemático e prolongado de pesquisa sobre o tema da escravidão no Brasil, motivo pelo qual espero se compreenda a escassez de citações à bibliografia pertinente. Elas foram sendo escritas ao longo de minha atuação no Museu Casa Histórica de Alcântara, em meio a um trabalho mais amplo de reconhecimento e busca de documentos sobre a história regional e seus locais de guarda. Minha intenção foi dar visibilidade a um repositório de documentos que me parece pouco explorado - os Cartórios da cidade de Alcântara - e, mais especialmente, a um documento que me pareceu muito sugestivo, tanto pelo que diz sobre a escravidão em Alcântara quanto pelo que oferece de desafios ao trabalho do historiador.

tornando a infame instituição praticamente inviável. O papel do 13 de maio e de seus artífices na Abolição foi drasticamente esvaziado mediante a constatação de que a liberdade foi mais *conquistada* que *outorgada*.

A historiografia ainda tem um longo caminho a percorrer nesse sentido. No Maranhão, foi só muito recentemente que documentos importantes para este tipo de estudos se tornaram disponíveis ao acesso de pesquisadores. Refiro-me à documentação judiciária dos séculos XVIII e XIX, que nos últimos dez anos vem sendo centralizada na capital do Estado, pelas mãos do Arquivo do Tribunal de Justiça, e agora passa pelas etapas de restauração e catalogação, culminando em sua disponibilização aos pesquisadores⁵¹. Estudos que destacam a resistência à escravidão são escassos, ainda que se deva fazer uma justa referência aos trabalhos pioneiros de Mundinha Araújo, que há décadas vem reunindo e publicando documentação e análises de casos de resistência à escravidão, a exemplo do que fez com relação ao importante Quilombo do Limoeiro. Há, no entanto, uma lacuna quanto à faceta *cotidiana* da resistência, exercida nos pequenos atos, na luta individual, por meio de caminhos jurídicos ou consuetudinários. No Maranhão, como no resto do país, há uma grande quantidade de documentos relegados ao sono do esquecimento, esperando a ação de alguma alma curiosa para levá-los ao conhecimento público; a recente instituição de programas de pós-graduação nas Universidades públicas do Maranhão tende a reverter tal quadro, e já faz sentir seus efeitos na multiplicação de trabalhos voltados para o tema.

No caso de Alcântara – e, provavelmente, de grande parte da Baixada Maranhense - há singularidades ainda mais desafiadoras. O

⁵¹ Estas informações foram oferecidas pelo Chefe da Divisão de Controle do Acervo do Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, Christofferson Melo de Oliveira, através de consulta efetuada via correio eletrônico no mês de setembro de 2013.

processo de enfraquecimento e extinção da escravidão se deu à margem do sistema jurídico oficial. Dessa forma, é um movimento muito difícil de se enxergar em documentos escritos. Para uma historiografia que atualmente se esforça em observar as ações de sujeitos e suas trajetórias particulares, esse fato é desanimador. Num trabalho que tinha como objeto delinear a formação dos territórios étnicos de Alcântara, na busca por provar – no sentido *jurídico* do termo - sua existência e ancestralidade, o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida constatou a invisibilidade oficial do processo de apropriação das terras pelos ex-escravos, e arregimentou como documentos um conjunto bastante heterodoxo de elementos: sua argumentação se baseia no cruzamento de relatos orais com uma observação do território, onde ruínas dos antigos engenhos, casarões e moendas – as “muralhas” –, sistemas de uso dos recursos naturais e até árvores exógenas centenárias (como as mangueiras) se constituíram em vestígios sugestivos (ALMEIDA, 2006).

Por tudo o que foi considerado acima, o documento aqui analisado adquire grande interesse: ele rompe o “silêncio letrado” que cobre o processo de emancipação na região de Alcântara. Trata-se de um libelo cível, iniciado em 26 de setembro de 1866, no qual o fazendeiro Venceslau Henriques de Sá, residente em seu estabelecimento de lavoura *Areal*, situado na freguesia alcantareense de Santo Antônio e Almas, acusava o também fazendeiro Antonio José de Souza Mendes (seu vizinho e cunhado) de ter seduzido e acoitado quatro de seus escravos, usufruindo os serviços deles durante o período de couto. O volumoso processo, atualmente abrigado no Cartório do 1º Ofício da cidade de Alcântara⁵², permite

⁵² Tal Cartório tem um grande acervo de documentos importantes para a história de Alcântara. Fui testemunha e beneficiário do cuidadoso tratamento dispensado a eles pela sua titular, Maria Benita Moraes Dias, que se empenha também em descobrir entre os antigos escritos evidências da posse ancestral das terras pelas comunidades tradicionais. Em 2007 as terras de *Santo Inácio*

vislumbrar a concretude das ações de indivíduos resistindo ativamente à escravidão. Além disso, oferece oportunidade para que se reflita sobre o trabalho do historiador, sobre as possibilidades de compreensão frente às singularidades do documento e as decisões interpretativas cabíveis diante de suas dubiedades.

O libelo⁵³

Os escravos Luiz, Salustiano, Adão e Benedito se ausentaram da fazenda de Venceslau no dia 8 de dezembro de 1865. O autor do libelo afirma que soube que eles se encontravam abrigados na fazenda de Antônio José e que, logo após, teria recebido, através de um intermediário, uma proposta de compra dos escravos fugidos, feita pelo réu. Venceslau afirma, em sua petição inicial, que se recusou a vender os escravos, tanto porque a oferta feita era de um valor que ele considerou abaixo do que os cativos valeriam, quanto porque temia que, caso aceitasse a negociação imposta, acabaria por ver o réu realizar o mesmo estratagema com seus outros escravos.

Após o fracasso das negociações de compra, o escravo Benedito “apadrinhou-se”⁵⁴, retornando à fazenda de Venceslau. Os outros três

receberam titulação legal graças a um testamento de 1879 encontrado pela cartorária. Mais informações sobre este caso podem ser encontradas no portal eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Agrário: http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3588678

⁵³ A transcrição de trechos do libelo será fiel à grafia original.

⁵⁴ O termo aparece repetidamente neste e em outros documentos referentes ao Maranhão oitocentista, bem como em trabalhos de historiadores que se debruçaram sobre documentos de outras regiões do Brasil. Refere-se ao hábito adotado por escravos fugitivos de recorrer a um padrinho para intermediar sua volta à casa senhorial, talvez com intuito de mitigar as punições. Ver por exemplo ALVES, 2011, ou ainda FERREIRA, 2013.

continuaram sob o couro do réu, segundo o autor. Diante da notoriedade da situação, Venceslau procurou o subdelegado de Santo Antonio e Almas e conseguiu que uma patrulha oficial fizesse uma busca pela fazenda de Antonio José. Comandada pelo alferes Luiz Mariano Pavão, a diligência foi realizada em 4 de agosto de 1866 e flagrou o escravo Luis no interior da fazenda do réu, abrigado no rancho de um escravo de nome Cassiano. Acuado no rancho, Luis resistiu à prisão, ameaçando os captores com uma arma branca, e só aceitou se entregar quando o réu Antonio José, chamado ao local do cerco, ordenou que ele se rendesse, prometendo que o compraria de Venceslau. Mais tarde, através de outros depoimentos, saberíamos que Cassiano era pai do escravo Luis. Informados da localização dos outros dois escravos fugitivos, Adão e Salustiano, os membros da diligência se dirigiram a um *tijupá* situado nas proximidades de uma roça nova do réu, encontrando-o vazio.

O autor, diante dos fatos que expusera, que segundo ele evidenciavam a culpa do réu, exigia indenização por sedução e couro dos escravos (2:068\$000 réis), mais o valor de 1000 réis por dia de trabalho dos escravos nas terras do réu, totalizando a quantia de 768\$000 réis, e ainda o valor de 1:300\$000 réis pela “depreciação, baseada na desmoralização dos mesmos escravos”.

A defesa procurou rebater, ponto por ponto, as acusações apresentadas contra o fazendeiro Antônio João, suposto sedutor dos escravos do autor do libelo. Não desmente a fuga dos escravos, mas nega ter havido sedução por parte do réu. Afirma que o réu não tinha necessidade de realizar tal ato, por já possuir escravos em número suficiente para manter sua fazenda. O advogado do réu reinterpreta os dados sobre a localização do *tijupá* dos fugidos: ele o situa num ponto

afastado (a mais de 400 braças da roça nova do réu), no interior das terras *do autor*, em meio a uma capoeira, e nega veementemente que o caminho entre a roça nova do réu e o tijupá contivesse marcas de uso continuado. O advogado tenta construir a ideia de que o tijupá, além de estar encravado nas terras do autor, constituía-se numa unidade autônoma, e não em uma estrutura de apoio aos trabalhos nas terras do réu. O tal tijupá, de acordo com o advogado de Antônio João, era

dividido em quatro repartimentos ou aposentos; e ahi se achavão uma enchada e uma fouce pertencentes ao A[utor]. com cujos instrumentos se servião para plantarem fumos, diambas, macacheiras, quiabos e melancias, achando-se também no mesmo tijupá cascas de jaboti, e um chavelho de boi: tinha também na beira do mesmo tijupá um buraco no chão que lhes servia de pilão para socarem arroz o que demonstra que alli era a efectiva habitação dos escravos do A[utor]., e não nos ranchos dos escravos do réo. (f. 16 e 16v)⁵⁵

O advogado de defesa nega ainda que o réu tivesse tentado comprar os escravos do autor, e afirma que, na verdade, o autor do libelo é quem tentara vender os escravos, não só para Antônio João, mas para outros senhores de terras da região. Afirma também o advogado de defesa que seu representado desconhecia a presença de Luís no rancho de Cassiano, algo que, alega, foi feito por iniciativa dos próprios escravos, sem anuência do réu. Para corroborar esse dado, afirma que Antônio João, ao saber desta falta cometida pelo seu escravo Cassiano, mandou castigá-lo imediatamente, pelos próprios guardas da diligência, bem como a outra

⁵⁵ É interessante notar a descrição minuciosa do tijupá, de seu conteúdo e da paisagem das imediações, presente no laudo do advogado de defesa e também nos relatos de outras testemunhas. Tais passagens oferecem ao leitor um vislumbre da cultura material que amparava a vida no campo alcantarense, além dos hábitos de consumo e outros aspectos da vida cotidiana. A referência aos “ranchos de escravos”, individualizados, também é um indício valioso sobre a forma de organização domiciliar dos escravos, que poderia refletir nas estruturas familiares.

escrava, de nome Fortunata (seria esposa de Cassiano, quiçá mãe de Luís?), a qual, ainda por cima, e “para maior exemplo”, mandou vender na Capital.

O advogado do réu afirma ainda que o cerco desempenhado pela diligência em 4 de agosto foi realizado também nas fazendas São João e Primavera, vizinhas e pertencentes a outros senhores. Essa afirmação parece se destinar a desfazer a impressão, criada pela petição inicial do autor, de que havia certeza prévia da participação de Antônio João no delito de acoutamento dos escravos. O advogado procura ainda desqualificar a confissão do escravo Luís, alegando que ela fora obtida de maneira coercitiva, na casa do autor, num ambiente de pressão que pode ter influenciado o interrogado a oferecer dados favoráveis ao autor do libelo. Outra estratégia empregada pela defesa foi a desqualificação dos escravos do autor, procurando absolver o réu da culpa de tê-los corrompido:

Que não é verdade serem bem morigerados os Escravos do Autor, e nem pontuais nos cumprimentos das ordens de seu senhor, por quanto há alguns annos que não só fugiram os de que se trata, como outros mais, e tem continuado a fugir; como aconteceu haverá dous annos pouco mais ou menos que fugio um de nome Fortunato, o qual o Autor vendeu a D. Thereza Roza de Sá e Souza e logo depois deste fugio outro de nome João o qual vendeo a Luiz Mariano Pavão, estando na occasião da venda ainda fugido; outro de nome Justiniano que mandou vender na Capital por Albino Camillo Monteiro, e outro de nome Francisco, que vendeo ao Alferes Manoel Gonçalves de Sá Júnior, e tal era o seo procedimento que o referido Sá Júnior vio-se obrigado a vendel-o logo depois de o ter comprado, e finalmente outra escrava de nome Roza da qual fez troca por outra com o Tenente Coronel Gastão Ascenço Costa Ferreira, por isso que a perversão e depreciamento não partio da parte do réo, e sim delles, que ja há muito são perversos, desmoralizados, viciosos e malvados. (f. 18-18v)

Finalmente, o advogado de defesa regateia os valores e as penas a serem aplicadas. Diz que os valores fixados para calcular as diárias de trabalho eram muito superiores aos efetivamente praticados, e que, caso

fosse verdadeiro ter o réu corrompido a moral e os bons costumes dos escravos e ter perturbado a família do autor com suas ações (o que negava), cabia como pena não uma indenização pecuniária, mas a simples assinatura de um “termo de bem viver”.

É óbvio que, por conta da própria natureza do documento analisado, é impossível determinar exatamente o que aconteceu no caso em questão, visto que cada uma das partes procura impingir a sua versão dos acontecimentos. Os “fatos” apresentados nas páginas deste dossiê são peças retóricas carregadas de intencionalidades. Dessa forma, interpretações baseadas neste documento devem ser cercadas de cuidados especiais, pois repousam num terreno muito instável.

Com base na narrativa dos fatos *oferecida pelo autor do libelo*, pode-se afirmar que se trata de um caso onde escravos agem ativamente na tentativa de impor *condições* ao cativo, demonstrando preferência por servir a um senhor que transigisse com alguns princípios básicos. Tal versão procura evidenciar a existência de um acordo entre o réu e os escravos, onde a fuga é estimulada e calculada com objetivo de forçar a troca de senhores. Essa suposição fica ainda mais plausível quando consideramos a residência de familiares dos escravos fugidos na fazenda do réu (o que pode ter estimulado desejos de reunião familiar e permanência na região), e quando soubermos, pelos depoimentos das testemunhas de defesa, que o autor pretendia vender os escravos fugitivos para a região de Montes Áureos, área mineradora no extremo leste do Maranhão, afastada do local de origem desses escravos. O “apadrinhamento” de Benedito, retornando aos domínios do senhor legítimo *imediatamente após* o naufrágio da negociação de compra também parece reforçar estas suposições: diante do fracasso da tentativa de troca compulsória de

senhores, ele parece ter decidido retornar à situação legal, ainda que não ideal para si.

A se fiar na argumentação do réu, teríamos uma situação diferente. A fuga, o flagrante no rancho de Cassiano e o estabelecimento dos fugidos num tijupá localizado em área remota aparecem como pontos pacíficos, dados comuns em ambas versões. Mas na segunda, a do réu, desaparece o conluio com o fazendeiro sedutor. Nessa segunda versão, os escravos aparecem como agentes autônomos, resistindo à escravidão *in totum*: não estão negociando as condições de seu cativo, estão tentando se livrar dele.

A leitura dos relatos das testemunhas arroladas pelas partes pouco colaboram para esclarecer os fatos. As testemunhas de acusação reforçam os dados presentes na petição inicial; em seus relatos o réu aparece como um contumaz sedutor de escravos alheios, tendo em seu poder, além dos escravos do autor do libelo, o escravo Mariano Balandra, de João Caetano de Abreu e Antonio Bixiga, de Bernardo Nunes. A fazenda do réu Antônio João, pintada com as tintas das testemunhas de acusação, seria um polo de atração para todos os escravos da região, daqueles ameaçados de separação familiar e deslocamento compulsório pela venda. A propriedade de Antônio João, nesta versão, se constituiria num território livre, numa ilha de salvaguardas onde as negociações estavam abertas. Aos olhos dos escravos, um porto seguro, uma referência em termos de autoridade senhorial aberta a transigir. Se verdadeira, esta afirmação poderia oferecer

pistas sobre uma das vias de constituição, ao longo do século XIX, dos *territórios étnicos alcantarenses*⁵⁶.

Da mesma forma, as testemunhas de defesa corroboram e aprofundam as contrarrazões apresentadas pelo advogado do réu. Ele é então apresentado como um fazendeiro idôneo, inocente, dotado de cabedal suficiente para a consecução de suas atividades econômicas, gozando de bom conceito entre os habitantes da região. Os escravos do autor, por outro lado, são descritos como viciados, fujões incontroláveis, violentos e desobedientes. O próprio autor do libelo é acusado, por uma das testemunhas de defesa, de ter coagido as testemunhas de acusação a informarem em juízo terem visto os escravos Adão, Luís, Benedito e Salustiano trabalhando nas roças de Antônio João, sob pena de recrutamento punitivo.

A despeito do conflito de versões, este documento permite notar a convivência entre homens livres e escravos no uso compartilhado dos campos e caminhos, gerando encontros fortuitos que eram ocasiões de vigilância, de controle de movimentação. Nessa sociedade de caçadores (caçadores de homens e de animais), onde a *pólvora* e o *chumbo* eram arrolados nas contas de tutoria como gastos de manutenção das fazendas, picadas e sendas eram *linguagem*, eram sinais atentamente observados. Sua interpretação podia corroborar alegações, indicando presenças, ausências,

⁵⁶ Não é difícil projetar essa informação no tempo, e imaginar o crescimento desse território livre, a ampliação do número de habitantes, a consolidação das garantias de preservação dos laços familiares e da estabilidade espacial dos escravos, a gradual transformação das relações de exploração do trabalho da escravidão para algo próximo a um regime de aforamento, e finalmente o eventual desaparecimento da figura senhorial. Tal formação, entretanto, não parece ter se concretizado na fazenda do réu, que foi objeto de pelo menos duas investidas da Guarda Nacional, resultando na captura de escravos fugidos e sua devolução aos senhores legítimos. A fazenda de Antônio João, decerto, não era o refúgio ideal que a projeção realizada acima sugere.

freqüências de uso. Há uma vigilância permanente, exercida pelos homens livres, que muitas vezes eram também os representantes das milícias e forças públicas.

A leitura dos testemunhos, razões e contrarrazões presentes neste dossiê, afinal, deixa dúvidas a respeito da *finalidade imediata* da resistência exercida pelos escravos Adão, Salustiano, Benedito e Luís ao seu cativoiro. Não é possível concluir se estariam apenas tentando negociar condições, buscando servir sob as ordens de um senhor que transigisse com suas preferências ou se estavam buscando escapar integralmente do cativoiro, rejeitando o jugo de qualquer senhor que fosse. Mas talvez se possa observar o documento a partir de indícios que frequentam todos os testemunhos, e que não foram contestados por nenhuma das partes envolvidas: esse exercício oferecerá dados a respeito da *natureza* da resistência. Afinal, a fuga ocorreu de fato, os escravos realmente se ausentaram da fazenda do senhor, sem sua anuência, no dia 8 de dezembro de 65. É inquestionável também a presença de Luís no rancho do escravo Cassiano, seu pai, nas terras do réu, bem como o fato de que ele só aceitou se entregar sob a promessa de ser comprado a seu senhor. E parece também seguro entender que os outros dois escravos, Adão e Salustiano, se abrigaram num tijupá nas proximidades da fazenda do réu. Seja qual for o caso, a resistência que exercem tem uma intenção clara: obter a permanência naquela região e preservar laços familiares. Isso acontecia num momento em que a pressão dos mercados do sul (e quiçá de outras áreas menos remotas, como o aludido foco de prospecção aurífera), com sua voraz necessidade de braços em tempos de interdição do tráfico, despovoava a região, destroçava laços familiares, rompia ligações dos escravos, já em sua maioria *crioulos*, com suas terras de origem. A

interpretação do documento sugere um esforço de territorialização, um empuxo no sentido de formar e fortalecer núcleos de residência local.

Tais impulsos, repetidos e multiplicados ao longo do tempo, parecem se dirigir para a formação dos territórios étnicos. Adão e Luís (cujos progenitores são nominalmente citados no texto do processo), Salustiano e Benedito parecem determinados a evitar qualquer deslocamento, qualquer ruptura que os afastasse dali: mesmo quando fogem, decidem se estabelecer nas proximidades. Esta é, afinal, sua meta maior⁵⁷. Quando desistem do litígio, os contendores se declaram vizinhos e parentes. Não seria de espantar que estes escravos, que tentavam se reunir e permanecer juntos, preservando laços familiares e mantendo o elo com a região de origem, tivessem sido parte de um único *plantel*, dividido por força de uma partilha que não respeitara a integridade de núcleos familiares. Isso os sujeitaria a rupturas, já que seus novos senhores, herdeiros dos quinhões, poderiam planejar destinos diferentes para eles. Toda essa movimentação, afinal, poderia ser a forma encontrada pelos escravos de exercer pressão e impor suas preferências no rearranjo patrimonial que se processava. Se nesse processo lhes cabia legalmente um papel inerte, o de meros *bens*, suas ações de resistência assinalavam uma afirmação de vontade, um posicionamento como *agentes*.

Os esforços dos escravos, nessa ocasião, foram inúteis. Já na altura do início do libelo, em setembro de 1866, os quatro fugitivos estavam de volta ao domínio do fazendeiro Venâncio, após mais de sete meses de

⁵⁷ Tal desejo é reconhecido – pela via negativa – pelos senhores: a venda e conseqüente remoção espacial do cativo é empregada, repetidamente, segundo as palavras do advogado de defesa, como meio de punir os escravos que infringem os códigos de conduta esperados.

ausência⁵⁸. O encerramento do litígio, ato que, nas palavras do advogado do autor, buscava por a questão “sob perpétuo silêncio”, oculta também a trajetória posterior destes indivíduos, mas a observação daqueles acontecimentos registrados no documento, ainda que marcada pelos ruídos das intencionalidades das diversas versões, mostra claramente o sentido dos esforços de Adão, Salustiano, Benedito e Luiz: a permanência na terra de origem, a preservação dos laços familiares, custasse isso a servidão a um patrão disposto a transigir, custasse isso a fuga, a ilegalidade e a ameaça constante de repressão.

Fonte Documental

Libello Cível de Indenização. Autor: Venceslau Henriques de Sá. 26 de setembro de 1866. Cartório do 1º Ofício de Alcântara.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

ALVES, Maíra Chinelatto. *Quando falha o controle: crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870*. In: XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH 50 anos da Associação Nacional dos Professores universitários de História (ANPUH), 2011, São Paulo, SP. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo : ANPUH-SP, 2011.

⁵⁸ Este fracasso pontual serve para corroborar a constatação de que a conquista da liberdade e a constituição dos territórios étnicos de Alcântara, conforme notou Alfredo Wagner Berno de Almeida, não foram processos lineares, progressivos e homogêneos; antes, desenrolaram-se de forma não evolutiva, descontínua, estando sujeitos a refluxos, rupturas, intermitências, diversidade de situações e temporalidades distintas; em uma palavra, *assimétricos*.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, Heloisa Souza. *Quando as histórias de fuga são casos de justiça: escravos e senhores na província do Espírito Santo (1849-1888)*. In: *Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2013, Florianópolis. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013.

O Projeto expositivo “Vitrine Temática”

Um dos caminhos de reorientação para museus criados com finalidades celebrativas, ensinam tanto Ulpiano Meneses quanto Mário Chagas, é concentrar-se em problemas históricos mais do que em grandes vultos ou fatos. Isso tem o poder de converter tais museus, de locais dedicados à “memória do poder” ao estatuto de instituições voltadas para “o poder da memória”, nas poéticas palavras de Chagas.

Foi buscando uma forma de concretizar estas diretrizes que os técnicos do Museu Casa Histórica de Alcântara desenvolveram o projeto expositivo “Vitrine Temática”. O exemplo já estava dado pelo Museu Paulista, numa coletânea de pequenos artigos monotemáticos reunidos sob o título de *“Como explorar um museu histórico”*, publicada em 2000.

Emulando a instituição paulista, o MCHA produziu um ciclo de exposições temporárias, substituídas a cada dois meses, em que se selecionava e exibia de maneira especial, numa vitrine segregada, na sala de recepção do museu, uma ou mais peças do acervo. Acompanhadas de textos e imagens, buscava-se oferecer informações contextualizadas aos visitantes, demonstrando o significado dos objetos, as ideias e comportamentos que eles traduziam, oferecendo oportunidades para discussões sobre questões do passado e do presente. Cada edição embasava-se em trabalhos científicos selecionados entre a bibliografia disponível, e a estas leituras eram agregados dados levantados em atividades de pesquisa em documentos da região e na observação dos objetos do acervo, resultando em dossiês com a totalização dos esforços. Entre setembro de 2011 e março de 2013 foram realizadas 9 edições da Vitrine Temática. Reproduzo a seguir os textos resumidos que eram

publicados no blog do Museu por ocasião de cada nova edição. Os textos completos reunidos nos dossiês, que às vezes eram bastante volumosos, devem estar disponíveis para consulta no Museu Casa Histórica de Alcântara, e podem também ser obtidos junto ao autor destes *Estudos Alcantarenses*.

Vitrine 1 - "**Iguais mas diferentes: cada um como a natureza o fez**"

(01/09/2011 - 01/01/2011)

No Maranhão também se podem encontrar exemplos daquele discurso normativo que desejava confinar as mulheres ao ambiente privado do casamento e da procriação. Um exemplo pode ser colhido na obra do maranhense Aluísio de Azevedo. Este autor foi identificado como pertencente à corrente literária “naturalista”, que consistia na aplicação das ideias deterministas, então em voga no Brasil, às obras de literatura. Dessa forma, os personagens de seus romances agiam de acordo com impulsos tidos como naturais, de origem biológica, dos quais não podiam escapar. Essa teoria embasou muito fortemente as mentalidades racistas e sexistas de então, que via mulheres e não-brancos como seres naturalmente limitados ou condicionados a certos comportamentos inescapáveis, como o crime, a lascívia, a indolência. Em “O Mulato” a personagem Ana Rosa, tornando-se mulher, sente a necessidade de se casar:

Agora só lhe convinha era um marido! “O seu”, o verdadeiro, o legal! O homem da sua casa, dono do seu corpo, a quem ela pudesse amar abertamente como amante e obedecer em segredo como escrava. Precisava de dar-se e dedicar-se a alguém; sentia absoluta necessidade de pôr em ação a competência, que ela em si reconhecia, para tomar conta de uma casa e educar muitos filhos. (AZEVEDO, 1970: 41)

Mais especificamente, a feminilidade se apresenta no MCHA através do pouco que se conhece das trajetórias das mulheres que aqui viveram e dos objetos que compõem o acervo.

No que se refere às biografias das antigas moradoras, temos apenas indicações frágeis que não nos permitem aprofundar as análises. Carecemos ainda de investigações documentais que embasem interpretações seguras. Produzimos, em 2011, um pequeno texto contendo as poucas informações que temos a respeito de nossas personagens femininas, que vai anexado a este.

Podemos avançar nossas observações se usarmos os objetos – e o próprio prédio - como indícios do papel reservado às mulheres no ambiente do sobrado no passado.

Os aposentos femininos, ocupados por Procória Guimarães e suas sobrinhas, Ana e Procória e, mais tarde, pela própria esposa de Antonino, Leontina Stella, e mais numerosas criadas, ficavam num aposento que não tinha ligação com o mundo exterior, sendo ladeado por outros aposentos do segundo piso. Essa *alcova* – forma como se denominava antigamente os quartos isolados do mundo exterior - deve ter sido arquitetada já no momento mesmo da construção do prédio, ou seja, é resultado de uma postura relativa às mulheres que remonta ao final do século XVIII, pelo menos; o fato da família Guimarães ter reservado este mesmo aposento para o abrigo de suas mulheres significa que tinha, a respeito do universo feminino, noções próximas daquelas dos construtores do prédio. Trata-se de isolar as mulheres do mundo exterior, o perigoso terreno masculino para o qual elas estão despreparadas e que contraria as pretensas tendências naturais delas, voltadas para o universo doméstico-privado, para a maternidade e para servirem aos esposos.

Quanto aos objetos, eles revelam facetas que eram socialmente determinadas como femininas: a *religiosidade*, expressa na presença do genuflexório e do oratório, que teriam pertencido à primeira Procória; o vestuário demonstra os padrões de *decência* e *beleza* – inclusive a permanência da preocupação com a “cintura de vespa”, que para ser obtida exigia a submissão aos sofrimentos dos espartilhos; bordados e rendas mostram a importância do trabalho manual feminino, especialmente na *costura*, que além do caráter de promotora de economia era vista como ocupação útil para livrar as mulheres do ócio perigoso; perfumes, cosméticos e adornos demonstram a preocupação com a *estética*, com a imagem que formam suas figuras diante dos outros, em especial dos maridos, a quem, de acordo com os manuais femininos da época, deviam se mostrar sempre compostas, sorridentes e joviais. Interessante notar que os sapatos femininos expostos na vitrine do quarto de Procória, hoje aparentemente conservadores, representavam, naquele período, uma pequena ousadia: estes modelos substituíram as antigas botinas, cujos canos altos se ligavam às longas barras das saias, impedindo a visão de qualquer nesga de pele que fosse. O modelo que compõe o acervo do museu concede à visão alheia alguns centímetros da pele daquela que o usar...

A casa e os objetos femininos do acervo, em suma, mostram facetas das mulheres que aqui viveram, mulheres que rezam, costuram, bordam e fazem renda, se sacrificam em nome de padrões estéticos externos a elas e vivem em recônditos isolados, a salvo dos olhares e perigos do mundo exterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do Mundo Feminino**. In SEVCENKO, Nicolau (Org.). História da vida privada no Brasil – vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho. **Memória de Velhos. Depoimentos: uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense**. São Luís: LITOGRAF, 1997. pp. 111-182

Vitrine 2 - “AGRICULTURA NO MARANHÃO: modelos, produtos, técnicas e ferramentas”

(01/11/2011 - 01/01/2012)

A partir de 1950, nos países desenvolvidos, ocorreu uma “revolução agrícola” marcada pela motorização-mecanização do trabalho, pela seleção de variedades de plantas e raças de animais com forte rendimento, pela utilização de fertilizantes em larga escala, pela suplementação alimentar para os rebanhos de animais e pelo emprego massivo de produtos químicos (vermífugos, pesticidas, antibióticos) em plantas e animais.

Este processo ocorreu de maneira desigual: a maior parte dos agricultores do mundo continuou a contar apenas com ferramentas manuais simples. Frente à queda dos preços de itens agrícolas causada pelo aumento da produtividade, estas pessoas viram seu padrão de renda cair, e em muitos casos foram obrigadas a abandonar suas terras, tornando-se assalariados. Esse é um dos motivos do intenso êxodo rural que ocorreu nos últimos 50 anos.

Por outro lado, a agricultura “moderna” provoca outros problemas: diversos tipos de poluição, prejuízos à qualidade e a segurança sanitária dos alimentos, concentração excessiva das produções e abandono de regiões

inteiras, degradação dos solos e do ambiente. Apesar de revolucionária em seus resultados produtivos, traz efeitos colaterais perigosos.

Os objetos em exposição nesta vitrine, ferramentas de trabalho agrícola do final do século XIX e início do século XX, mostram o estágio técnico da agricultura alcantarenses daquele período. São um convite à reflexão sobre a agricultura hoje, com suas contradições e desafios.

BIBLIOGRAFIA

BRAUDEL, Fernand. **O pão de cada dia.**

D'ABBEVILLE, Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao Norte do Brasil: feita nos anos de 1613 e 1614.** Tradução de César Augusto Marques. São Paulo: Siciliano, 2002.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo – A História e a Destruição da Mata Atlântica Brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

GOMES, Marcos Antônio; CARDOSO, Maria Suely Dias. **Apropriação e manejo dos recursos em Santana de Caboclos – Terra de Santíssimo.** In: ANDRADE, Maristela de Paula; FILHO, Benedito de Souza (Org.) Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006. pp. 113-144.

KERR, Warwick E. **Agricultura e Seleções Genéticas de plantas.** In: RIBEIRO, Bertha G. (Org.). Suma Etnológica Brasileira volume 1- Etnobiologia. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 159-171

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MOTA, Antônia da Silva. **Família e Fortuna no Maranhão Setecentista.** In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). História do Maranhão: Novos Estudos. São Luís: EDUFMA, 2004. p. 51-80.

SOUZA FILHO, Benedito; LÔBO, Janaína Campos; GASPAS, Rafael Bezerra. **Samucangaua: identidade, produção de alimentos e cultura alimentar.** In: ANDRADE, Maristela de Paula; FILHO, Benedito de Souza (Org.) Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006. pp. 57-112.

Vitrine 3 - "Excreções e secreções: do público ao privado"

(01/01/2012 - 01/03/2012)

Urinóis

Os urinóis se popularizaram no século XIX, tornando-se parte dos utensílios básicos das casas. Se hoje parecem desconfortáveis e incompatíveis com as noções de comodidade e higiene, representaram, no momento em de sua disseminação, uma etapa no processo de privatização das rotinas do corpo, que antes eram realizadas publicamente, em toda parte.

Entre os séculos XVI e XVIII experimentou-se um período de “libertação escatológica”: as funções fisiológicas eram exercitadas publicamente, à vista de todos, em qualquer hora ou lugar. Os manuais de etiqueta deste período ensinavam que o censurável não era o ato em si, mas cumprimentar, olhar ou falar com alguém que o estivesse executando. Para ser polido, o sujeito deveria fingir-se de cego...

No século XIX, ocorreu a transição para a etapa da “grande contenção”, momento em que as atividades excretoras passaram a ser realizadas em ambiente privado. Da mesma forma, deixou-se de falar no assunto publicamente, banindo o tema das conversas em sociedade.

Os urinóis, junto com as “cadeiras furadas”, bidês e outros aparatos, eram nesse contexto um recurso útil para se atingir o novo objetivo de privatizar as funções fisiológicas. A próxima etapa, com a introdução das instalações hidráulicas, seria a criação de espaços específicos dentro das residências para a execução das atividades fisiológicas, os *water closets*.

Escarradeiras

Originárias da China, as escarradeiras se disseminaram pela Europa entre os séculos XVI e XVIII, e daí se espalharam para as colônias européias em todo o mundo.

Visto de início como prática necessária e salutar, forma de expelir do organismo as secreções nocivas, o ato de escarrar era publicamente tolerado e praticado, e dessa maneira as escarradeiras se tornaram presença obrigatória nas salas e escritórios de casas nobres. Com o avanço dos conhecimentos da microbiologia, o ato de escarrar passou a ser mal visto, considerado anti-higiênico, por conta do potencial de propagação de microorganismos, especialmente do bacilo de Koch, causador da tuberculose. Os médicos, principalmente, passaram a combater sistematicamente o hábito.

Medicina Hipocrática

Urinóis e escarradeiras atestam uma preocupação com a expulsão sistemática das secreções corporais. Isso se deve a uma forma particular de entender o funcionamento do corpo, originada da antiga **medicina hipocrática**. Segundo esta teoria, o funcionamento perfeito do organismo se devia ao equilíbrio entre as quatro substâncias básicas que governam o corpo: o sangue, a fleuma, a bile negra e a bile amarela. Desta forma, a predominância de uma dessas substâncias provocaria a doença. A melhor terapia, portanto, era estimular o reequilíbrio das quatro substâncias, através da aplicação de sangrias, vomitórios, purgativos, laxantes, etc.

Estes frascos continham substâncias purgativas, expectorantes e laxantes, que eram, na concepção medicinal da época, as ações mais eficientes na busca por uma saúde equilibrada.

BIBLIOGRAFIA

LIMA, Tania Andrade. **Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX**. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, II (3):, Nov. 1995 – Fev. 1996. p 44-96

Vitrine 4 - "Um peso, duas medidas: a introdução do 'sistema métrico francês' e a revolta do 'quebra-quilos'"

(01/03/2012 - 01/05/2012)

Há milhares de anos, os seres humanos sentiram a necessidade de calcular e quantificar massas, distâncias, volumes e dimensões. Para fazer isso, criaram padrões que se tornaram parte da cultura humana. Os primeiros padrões de medida eram, quase sempre, **antropométricos**, ou seja, inspirados nas dimensões humanas: pés, polegadas, braços, palmos, côvados, jardas. O maior problema desses sistemas antigo de medição era a *falta de unidade*, já que cada região desenvolvia seu próprio código quantificador. Tais diferenças dificultavam, por exemplo, as trocas comerciais. A forma mais direta de resolver isso seria simplesmente unificar pesos e medidas, criando padrões universais. Realizar tal unificação, no entanto, não foi nada fácil. Tentativas de uniformizar pesos e medidas foram realizadas no Ocidente desde a Idade Média, sem sucesso. Foi na França, por força da Revolução de 1789, que se conseguiu pela primeira vez estabelecer um padrão nacional de pesos e medidas.

No século XIX, em plena era industrial, a economia capitalista se mundializou, ligando mercados e áreas produtoras. Nesse cenário, a falta de

unidade nos sistemas de pesos e medidas prejudicava os negócios. Em 1867, buscando resolver este problema, formou-se na França o **Comitê dos Pesos e Medidas e da Moeda**. Havia outras tentativas de universalização em andamento: da língua (com a criação e divulgação do *esperanto*, que se desejava substituir as línguas nacionais) e da medição do tempo (com a criação do sistema de *fusos horários*). As diferenças culturais dos países eram vistas como barreiras ao “desenvolvimento”.

O Brasil foi um dos países que se comprometeu a adotar o sistema métrico decimal criado nessas reuniões: pela Lei nº 1157 de 26 de junho de 1862, instituiu-se a substituição dos sistemas de medição tradicionais pelo “sistema métrico francês”. A lei concedia um prazo de 10 anos para a adoção dos novos padrões.

Mas a introdução do sistema métrico no Brasil provocou reações violentas. A nova lei de pesos e medidas foi imposta à população ao mesmo tempo em que se instituíam mecanismos mais eficientes de recrutamento militar, novas leis de registro civil para nascimentos, casamentos e óbitos e novos impostos sobre os mercados locais, taxando atividades que antes eram exercidas livremente, como o comércio ambulante. Essa mistura explosiva provocou uma onda de protestos que atingiu oito províncias brasileiras (sete delas no Nordeste) e se estendeu de 1874 a 1876. Em cada localidade onde o movimento se manifestou, a causa principal era uma: em algumas paragens, a maior reclamação era contra o novo sistema métrico (nesses locais os revoltosos inutilizavam os aparelhos de medição, sendo chamados de “quebra-quilos”), em outras, a revolta maior era com o recrutamento (revoltas geralmente encabeçadas por mulheres, que destruíam os editais de convocação e as relações com os nomes dos homens recrutados, ficando conhecidas por “rasga-listas”). A

ação dos rebeldes provocou a revogação de alguns impostos e retardou a adoção do sistema métrico em vastas regiões do interior do país.

No Maranhão, formas antigas de quantificar sobreviveram à introdução do sistema métrico decimal. Em várias regiões do Estado, utiliza-se o **cofo** para medir e transportar farinha de mandioca e outras mercadorias. Estes objetos artesanais são fabricados em tamanhos que se referem a medidas antigas: alqueire, arroba, etc.

A recusa em aceitar os novos padrões métricos e a insistência em sistemas antigos e tradicionais demonstram os limites da ação das autoridades do Estado e evidenciam a força e a importância de saberes e costumes populares e sertanejos. E mostram que, no cotidiano das sociedades, os pesos e medidas não são objetivos e precisos, mas sim grandezas sujeitas a variações e adulterações ao sabor das conveniências humanas.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

SECRETO, María Verónica. **(Des)medidos – A revolta dos quebrquilos (1874-1876)**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.
GONÇALVES, Jandir; LIMA, Weeslem; FIGUEIREDO, Wilmara. **Cofos, tramas e segredos**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2009.

Vitrine 5 -A CASA EDISON E A MÚSICA BRASILEIRA

(01-05-2012 - 01-07-2012)

Fundada em 1900 pelo tcheco Frederico Figner, no Rio de Janeiro, a **Casa Edison** foi a primeira empresa a gravar e comercializar registros fonográficos no Brasil. Ao longo de sua existência, realizou mais de 4000 sessões de gravação, legando à posteridade um conjunto valioso de obras musicais, preservando a memória de nossa cultura popular.

Estilos musicais como o lundu e a modinha, com raízes no século XVIII e hoje desaparecidos, foram imortalizados pela empresa de Figner. Artistas como os cantores Bahiano, Cadete e Eduardo das Neves, o exímio flautista Patápio Silva, Pixinguinha e Chiquinha Gonzaga, entre inúmeros outros, tornaram-se célebres graças às gravações da Casa Edison.

Além do valor musical deste material, as letras das canções e os discursos cômicos gravados naquele tempo permitem entrever aspectos da cultura, da sociedade, da política do início do século. As reformas urbanas que Pereira Passos introduziu no Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina, as peripécias de Santos Dumont na França, são alguns dos acontecimentos cujas percepções foram condensadas nas músicas da Casa Edison. E mais, certos padrões de relacionamentos entre homens e mulheres, as formas do amor, o clima político, todo esse imaterial passado retorna nos fonogramas da empresa.

A própria forma de consumir e produzir música se modificou com a introdução dos discos e fonógrafos. Eles substituíram gradualmente os músicos de carne e osso, antes responsáveis pela sonorização de eventos sociais. Músicos e músicas tiveram que se adequar ao novo formato, reduzindo a duração das canções para caber no tempo de gravação de um lado do disco. Os velhos instrumentos musicais foram cedendo espaço às vitrolas e gramofones.

Membros da família Guimarães, a segunda a viver neste sobrado, foram consumidores de produtos da Casa Edison. Arregimentaram 53 discos feitos nas primeiras décadas do século XX, coleção que hoje faz parte do acervo do MCHA. No Maranhão, estabelecimentos comerciais como “A RIBAMAR”, situada na Rua Joaquim Távora, e a “CASA BASTOS”, na rua Collares Moreira, eram revendedores autorizados dos produtos da Casa Edison.

Bibliografia

FRANCESCHI, HM A **Casa Edison e seu tempo**. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.

Vitrine 6 - Concepções de Limpeza

(22-06-2012 - 01-09-2012)

No início do século XIX, as atividades de limpeza corporal eram simples, reduzidas à lavagem de algumas partes do corpo, como os pés. Viajantes que passaram pelo Brasil naquela época deixaram registros de seu espanto com a falta de hábitos de higiene mais completos.

Por volta de 1860, cada pessoa dispunha, em média, de 12,5 litros de água por dia, para todas as atividades necessárias à vida (beber, cozinhar e cuidar da limpeza do corpo). Atualmente, cada pessoa gasta em média 40 litros diários *apenas com a higiene pessoal*. No entanto, a distribuição de água é e sempre foi desigual entre os grupos sociais e entre os países do mundo.

Na cidade de Alcântara, as pessoas recorriam às fontes públicas para o abastecimento de água. Famílias ricas tinham poços nos fundos de suas casas, o que facilitava o trabalho de coleta de água. O sistema moderno de abastecimento de água chegou à cidade na década de 1980. Perfumes, loções, águas perfumadas e pomadas especiais eram usados nas atividades de higiene do corpo. A *fumigação* (produção de fumaça, geralmente a partir de produto odorífero, como alfazema) era vista como medida de higiene doméstica.

A aparência das vestimentas era muito importante: a limpeza e engomagem das roupas eram indicativos sociais do grau de higiene do indivíduo.

Referências Bibliográficas

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **São Paulo das Águas**. Tese de livre-docência – Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP: 2004

_____. **Concepções de Limpeza**. Equipamentos da Casa Brasileira – Usos e costumes – Arquivo Ernani da Silva Bruno. Disponível em

http://www.mcb.org.br/docs/ernani/pdf/Concep%C3%A7%C3%B5es_de_Limpeza.pdf. Sem data.

Vitrine 7 - **História das Armas**

(06-09-2012 - 01-11-2012)

A 7ª edição do *Projeto Vitrine Temática* observa as transformações tecnológicas das armas e de suas formas de utilização ao longo do tempo. O projeto procura entender as mudanças culturais que acompanharam a evolução das armas: de espadas e armaduras, que eram extensões do corpo do guerreiro, otimizando suas capacidades físicas, valorizando-o individualmente, passa-se às armas de fogo, que marcam a ascensão dos processos industriais e inauguram de um novo padrão de organização bélica, amparado na massa disciplinada. Finalmente, chegamos às armas de destruição em massa que marcaram as grandes guerras do século XX, momento em que o ato de matar torna-se tão impessoal quanto o apertar de um botão. O projeto coloca em evidência um conjunto de armas de fogo e munições do início do século XX, que pertenceram ao comerciante e

tenente-coronel Antonino da Silva Guimarães, e um florete do final do século XIX, herança de família pertencente a uma moradora da cidade de Alcântara, D. Ernestina Ruth Fortes Bouéres.

Referência Bibliográfica

CARVALHO, Vânia Carneiro de. A história das armas ou a história nas armas?. In: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (Org.). **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista, 2000. p. 11 – 14.

Vitrine 8 - EQUIPAMENTOS INDÍGENAS DA CASA MARANHENSE

(01/11/2012 - 01/01/2013)

Sérgio Buarque de Holanda, num clássico e pioneiro estudo sobre a cultura material paulista do período colonial, apontou um traço essencial da colonização brasileira: o abandono de muitos costumes originais e a assimilação, por parte dos europeus adventícios, de elementos indígenas. Nestas épocas iniciais, disse o historiador, o “verdadeiro manancial de energias ativas” não estava “nos costumes mais policiados e sem dúvida mais suaves, que se iam implantando no litoral”, mas sim “certamente nessa incorporação necessária de numerosos traços da vida do gentio, enquanto não fosse possível uma comunidade civil bem composta, segundo os moldes europeus”. Os colonos brancos, enfim, adotaram “em larga escala os recursos e táticas indígenas de aproveitamento do mundo animal e vegetal para a aquisição de meios de subsistência”. Ainda que se refiram com maior ênfase ao caso do planalto paulista e seus “sertões”, as observações de Holanda servem também para a análise do caso maranhense. Maranhão e São Paulo dos Seiscentos e de boa parte dos Setecentos

compartilham uma característica comum: a pequena comunicação com o comércio Atlântico. São Paulo por motivos óbvios, pela localização geográfica prejudicada – além de muito ao sul, muito a oeste e, pior, muito acima do nível do mar, separado dos portos pelos paredões da Serra do Mar. O Maranhão, apesar da proximidade geográfica com a Metrópole, foi esquecido, tardiamente anexado ao território português e, antes das Reformas Pombalinas, pouquíssimo visitado pelos navios comerciais: os cronistas locais não se cansam de apontar que, até a fundação da Companhia, o movimento no porto de São Luís era quase nulo. Esse isolamento, e a consequente debilidade da expressão comercial, fez com que paulistas e maranhenses se voltassem para dentro de seus territórios e que dependessem, com muita ênfase, dos produtos, técnicas, objetos e soluções locais para os problemas de subsistência. Essas forças condicionantes deixaram vestígios materiais na cultura dessas regiões: a adoção de soluções locais implica no emprego de um vasto conjunto de objetos, equipamentos auxiliares desses costumes. Nesta edição do Projeto Vitrine Temática observaremos alguns desses vestígios das culturas indígenas presentes na casa maranhense, buscando a expressão material do hibridismo que é marca da cultura brasileira.

Referências Bibliográficas

- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LEMOS, Carlos A. C. **Cozinhas, etc.** São Paulo, Perspectiva, 1978.

Vitrine 9 - **ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL**
(20/12/2012 - 01/03/2013)

OS COMBUSTÍVEIS

Da pré-história à Revolução Industrial, os óleos produzidos a partir de vegetais e animais foram as principais fontes de energia para iluminação. A escolha do tipo de óleo variou de acordo com a disponibilidade de materiais em cada região. As cidades do litoral do sul do Brasil, pelo fato de estarem próximas às rotas migratórias de baleias, empregaram o óleo desses animais como combustível para iluminação pública e doméstica. Grandes armações – fábricas de derivados de baleia - se formaram nos litorais da Bahia, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina. Sua produção era comercializada para diversos pontos do Brasil.

No Maranhão, há registros do uso da gordura do peixe-boi, no início dos tempos coloniais. Mais tarde, o óleo de mamona tornou-se o combustível mais utilizado, dada a abundância da planta na região. Famílias mais ricas preferiam usar óleo de gergelim ou de oliva – este último importado – por conta de proporcionarem chamas mais brilhantes e por produzirem menos fumaça.

Usou-se também o álcool na iluminação pública de São Luís, a partir de 1854. Na cidade de Pinheiro e em outras áreas da Baixada Maranhense, obtinha-se óleo para iluminação a partir de pequenos peixes chamados piabas, que apareciam em grandes cardumes em determinadas épocas do ano. Na região de São Paulo o mesmo foi feito com os lambaris. Não se pode esquecer do uso, em todo o Brasil, da gordura de bovinos, chamada sebo, que era empregada na fabricação de velas. A cera produzida por

abelhas também serviu para fabricar velas, mas a extração desordenada provocou o desaparecimento do produto das áreas próximas às vilas e cidades.

No final do século 19, por conta do desenvolvimento da indústria química, surgiram novos combustíveis que substituíram os antigos. O mais popular deles, o querosene, alimentou as lamparinas e lampiões até a chegada da energia elétrica.

OS EQUIPAMENTOS

A forma e o princípio de funcionamento dos equipamentos empregados na iluminação mudou pouco até o século 18. A lamparina pré-histórica encontrada na Gruta de Lascaux, na França, funciona da mesma forma que as lâmpadas orientais da Idade Média, assim como se assemelha aos candelabros empregados nas casas dos colonos dos três primeiros séculos de história do Brasil.

São formados por um reservatório que contém o combustível e um orifício onde se ateia o fogo; emprega-se um pavio para conduzir o combustível do reservatório à área externa do equipamento. As variações ficam por conta da matéria-prima empregada na confecção do objeto (barro, pedra, ferro etc.) e na forma como são decorados.

Os candelabros e castiçais que amparavam velas eram feitos de materiais diversos. Nas casas mais nobres, existiam candelabros de bronze e prata.

No século 19, com a Revolução Industrial, aparecem equipamentos sofisticados, como os lampiões a querosene e as luminárias que, além de serem ricamente decorados, permitiam a regulagem da intensidade da chama; guarnecidos de mangas de vidro, podiam ser usados em áreas abertas, pois não temiam o vento. Os lampiões fabricados industrialmente,

como os da marca Coleman (EUA) e Petromax (Alemanha), permanecem em uso até os dias de hoje, servindo a pescadores, campistas e caçadores.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Iluminação artificial dos espaços públicos iniciou-se no século 18 no Brasil. A cidade do Rio de Janeiro, então capital do Reino, foi a primeira a contar com o serviço, que surgiu no ano de 1794. Para custear a manutenção do sistema, o governo do Rio cobrava impostos especiais de todos os estados do Brasil.

No Maranhão, o serviço de iluminação pública começou em 1825, por meio da instalação de lâmpões abastecidos com óleo de mamona. Em 1854, passou-se a empregar o álcool como combustível.

Esse sistema de iluminação era bastante criticado pela população, que se queixava do número pequeno e da falta de manutenção adequada dos lâmpões. Devido à fuligem que se impregnava nos vidros, a luminosidade ficava ainda mais baixa.

Por volta de 1863 a capital do Maranhão passou a ser iluminada por combustores a gás. Tal sistema exigia a existência de uma fábrica, o gasômetro, que destilava gás de carvão mineral – produto importado da Europa - e o distribuía pelos postes através de tubulações subterrâneas. Em 1924 São Luís passou a ser servida com energia elétrica.

Na cidade de Alcântara, o sistema de iluminação pública foi inaugurado em 1846, com a instalação de 20 lâmpões movidos a óleo de mamona. O sistema só seria substituído em 1951, quando se introduziu na cidade um gerador de energia elétrica. A máquina funcionava precariamente, e foi somente a partir do final da década de 1980 que a cidade passou a ser abastecida regularmente com energia elétrica.

Referências Bibliográficas

CAIRES, Daniel Rincon. **LUZES DA MODERNIDADE: Aspectos da história da Iluminação pública e privada de São Luís e Alcântara.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, edição número 39, Dezembro de 2011.

FERREIRA, Milton Martins. **A Evolução da Iluminação na Cidade do Rio de Janeiro – Contribuições Tecnológicas.** Rio de Janeiro: Synergia/Light, 2009.

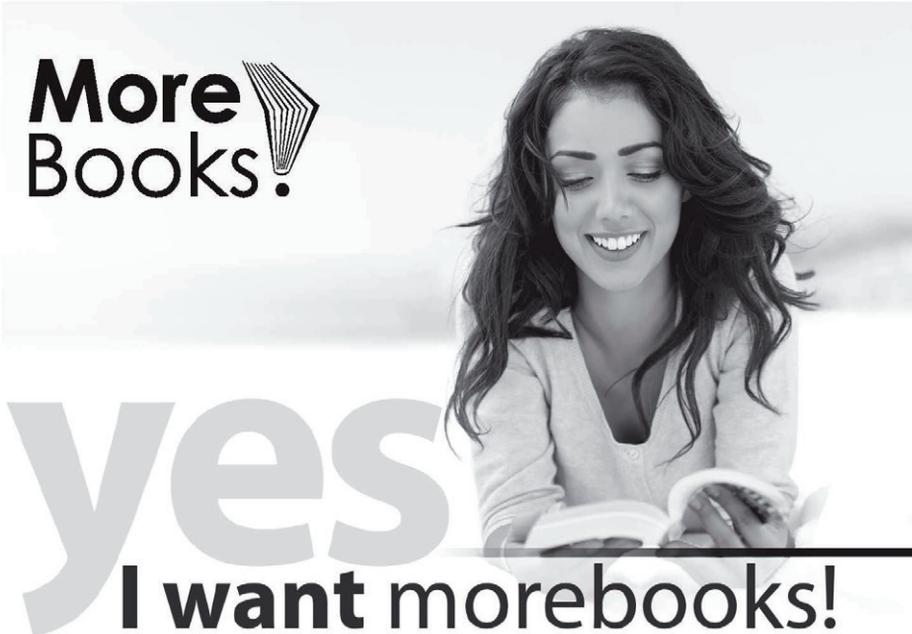
FRÓES DA SILVA, Lourenço Lustosa. **Iluminação Pública no Brasil: Aspectos Energéticos e Institucionais.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MENDES, Sylvânio Aguiar. **Saindo dos Trilhos: Uma Visão sobre a Administração do Transporte Elétrico Ludovicense.** In: Revista Outros Tempos, volume 2, nº 2, 2005. p. 167-187.

RIBEIRO, Alda. **Combustíveis empregados nos sistemas primitivos de iluminação no Brasil.** In: ELLIIS, Myriam. Museu da Casa Brasileira – vol. 4. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, s/d. pp. 45 - 58

ROCHE, Daniel. **História das Coisas Banais – nascimento do consumo séc. XVII - XIX.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

**More
Books!** 



yes
I want morebooks!

Buy your books fast and straightforward online - at one of the world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at
www.get-morebooks.com

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em
www.morebooks.es

OmniScriptum Marketing DEU GmbH
Heinrich-Böcking-Str. 6-8
D - 66121 Saarbrücken
Telefax: +49 681 93 81 567-9

info@omniscrptum.com
www.omniscrptum.com

OMNIScriptum 

